

COLETÂNEAS DA REPAM

VOLUME II



COLETÂNEAS DA REPAM - VOLUME 2

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil

Presidente

Dom Evaristo Pascoal Spengler

Vice-presidente

Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Secretária Executiva

Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Coordenação e elaboração

Ir. Maria Irene Lopes dos Santos
Elisângela Barbosa

Projeto Gráfico e Diagramação

Raul Benevides

Imagens

Arquivos da REPAM-Brasil

Contato

www.repam.org.br

repambrasil@repam.org.br

ISBN 978-65-988024-1-7

SUMÁRIO

Comunicação para a transformação – Curso Mod. 1 (2016)	4
REPAM promove curso de comunicação para a transformação social (2016)	67
Seminário Nacional sobre a evangelização dos povos indígenas (2017)...	68
Seminário Geral Laudato Si' (2017)	120
Síntese das Cartas Compromisso dos Seminários Laudato Si' (2018).....	181
Pacaraima: indignação e solidariedade (2018)	217
Mensagem Final do Encontro de Povos e Comunidades das Bacias do Araguaia e Tocantins (2018)	218
Agenda Universidades e Amazônia 2019-2029	220
Amazônia: formar presbíteros em novos caminhos (2019)	249

Curso

“Comunicação para a transformação”

Módulo I

Manaus – Maromba

20 a 25 de Setembro de 2016

Participante:



Sumário

GUIA DO PARTICIPANTE	5
Módulo 1: Diagnóstico, Comunicação e Narrativas Cidadãs.	5
TEMAS CHAVES:	6
PROGRAMAÇÃO	7
PROPÓSITO DO CURSO	13
METODOLOGIA	14
METAS PARA O MÓDULO 1	15
NORMAS BÁSICAS DURANTE O CURSO	16
METAS PESSOAIS	18
GUIA DE CONTEÚDOS E LEITURAS	19
REPAM	19
A Pan Amazônia	22
PROPOSTAS A PARTIR DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA PARA SUPERAR NA AMAZÔNIA A CULTURA DO DESCARTE	24
QUESTÃO FUNDAMENTAL:	30
Como avançar para um novo modelo de desenvolvimento?	30
POR UMA COMUNICAÇÃO BASEADA EM VALORES E PROMOTORA DE MUDANÇAS.	32
VISÕES DIFERENCIADAS SOBRE A REALIDADE E SEU FUTURO	34



NARRATIVAS CIDADÃS MOBILIZADORAS.....	36
COMUNICAÇÃO A PARTIR DOS VALORES PESSOAIS.....	39
COMUNICAÇÃO A PARTIR DOS VALORES COMUNS, A PARTIR DOS OUTROS	39
COMUNICAÇÃO E URGÊNCIA... PARA ATUAR AGORA	39
POR UM EXERCÍCIO PLENO DE CIDADANIA	40
LIDERANÇA A PARTIR DOS VALORES COMUNS	42
Sites e links recomendados para pesquisas ou referência (conteúdo em espanhol):.....	46
A COMUNICAÇÃO COMO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA.....	47
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA A INCIDÊNCIA:	49
MATRIZ DE INCIDÊNCIA E COMUNICAÇÃO	52
Para analisar o grau de desenvolvimento das organizações sociais.	52
(Colaboração de Washington Uranga, Jornalista Uruguaio)	52
MATRIZ DE INCIDÊNCIA E COMUNICACIONAL	54
EIXO DE COMUNICAÇÃO DA REPAM.....	58
Serviços e estratégias de Comunicação.....	58

GUIA DO PARTICIPANTE

Módulo I: Diagnóstico, Comunicação e Narrativas Cidadãs.

“Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? Esta pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária. Quando nos interrogamos acerca do mundo que queremos deixar, referimo-nos sobretudo à sua orientação geral, ao seu sentido, aos seus valores. Se não pulsa nelas esta pergunta de fundo, não creio que as nossas preocupações ecológicas possam alcançar efeitos importantes. Mas, se esta pergunta é posta com coragem, leva-nos inexoravelmente a outras questões muito diretas: Com que finalidade passamos por este mundo? Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra? Por isso, já não basta dizer que devemos preocupar-nos com as gerações futuras; exige-se ter consciência de que é a nossa própria dignidade que está em jogo. Somos nós os primeiros interessados em deixar um planeta habitável para a humanidade que nos vai suceder. Trata-se de um drama para nós mesmos, porque isto chama em causa o significado da nossa passagem por esta terra” (Papa Francisco, LS #160).

Este módulo visa apresentar todo o processo comunicacional se orienta a realidades específicas. Mediante a comunicação se acompanha, reforça ou promove visões, valores e ações orientadas a manter, afirmar, melhorar ou transformar a realidade.

Uma comunicação cidadã, que busca acomodar processos de mudanças na construção de sociedades



mais fraternas, mais justas e solidárias, partindo do reconhecimento da realidade em que se atua, e da análise de métodos, mensagens e propostas comunicacionais; para construir, de maneira participativa, um discurso baseado em valores humanos, comunitários e – em nosso caso – evangélicos.

TEMAS CHAVES:

I.- Diagnóstico da realidade.

- › Diagnóstico da realidade da Amazônia
- › Diagnóstico da comunicação local
- › Diagnóstico da nossa comunicação

II.- Narrativas cidadã e transformação social

- › Comunicação além dos meios
- › Comunicação e transformação social
- › Construção de narrativas cidadãs
- › Comunicação e lideranças democráticas



PROGRAMAÇÃO

Hora	Atividade	Temática	Recursos / Materiais	Observações ou sugestões
Primeiro dia				
08:00 09:00	Apresentação dos participantes e do curso	Aproximar-se das expectativas, afazeres e interesses do grupo. Características do curso, apresentação dos objetivos, etapas e metodologia.	Primeira rodada: pessoal e breve. Segunda rodada: em pares e com novos dados.	Completar os dados nas fichas dos participantes. Detalhes metodológicos e a importância da corresponsabilidade.
09:00 09:15		Objetivos e tarefas da REPAM. Características e tarefas do eixo de Comunicação.	PPT REPAM – Comunicação	Comunicação em processos de transformação.
09:15 10:00	Visualizar vídeo: “A árvore da música” Analisar os sentimentos e o ânimo dos personagens.	Aprender a olhar a realidade com outros olhos. A contemplação e a análise na comunicação.	Vídeo, computador, projetor, caixa de som.	De onde vem os desafios, os temas e as oportunidades para construir a cidadania?
10:00 10:30	Intervalo			



10:30 12:00	Painel: "Desafios urgentes da nossa região Amazônica"	Diagnóstico nacional da Amazônia, aspectos sociais, ambientais, culturais e de políticas públicas.	Expositores da Amazônia e das igrejas locais.	Que expositores mostram aspectos do método para conhecer a Amazônia?
12:00 14:00	Almoço			
14:00 16:00	Exposição das realidades locais da Amazônia pelos participantes.	Diagnóstico local: Aspectos sociais, econômicos, políticos, cultural, religioso e comunicacional.	Grupos por regiões geográficas próximas.	Na convocação solicitou-se uma breve apresentação de sua realidade local.
16:00 16:30	Intervalo			
16:30 18:00	Importância dos diagnósticos da realidade.	Por uma comunicação que responda ao contexto em que se trabalha.	Quebra-cabeças: Passos e elementos de um diagnóstico (fichas)	Separata: "Como fazer um diagnóstico local"
Segundo dia				
08:00 09:00	Repassar o que foi trabalhado no primeiro dia.	Elementos comuns e particulares da Pan Amazônia // Passos, métodos e recursos para um diagnóstico da realidade.	Trabalho em 3 grupos: Em quadro de folhas ou PPT	Reforçar conceitos e métodos chaves.
09:00 10:00	Mapa dos meios de comunicação no País.	Interesses econômicos e políticos dos meios.	Quadro: Concentração dos meios.	Apresentar, trazer quadro de concentração a nível regional e mundial.

10:00 10:30	Intervalo			
10:30 12:00	Análises de conteúdo dos meios.	Narrativas midiáticas sobre Amazônia, desenvolvimento, povos amazônicos.	Recortes de revistas e jornais de programas de TV do país.	Evidenciar paradigmas, ideias e estereótipos assumidos como verdade.
12:00 14:00	Almoço			
14:00 16:00	Análise de conteúdo de produção dos participantes	Que valores e paradigmas promovem nossos meios de comunicação?	Produções locais previamente solicitadas.	Enfatizar que muitas vezes produzimos valores do sistema.
16:00 16:30	Intervalo			
16:30 18:00	Análises de conteúdo de nossas produções. Participantes / REPAM	Como analisar e avaliar conteúdos em nossas produções e mensagens?	Trabalho em grupo com produções previamente solicitadas.	Valor da autocrítica, da formação, do projeto pessoal e institucional.
Terceiro dia				
08:00 09:00	Recontar o trabalho do dia anterior.	Valores e paradigmas em conflito presentes na sociedade e nos meios.	Trabalho em 3 grupos: Em quadro de folhas ou PPT	
09:00 10:00	Dinâmica: "O que me levou a trabalhar pela Amazônia?"	Valores pessoais e espiritualidade	Garantir um bom som. Filmar narrações.	Preparar previamente com duas pessoas suas narrações (2 min)

10:00 10:30	Intervalo			
10:30 12:00	Refazer as narrações pessoais.	Uma narrativa pública parte de histórias pessoais e transmite motivação para a mudança.	Quadro: Elementos da narração e diferença com outros relatos.	Falar do que vem do coração e do que vem da vida.
12:00 14:00	Almoço			
14:00 16:00	Seleção e análises das narrações que mais impactaram.	Comunicação além das palavras.	Grupos: resumir características da linguagem que comunica.	Características da linguagem que cativa, convence e comunica.
16:00 16:30	Intervalo			
16:30 18:00	Lideranças a partir dos valores pessoais e comuns.	Narrar vivências pessoais permite mostrar o espírito de quem o conta e gera empatia.	Análises dos vídeos de líderes sociais, previamente selecionados.	Enfatizar nas formas e estilos de narrar.
Quarto dia				
08:00 09:00	Recontar o trabalho do dia anterior.	Características de uma narração. Transmitir valores a partir da vivência.	Grupos	Falar do que vem do coração, os sentimentos...
09:00 10:00	Vídeo: "A aldeia dos Molinos" (Akira Kurosawa)	Proximidade ao paradigma emergente do Bem-estar. A felicidade como meta. A crise do desenvolvimento capitalista.	DVD, Projetor, caixas de som. Quadro: Características do Bem-estar (Albó)	Construir quadro com os participantes.



10:00 10:30	Descanso			
10:30 12:00	Dinâmica: ABC de uma comunicação para o Bem-estar	A comunicação pode promover o paradigma do Bem-estar	Cartões: Palavras relacionadas ao Bem-estar, com cada letra do ABC	Desenhar amplo leque de possibilidades para uma comunicação diferente.
12:00 14:00	Almoço			
14:00 16:00	Análise de caso:	Papel da comunicação em processos de mobilização e transformação.	Artigos para todos. Leitura e análises em grupo. Responder a perguntas.	Diversos níveis de comunicação. Como surge e se desenvolve uma Narrativa Pública?
16:00 16:30	Plenário: Conclusões dos Grupos.	Estratégias de educação e comunicação cidadã.	Quadro de folhas ou PPT dos grupos	
16:30 18:00	Ver e analisar vídeo "Tam-bogrande..."	Imagem, testemunho, mobilização e comunicações.	<u>Video Tambo-grande</u> Projeto, caixa de som. Quadro de estratégia comunicacional.	A estratégia comunicacional não se centra no trabalho do MCL.
Quinto dia				
08:00 09:00	Recontar o trabalho do dia anterior.	Comunicação e Bem-estar. Comunicação e processos de mobilização cidadã.	Grupos apresentam conclusões em formato radiofônico	Sínteses da estratégia da mobilização social e o papel da Comunicação.

09:00 10:00	Recriar o como se construiu a narrativa pública no caso Tambogrande.	Identificar lideranças, valores ativados, ações graduais, processo de empoderamento, formas de comunicação.	Trabalho em grupos e ordenar dados na linha do tempo.	A narrativa pública não é somente opinião pública. É paixão mobilizadora, coragem, dignidade e etc.
10:00 10:30	Descanso			
10:30 12:00	Continuidade do trabalho anterior		Apresentação em fichas visíveis na linha do tempo.	O comunicador é um agente de mudança. Não somente um "informador".
12:00 14:00	Almoço			
14:00 16:00	Revisão e resumo dos temas abordados neste primeiro módulo.	Revisar coletivamente conceitos, princípios e métodos.	Fichas individuais e trabalho grupal	Fazer bibliografia. Livro paralelo, Shigra Panamazônica
16:00 16:30	Descanso			
16:30 18:00	Plano de seguimento e avaliação. Encerramento.	Plano de seguimento e tarefas a cumprir para o 2º Módulo. Avaliação do Módulo 1		Tarefas poucas, porém muito preciosas. Formas de seguimento e assessoria.



PROPÓSITO DO CURSO

Que a imagem do Bom Samaritano que enfaixa as feridas do homem espancado, vertendo sobre elas azeite e vinho, nos sirva como guia. Que nossa comunicação seja azeite perfumado para a dor e vinho bom para a alegria. Que nossa luminosidade não provenha de truques ou efeitos especiais, senão de nos aproximarmos, com amor e com ternura, a quem encontrarmos ferido no caminho. (...) Neste contexto, a revolução dos meios de comunicação e de informação constitui um desafio grande e apaixonante que requer energias renovadas e uma imaginação nova para transmitir aos demais a beleza de Deus. (Papa Francisco, janeiro de 2014).

Nosso curso “Comunicação para a transformação social” tem como propósito nos ajudar a responder melhor aos desafios atuais de um mundo que vive em um acelerado processo de transformação e de mudanças. Como transmitir aos demais a beleza de Deus? Como atuarmos no cuidado e na defesa da Casa Comum? Como construir comunhão, solidariedade e esperança num mundo ameaçado pela destruição do meio ambiente e marcado pela competição, consumismo e pelo individualismo?

Buscamos com este curso desenvolver atitudes e aptidões comunicacionais para uma comunicação democrática, baseada em valores humanos e cristãos, que ajude a consolidar lideranças comunitárias, processos participativos de transformação social e incidência pública.

De maneira específica nos propomos com o curso:

- › Fortalecer o trabalho das equipes de comunicação, locais e nacionais, ligadas a REPAM.
- › Articular estratégias de comunicação para uma cidadania ecológica.
- › Formar equipes nacionais que animem e acompanhem atividades de formação em estratégias de comunicação sobre temas Pan Amazônicos.

Sabemos que a comunicação não resolve todos os problemas, porém está presente e é fundamental nestes processos. Por ele, apostamos por uma comunicação humana que vá além dos meios e das técnicas. Uma comunicação que construa relações humanas, que permita o projeto coletivo de propostas e a implementação de alternativas para solucionar ou resolver necessidades e desafios.

METODOLOGIA

- › Processo de formação em 2 módulos: Oficinas presenciais de 5 dias cada uma; 40 horas por módulo.
- › Inspirada no princípio pedagógico de “aprender fazendo”, desenvolvida pela educação popular.



- › Tarefas a realizar nos intermédios de cada oficina, dirigidas a implementar estratégias comunicacionais em território.
- › Partimos sempre dos desafios e possibilidades que a realidade oferece e de necessidades ou urgências mais latentes das comunidades. Com base nisso, desejamos projetar estratégias conjuntas e precisar nossas contribuições a partir da comunicação.
- › Promovemos o trabalho colaborativo, não somente no curso, senão na prática e nos afazeres cotidianos. Sem um trabalho em rede e aliança com outros agentes sociais é muito pouco o que se pode avançar.

METAS PARA O MÓDULO I

Este primeiro módulo tem como intenção, levar os participantes a desenvolverem suas capacidades para olhar com outros olhos, a escutarem com maior atenção ao povo, usar novas estratégias e técnicas de comunicação, comunicar a partir de valores humanos e cristãos, construir coletivamente narrativas públicas que possibilitem a participação, a ação cidadã e incidência social.

Os participantes desenvolverão suas capacidades para:



- › Conhecer alguns dos princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja, referentes ao cuidado da Casa Comum e da Pan-Amazônia.
- › Realizar diagnóstico dos problemas a serem solucionados em suas localidades.
- › Analisar e avaliar produtos comunicacionais.
- › Melhorar suas técnicas e habilidades de comunicação.
- › Projetar e implementar estratégias de comunicação para a incidência em suas localidades.

NORMAS BÁSICAS DURANTE O CURSO

- › Propor e construir conjuntamente as normas ou regras básicas que deveremos cumprir para alcançar as metas e objetivos deste curso. Levantar em conta os diversos aspectos que tem a ver com esta comunidade de aprendizagem coletiva: Participação, horários, tarefas, trabalhos em equipe, integração e espiritualidade.
- › Propor também o que poderemos fazer como comunidade quando alguém não cumprir alguma destas normas comuns. Estas normas básicas poderão ser aperfeiçoadas ou mudadas, cada vez o grupo achar conveniente.



1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.



METAS PESSOAIS

Responder pessoalmente as perguntas. Em seguida poderemos compartilhar em plenário:

- › Quais são minhas expectativas neste curso?

- › Que conhecimentos ou habilidades me interessam aprender?

- › Que contribuições posso compartilhar para o grupo?



GUIA DE CONTEÚDOS E LEITURAS

REPAM

Do mesmo modo que o rio Amazonas, se forma com a colaboração de pequenos e grandes afluentes, a REPAM vai se formando a partir das experiências e vivências de muitas pessoas, comunidades, paróquias, vicariatos, prelazias, dioceses, organizações, instituições e etc., tendo em conta as palavras do Papa Francisco, ditas no Rio de Janeiro em 27 de julho de 2013:

“A presença da Igreja na bacia do Amazonas não é a de alguém com as malas prontas para ir depois ter explorado tudo o que havia ao seu alcance... A Igreja está presente na bacia do Amazonas desde o princípio... ainda está presente e é presença crucial para o futuro do local” (Papa Francisco, Jornada Mundial da Juventude, Rio 2013).

A REPAM nasce para “Criar consciência nas Américas sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade. Estabelecer entre as igrejas locais de diversos países sul-americanos, que estão na bacia Amazônica, uma pastoral comum com propriedades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie aos pobres e sirva ao bem comum” (DA 475).

Formalmente, a REPAM foi constituída em 12 de setembro de 2014, em Brasília, sob o impulso do



CELAM, CNBB, CÁRITAS e a CLAR. Neste encontro se apresentou a visão e missão:

Visão da REPAM: À luz do Evangelho de Jesus Cristo morto e ressuscitado, queremos viver uma experiência de fraternidade e solidariedade encarnada e inculturada, como instrumento de diálogo e unidade eclesial, sinal e horizonte do Reino de Deus (junto com outros (as) de boa vontade), ao serviço da Pan Amazônia, em defesa da vida, dom de Deus, seriamente ameaçado, o que implica “criar consciência nas Américas sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade” (DA 475).

Missão da REPAM: A partir de uma plataforma de intercambio e enriquecimento mútuo e uma junção de esforços das igrejas locais, congregações religiosas, instituições eclesiais, de leigos e organizadores afins, com voz profética e ao serviço da vida, da criação, dos pobres e do bem comum, nos propomos como REDE ECLESIAL PAN AMAZÔNICA – REPAM, potencializar de maneira articulada, a ação que realiza a Igreja em território Pan Amazônico, atualizando e especificando opções apostólicas conjuntas, integrais e multi-escalares, em referência a doutrina e orientações da Igreja.

Os sujeitos prioritários da Missão da REPAM: São os povos indígenas da Pan Amazônia com sua riqueza e diversidade cultural, e os grupos mais vulneráveis no território.



Vídeo institucional: https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=SHNz4xpcSH8

Documento fundacional: <http://www.cpalsocial.org/documentos/104.pdf>

Site: www.redamazonica.org

Facebook: <https://www.facebook.com/redeclesialpanamazonica/>

Twitter: <https://twitter.com/redamazonia>

A Pan Amazônia

"A Amazônia é única, um território indivisível. A Amazônia é um SER único, no seio do qual habitamos e interagimos. Um SER que vive e nos garante a vida"
(David Landa, Perú)

O Rio Amazonas se forma graças à colaboração das águas provenientes de várias vertentes: degelo de montes nevados, nascentes, chuvas, neblinas, pântanos, lagos, charcos, rios, córregos visíveis e subterrâneos.



Pelo Amazonas circulam águas provenientes de 9 países que constituem com um grande espaço de vida muito importante para a existência e futuro de toda a humanidade. Neste grande ecossistema tudo se em-

penha viver a partir de sua dinâmica harmoniosa: seres humanos, flora, fauna, espécies vegetais e animais, água, minerais, bosques, insetos, microrganismos e etc.

Todo o conjunto da Pan Amazônia é um bioma unitário, o maior sistema vivo do planeta, que funciona como um estabilizador climático regional e global, mantendo o ar úmido e produzindo um terço das chuvas que alimentam a terra. Produz 20% do ar que respiramos e também 20% da água doce que flui pelo mundo inteiro.

- › Compreende 7,8 milhões de quilômetros quadrados;
- › Conta com 34 milhões de habitantes;
- › Abriga a 390 povos indígenas, com aproximadamente 3 milhões de índios;
- › Há 137 povos isolados;
- › 240 línguas faladas pertencentes a 49 famílias linguísticas;
- › Compreende 9 países: 67% Brasil, 13% Peru, 11% Bolívia, 6% Colômbia, 2% Equador, 1,1% Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

A Pan Amazônia não é somente uma região geográfica, é uma sociedade pluriétnica e pluricultural, na



qual podemos aprender muito acerca do cuidado e proteção da Casa Comum. É uma região dinâmica, em constante movimento, uma Amazônia peregrina. É uma casa comum e lugar da Aliança de Deus com os que nela habitam.

A Pan Amazônia é também um lugar que sofre muitas agressões, principalmente dos que enxergam nela matérias primas e riquezas que devem ser saqueadas e exploradas.

PROPOSTAS A PARTIR DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA PARA SUPERAR NA AMAZÔNIA A CULTURA DO DESCARTE

(Colaboração de padre Joseba Segura, CÁRITAS EQUADOR)

1ª Proposta

Promover a defesa e desenvolvimento das culturas tradicionais e seu valor universal, contando com cosmovisões particularmente respeitosas e harmônicas para a Mãe Natureza, formulando e buscando apoios para um “pacto cultural” que faça emergir uma diversidade reconciliada.

Texto:

“Muitas vezes, os povos indígenas tem sido vítimas de criminalização e violência quando expõem suas justas exigências. Frente a essa realidade de exacerbado conflito social, a Igreja Católica está empenhada em anunciar a paz,



porém este anúncio “... não é uma paz negociada, mas a convicção de que a unidade do Espírito harmoniza todas as diversidades, supera qualquer conflito em uma nova e promissora síntese. A diversidade é bela quando aceita entrar constantemente num processo de reconciliação, até selar uma espécie de pacto cultural que faça emergir uma «diversidade reconciliada», como bem ensinaram os Bispos do Congo: «A diversidade de nossas etnias é uma riqueza [...] Somente com a unidade, com a conversão dos corações e com a reconciliação poderemos fazer avançar nosso país.»” (*Posição da Igreja Católica ante violação e abusos contra os Direitos Humanos das populações afetadas pelas indústrias extrativas de LA*”; audiência pública perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, março 2015, n.73, citando a Exortação Apostólica do Papa Francisco “*Evangelii Gaudium*”, novembro 2013).

Pergunta

Em que poderia consistir esse “pacto cultural” ao que se refere o texto?

2ª Proposta

Defender da violência e estigmatização os líderes de povos indígenas e do meio ambiente.

Texto:

Constatamos com preocupação a criminalização e estigmatização de defensores e defensoras de povos indígenas e da Natureza na América Latina, que “... se expressa de diferentes maneiras, as mesmas que podem ser por intimidações, processos judiciais, ameaças contra a vida, agressões, militarização, repressão e assassinatos. Também se expressa através do discurso e mensagens dos quais impulsionam os mega projetos, tachando lí-

deres e dirigentes sociais de terroristas, eco-terroristas e eco-históricos...” (Posição da Igreja Católica... N 55, citando “Quando abalam os direitos: extrativismo e criminalização na América Latina”, Observatório de conflitos mineiros da América Latina (OCMAL) e Ação ecológicas, Quito, novembro 2011, p. 145).

“Em alguns países da América do Sul, sobretudo nos que são ricos em recursos naturais (minerais, madeira, gás, petróleo...), o controle, a extração, o processamento e comércio destes recursos financiam grupos armados, forças militares e de segurança, que cometem graves violações dos direitos humanos, ao invés de contribuir ao desenvolvimento humano. Em todas as partes, além de onde pode, a Igreja defende os pobres e trabalha para proteger os que padecem devido à violência, o que dialoga com aqueles que podem ajudar a por fim aos abusos.” (Posição da Igreja Católica... N 56, citando Pronunciamento de 71 Bispos e Arcebispos da América e Europa de outubro de 2014, apoiado por CIDSE – Aliança Internacional de Agências Católicas de Desenvolvimento, titulado “Precisamos que se aplique a devida diligência na cadeia de abastecimento, para por fim ao financiamento dos conflitos”).

Pergunta

O que poderia ser feito para melhor assegurar a proteção preventiva e denúncia de casos de agressões a líderes de Direitos Humanos?

3ª Proposta

Desenvolver de maneira consciente o direito das populações tradicionais a serem escutadas e, especificamente, o direito a “consulta prévia”.



Texto:

A Igreja Católica constata que com frequência os direitos dos povos indígenas estão sendo formalmente consagrados. Mas, na prática tais direitos não são cumpridos ou são burlados, como é o caso do direito a consulta prévia: “Por parte do Estado frequentemente não se pratica a consulta prévia aos povos indígenas, possivelmente a serem afetados, ao qual deve ser executada através do Estado sem delegação aos setores privados, tal como exige o Acordo 169 da OIT em seu Art. 6.2, e a Declaração dos direitos dos Povos Indígenas e das Nações Unidas em seu Art. 19. Em particular frequentemente os Estados são ineficientes em executar as funções públicas de revisão dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), a aprovação dos Certificados Ambientais assim como o monitoramento do desempenho ambiental dos empreendimentos. Eles geram contextos que são propícios à corrupção e as relações impróprias entre funcionários públicos e de setor privado...” (Posição da Igreja... N 65, citando “Seminário Internacional de Indústrias Extrativistas (minérios e hidrocarboneto)” Lima, junho 2011, CELAM, Departamento de Justiça e Solidariedade).

A Igreja Católica considera também que esta paz, como uma sorte de “pacto cultural”, será alcançada se respeitarmos os direitos humanos dos povos indígenas já consagrados a nível nacional e internacional, como o direito a consulta prévia: “A respeito da consulta prévia, a Igreja reafirma seu compromisso de contribuir com a difusão de toda informação ampla, plural e riscos que esta implica, através de sua rede de rádios e outros meios de comunicação. Com isso a Igreja deseja contribuir para que a população possa estar informada e tomar decisões fundamentadas e críticas, elaborando propostas alternativas para defender seus direitos pela argumentação e pelo diálogo.” (Posição da Igreja... N 76, citando “Seminário Internacional de Indústrias Extrativistas (minérios



e hidrocarboneto)” Lima, junho 2011, CELAM, Departamento de Justiça e Solidariedade).

Pergunta

A nível nacional e internacional, é possível definir uma lista de tarefas que nos ajudem a fortalecer a voz e o impacto dos povos indígenas e, especificamente, o direito a consulta prévia?

4ª Proposta

Sustentar espiritualmente um especial compromisso com os pobres e os povos indígenas. Como bem sinala a Encíclica “Laudato Si”, os mais pobres sofrem com maior força as consequências da degradação do meio ambiente e à mudança climática, porque não podem se defender, nem escapar dos desastres que lhes sobrevêm.

Texto:

“A Igreja não está na Amazônia como quem tem malas prontas para ir-se depois de explorá-la. Desde o princípio está presente nela com missionários, congregações religiosas, sacerdotes, leigos e Bispos, e sua presença é determinante para o futuro da região.” (Papa Francisco, encontro com o Episcopado brasileiro, julho 2013).

Queremos servir de alto-falante ao protesto de numerosas tribos na Amazônia (Peruana), que gritam desesperadamente em línguas que os «civilizados» e/ou «cristãos» não querem e não podem entender: «Somos homens e temos direitos a sermos reconhecidos como tal, por ele exigimos identidade legal que como pessoas



e como grupo ainda nos segue» «*Temos direito à terra em que habitamos desde tempos imemoráveis, onde nascemos e enterramos nossos pais; por isso exigimos a propriedade legal*» «*Temos direito a vida, por isso exigimos que nos permitam sobreviver e viver dignamente*» «*Temos direito a ser parte da nação peruana sem sermos escravizados, por isso exigimos a autonomia, igualdade e liberdade*» (*Posição da Igreja Católica...* N 61, citando Declaração dos Vicariatos Apostólicos da selva peruana perante situações de injustiças, Lima, agosto de 1971).

Pergunta

Que chaves de espiritualidade cristã são capazes de motivar e desenvolver com mais força esta proposta?

5ª Proposta

Influenciar aos governos para que desenvolvam políticas econômicas respeitosas com a diversidade de culturas existentes, meio ambiente e direitos humanos.

Texto:

"A expansão do grande capital na exploração da Amazônia mediante a extração mineira, expansão agropecuária, construção de estradas, hidroelétricas e empresas madeireiras exige da Igreja maior presença profética... exige que a Igreja na Amazônia faça propostas "valentes", ter "ousadia" e "não ter medo", como nos pede o Papa Francisco..." ("Pan Amazônia: fonte de vida no coração da Igreja", Carta pastoral da REPAM, novembro 2014).

A Igreja Católica considera que é *seu* dever colaborar para "... projetar ações concretas que tenham in-



fluência nos Estados para aprovação de políticas sociais e econômicas que atendam as variadas necessidades da população e que conduzam para um desenvolvimento sustentável... Desta maneira, terá elementos concretos para exigir que aqueles que têm a responsabilidade de projetar e apoiar as políticas que afetam os nossos povos, o façam a partir de uma perspectiva ética, solidária e autenticamente humanista..." (Documento de Aparecida, N. 403).

Pergunta

Como podemos influenciar as políticas públicas em nossas regiões e no país?

QUESTÃO FUNDAMENTAL:

Como avançar para um novo modelo de desenvolvimento?

6ª Proposta

A Igreja quer contribuir para a reflexão social e política, sobre um modo alternativo de desenvolvimento, que seja integral e integrador, solidário e respeitoso com o meio ambiente, que articule uma posição de equilíbrio entre o bem estar econômico e a proteção ambiental, e que em seu aprimoramento progressivo, leve em conta no processo, a sabedoria dos povos indígenas.

Texto:

O que nossa experiência pastoral nos diz, é que não há uma única noção de desenvolvimento, senão vá-



rias, levando em conta a diversidade e riqueza cultural dos povos indígenas. Na permanente busca da Igreja Católica por um desenvolvimento integral e solidário para nosso continente, “... *inspira-nos e nos ajuda à vivência espiritual dos povos indígenas e afro descendentes, que a partir de suas origens se sentem parte da “mãe terra”... Nas culturas originárias há um espírito que mostra a sabedoria e a força de Deus na criação...*” (Posição da Igreja Católica... N 13, citando Seminário Internacional sobre Indústrias Extrativistas, Lima, junho 2011).

Os Bispos dos Vicariatos Apostólicos da Amazônia peruana apresentaram o ano de 2008 com muita clareza ao Estado que “os argumentos para a formulação de políticas de desenvolvimento nas florestas devem considerar os seguintes elementos: a segurança jurídica dos territórios indígenas, a relação dos povos indígenas com os territórios, o respeito à suas instituições e autoridades, o direito de consulta, a participação cidadã e o cuidado com o meio ambiente”.

Perguntas

Quais são as maiores dificuldades que impedem de avançar na definição de um novo modelo de desenvolvimento?

Como firmar mais o compromisso da Igreja com a defesa/custódia dos bens da criação na Amazônia? Priorização de mensagens, meios humanos e materiais, ações e modos de seguimento.

Finalizamos com outra frase de uma mulher indígena, desta vez equatoriana, que se relaciona com a primeira:



“Creio que a Igreja é o ponto que falta para a conversão mundial a um novo ser humano... Esperamos contar com a ajuda de um aliado tão forte como a Igreja... Refiro-me a Igreja como instituição, a Igreja com esse poder que fala palavras belas, mas que ainda não o tem assumido em sua totalidade” (Patricia Gualinga; líder Sarayaku; Reunião REPAM en Colômbia).

POR UMA COMUNICAÇÃO BASEADA EM VALORES E PROMOTORA DE MUDANÇAS.

A *comunicação* é um processo de intercâmbio de ideias, sentimentos, valores, informações, dados, confianças, dúvidas, angústias, esperanças e etc., que permitem criar condições para que a diversidade de interlocutores comparta ou circule sentidos em condições de igualdade.

Para que exista comunicação entre pessoas, requer algumas condições básicas: Se encontrar, compartilhar códigos, sinais e linguagens, interesse e vontade de intercâmbio de informação, valores, crenças e conhecimentos; compreensão e respeito de códigos culturais...

Não confundir comunicação com meios ou tecnologia de informação.

A comunicação permite:

- › Alcançarmos, aproximarmos, reconhecermos.



- › O conhecimento mútuo entre pessoas e grupos sociais.
- › Encontrar sentido ao complexo: por quê e para quê; causa e consequência.
- › Encontrar valores comuns e diferentes.
- › Distinguir esperanças conjuntas e diferenciadas.
- › Reduzir a incerteza e visualizar futuros possíveis.
- › Estimular processos sociais
- › Informar e impactar a sociedade e a opinião pública (meios massivos, comunitários e outros)
- › Consolidar ou modificar processos sociais.
- › A comunicação permite, facilita e ajuda a construir sociedade, comunidade, grupo, família, amizades... Constrói pessoas críticas que sabem escutar, propor, capazes de gerar consenso e respeitar as diferenças.
- › A comunicação não é feita somente com palavras ditas, ouvidas, escritas ou lidas. A comunicação é feita também com o olhar, o sorriso, o gesto, a mímica, a forma como nos



aproximamos das pessoas, o tom em que falamos a força ou a ênfase que colocamos nas palavras ou nas coisas que fazemos.

- › O direito a comunicação inclui o direito a informação, a liberdade de expressão, ao livre acesso a informação pública, ao respeito a intimidade e preservação de dados pessoais, mas também ao acesso, ao uso e a propriedade dos meios e tecnologias que facilitam a comunicação.
- › O direito a comunicação envolve a todas as pessoas, grupos sociais e comunidades, não somente aos empresários da comunicação, nem somente aos jornalistas ou comunicadores sociais.
- › A comunicação democrática, possibilita a construção de narrativas mobilizadoras, porque parte dos valores, sentimentos, necessidades e interesses da comunidade e não a partir de lideranças verticais e impositivas.

VISÕES DIFERENCIADAS SOBRE A REALIDADE E SEU FUTURO

"A cultura ecológica não se pode reduzir a uma série de respostas urgentes e parciais aos problemas que vão



aparecendo em torno da degradação do meio ambiente, a devastação e contaminação das reservas naturais. Deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que conformem uma resistência ante o avanço do paradigma tecnocrático.” (Papa Francisco LS #111)

É muito comum encontrar nos meios de comunicação e em respostas de políticos, empresários e dirigentes, algumas visões tendenciosas ou reducionistas da realidade: “As leis de livre comércio podem regular toda a sociedade e resolver os problemas da pobreza e atraso que vive o país”; “Agora com a informática e a nanotecnologia, o desenvolvimento tem se democratizado porque todos nós podemos ter acesso aos bens do conhecimento e da informação”; “A única alternativa possível é deixar a natureza quieta e voltar à relação harmônica com ela, tal como viviam nossos antepassados”.

- › Visão Mercadológica, culto ao dinheiro e ao mercado, cultura do descarte...
- › Visão Tecnocrática, as tecnologias resolverão todos os problemas...
- › Visão Pachamista, ter que voltar ao passado das culturas milenares...
- › Visão Holística, voltada para propostas novas, porém integrais...



“Num extremo, alguns sustentam a todo custo o mito do progresso e afirmam que os problemas ecológicos se resolverão simplesmente com novas aplicações técnicas, sem considerações éticas nem mudanças de fundo. Em outro extremo, outros entendem que o ser humano, com qualquer de suas intervenções, somente pode ser uma ameaça e prejudicar ao ecossistema mundial, pelo qual convém reduzir sua presença no planeta e lhe impedir todo o tipo de intervenção. Entre estes extremos, a reflexão deveria identificar possíveis cenários futuros, porque não há um único caminho de solução. Isto daria lugar a variadas colaborações que poderiam entrar em diálogo na busca de respostas integrais”. (Papa Francisco LS #60)

Desafio a construir: O Papa Francisco em sua encíclica “Laudato Si” nos desafia a construir um novo modelo de produção e sociedade: *“Ainda não se conseguiu adotar um modelo circular de produção que assegure recursos para todos e para as gerações futuras, e que supõe limitar ao máximo o uso dos recursos não renováveis, moderar o consumo, maximizar a eficiência do aproveitamento, reutilizar e reciclar. Abordar esta questão seria um modo de combater a cultura do descarte, que termina afetando o planeta inteiro, porém observamos que os avanços neste sentido ainda são muito escassos”.* (LS #22)

NARRATIVAS CIDADÃS MOBILIZADORAS

Toda comunidade e toda organização tem suas raízes em valores compartilhados. Estes valores se expressam num modo de pensar mais ou menos comum,



em princípios que orientam ou levam normas aos comportamentos, num discurso comum que convoca e leva a ação. Toda comunidade ou organização ativa e unida tem um pensamento hegemônico que se expressa num determinado discurso.

A construção de uma narrativa compartilhada depende muito de como COMUNICAMOS nossos valores através de histórias:

1. Dado que uma das principais tarefas que temos como cristãos é colaborar com outros na construção de um pedacinho do Reino de Deus na comunidade, a narrativa pública baseada nos valores humanos compartilhados e nos valores do evangelho, pode ser uma poderosa ferramenta para contagiar vontades, agrupar pessoas, organizar e mobilizar a comunidade.
2. Cidadania é responsabilizar-se pela injustiça e desigualdade existente e em corresponsabilidade com outros para resolvê-los, através de compromissos coletivos a partir da solidariedade e de valores compartilhados coletivamente.
3. Os valores compartilhados por uma comunidade são fonte de inspiração e de motivação que nos mobiliza para transformar situações de injustiça e em defesa do bem comum. A narrativa cidadã, comunitária e pública (construída e



assumida em e a partir da comunidade) só se constrói mediante um respeitoso processo de comunicação horizontal que parte dos valores pessoais, se integra nos valores comunitários e move a atuação para a mudança.

4. A narrativa cidadã é uma estratégia de comunicação que permite construir o significado de um problema social concreto, através de histórias coerentes para conseguir solução, a partir dos valores compartilhados em determinada organização ou comunidade.
5. O compromisso nasce da solidariedade, que equivale a sentir e atuar com outros, a imaginar e desejar o bem comum para e com outros. Esse advento da solidariedade, essa emoção primária do “com-doer-se”, apaixonar-se e desejar seu bem, é o espírito telúrico da mudança que procuramos com urgência.
6. Narrativa pública é uma forma de comunicar nossos valores através de histórias, transmitindo a motivação para mudar o mundo. Através das narrativas cidadãs, contamos a história do por que estamos sendo chamados à liderança (*eu*), os valores da comunidade que fazemos parte, que convoca a todos à uma liderança (*nós*), os desafios para esses valores que exigem ação presente (*agora*), para construir o futuro desejável. (Marshall Ganz 2014)



COMUNICAÇÃO A PARTIR DOS VALORES PESSOAIS

Por que estou aqui? Experimentar os valores que o chamam não somente para servir a causa que se serve, mas para aceitar a responsabilidade de liderá-la.

Comunicar os valores pessoais, através de uma história de si mesmo pode ser forte, não tanto devido ao drama "alto" ou "trágico", mas muito mais pelo valor que se mostra em permitir aos outros enxergarem algo profundo da vida pessoa que fala: mais que seus segredos profundos, e sim os momentos chave em sua vida que a formaram. Se conta uma história de si mesmo para permitir que os outros "entendam".

COMUNICAÇÃO A PARTIR DOS VALORES COMUNS, A PARTIR DOS OUTROS

Permite ENTENDER-SE MUTUAMENTE, e experimentar os valores que compartilhamos que podem nos inspirar a ATUAR JUNTOS, encontrando valor um no outro, e encontrando esperança na solidariedade.

COMUNICAÇÃO E URGÊNCIA... PARA ATUAR AGORA

O AGORA articula a eleição urgente enfrentada por esse "nós" que exige AÇÃO.

Esta ação gera um DESAFIO, uma ELEIÇÃO e uma visão ESPERANÇOSA do que poderia ocorrer.



Atuar agora, consiste em mobilizar e desenvolver os recursos da comunidade (eleitores) de maneira que possam criar o PODER necessário para ganhar.

A AÇÃO deve ser EFETIVA para alcançar METAS. A ação efetiva também deve fortalecer a organização e comprometer as novas comunidades aumentando sua capacidade de causar ou de produzir mudanças no futuro. Isto produz crescimento nas pessoas da comunidade que estão envolvidas nas campanhas e desenvolve suas lideranças.

POR UM EXERCÍCIO PLENO DE CIDADANIA

Nossas fracas democracias exigem, para se firmarem, cidadãos que não se limitam a dar um voto a cada 4 ou 5 anos, senão que exerçam seus direitos plenos como cidadãos (deveres e obrigações), todos os dias (atuando, propondo, tomando iniciativas, propondo ações, exercendo controle e vigilância à suas autoridades, organizando-se e etc). A partir de nosso trabalho de comunicação para a transformação, poderemos ajudar muito nestes processos de construção de uma cidadania ativa.

Disse a filósofa Adela Cortina, que o mais bonito da cidadania é que nunca se constrói no solitário, sempre no coletivo, sempre junto a outros. Não existe cidadania no solitário. Nesse sentido podemos dizer que construir cidadania é também construir comunidade e comunhão.



- › Cidadania é igualdade legal, social e humana, em primeiro lugar, supõe considerações e tratamentos mútuos de respeito e consideração igualitária. Porém também significa, fazer-se responsável pela desigualdade social existente em nossos países, estabelecendo prioridades de problemas onde a desigualdade é um elemento determinante. É recuperar, para a democracia, a ideia de justiça. (Rosa María Alfaro)
- › A cidadania, segundo Arendt 1993, supõe compromissos “com-cidadãos” com os outros. Leva em conta a importância do comum, do que é construção de acordos, da criação de redes, espaços e comportamentos de solidariedade, da conformação de esferas públicas. Uma comunicação que busque estes diálogos e encoraje empoderamento coletivos propondo de outra maneira a ideia de comunidade, ligada às liberdades e independências individuais, numa política de contínua aproximação e compromissos coletivos. Todo cidadão tem um saber e sua própria verdade, se trata mais de bem construir uma solidariedade coletiva que signifique eficácias e produtividades concretas na gestão local e mais massiva. (Rosa María Alfaro)
- › Cidadão é um projeto, dono de sua própria vida, que escreve o roteiro de sua própria no-



vela, o protagonista de sua própria história, aquele a quem não lhe escrevem sua vida a partir de outro lugar, ou no seio de uma comunidade política. Porém, o mais bonito da cidadania é que nunca se pode construir no solitário, senão construir sua autonomia sempre junto a outros, junto aos que são seus concidadãos no seio da comunidade política. (Adela Cortina, 2008).

LIDERANÇA A PARTIR DOS VALORES COMUNS

Liderança: Aceitar a responsabilidade de fazer que outros consigam um propósito comum sob condições de incertezas. A fortaleza de um movimento social se baseia em seu compromisso para desenvolver este tipo de liderança. A verdadeira liderança desenvolve a capacidade de liderar nos outros.

Organizar: É uma forma de liderança que permite a uma comunidade converter seus recursos em poder, para fazer uma mudança baseada no recrutamento, capacitação e desenvolvimento da liderança. A organização trata de equipar pessoas com o poder (história e estratégia) para fazer mudanças (resultados reais).

Comunidade: é um grupo de pessoas que “se põe de pé junto” para afirmar suas próprias metas. O trabalho do organizador é criar condições sob as quais “uma co-



munidade” pode se converter em “uma comunidade organizada” reconhecida como tal e mobiliza seus próprios recursos para resolver um problema, ter a capacidade de manter-lhe resolvido e por serem agentes de mudança. O trabalho dos organizadores é de converter uma comunidade (pessoas que compartilham interesses ou valores comuns) numa comunidade organizada (pessoas que podem atuar em nome desses valores ou interesses).

Poder: é a “habilidade de conquistar propósitos”. O poder não é uma coisa, ou uma qualidade, é a influência criada pela relação entre interesses e recursos. Nosso poder vem da comunidade.

Um bom líder:

- › Assiste e está presente na experiência de outras pessoas, escutar com a cabeça e com o coração. Não é um líder quem somente estiver preparado para dar respostas antes de ouvir e observar seus desafios.
- › Ajuda as pessoas a explorar e fazer que seus desafios e êxitos tenham sentido. Não somente louva ou foca nos pontos fortes dos outros por medo de ferir seus sentimentos.
- › Ajuda a encontrar soluções para os desafios. Não basta unicamente criticar.



- › Sabe fazer perguntas... Faz perguntas que resplandeçam e desafiam o outro a buscar ou descobrir respostas.
- › Não dá receitas, nem diz: o que fazer?

Por uma comunicação solidária

- › Comunicação solidária é “projetar e construir coletivamente propostas de comunicação para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, baseada em valores humanos e cristãos. Uma comunicação construtora de uma cidadania ativa, responsável e democrática, assumindo na sociedade o papel de agentes de mudança social e para os quais temos uma identidade cristã católica. Mudança social não é outra coisa que a construção de comunidades fraternas, de sociedades que vivam em comunhão”. (OCLACC, 2008)
- › Os valores inspiram a ação através da emoção. Os valores se expressam em histórias vividas (experiências) nas quais firmam o poder de mobilizar outros.

A SOLIDARIEDADE é o vínculo que nos une ao outros; a solidariedade é o laço que une uma pessoa à comunidade (imediata ou global). Ela é o laço que une a comunidade com cada pessoa ou grupo de pessoas. Solidariedade é compartilhar sentimentos com outros.



Solidariedade é antes de tudo a consciência do sofrimento do outro que impulsiona a agir. A solidariedade é feita de muitos pedacinhos de nós mesmos, desse pedacinho que é capaz de sentir compaixão, sofrer com o outro; desse outro pedaço com o que sabemos, sem palavras, e a situação difícil ou intolerável dos outros é também assunto meu.

Se por no lugar do outro: “calçar o sapato do outro”. Assim a empatia é a emoção que antecede a solidariedade. Olhemos nossos pés e nosso calçado e nos perguntemos todos juntos, quantos sapatos sou capaz de calçar para caminhar com o outro?

O que faz a solidariedade? Primeiro nos conduz da desesperança e da tristeza, à indignação. Então, desfaz a vertigem de uma emoção coletiva nos tornando fortes para vencer o medo e a tristeza. Não basta indignar-se! O compromisso nasce da solidariedade, que é sentir e agir com outros, imaginar e desejar um bem comum para e com os outros. Esse advento da solidariedade, essa emoção primária do “com-doer-se”, apaixonar-se e desejar seu bem, é o princípio telúrico da mudança que procuramos com urgência. Agir assim anuncia a chegada do que parecia impossível. (Rossana Reguillo, 2015)

Não há um verdadeiro compromisso solidário com os pobres quando estes são considerados somente pessoas que esperam passivamente uma ajuda. Respeitar sua condição de autores de seu destino é uma condição indispensável para uma genuína solidariedade. O propósito não é se tornar-se, exceto em caso de extrema urgência e de curta duração, em “a voz dos sem voz”, mas contribuir, de alguma maneira, para aqueles hoje que não têm voz que venham a tê-la. Para toda pessoa, ser agente

de sua própria história é uma expressão de liberdade e dignidade, ponto de partida e fonte de um desenvolvimento autenticamente humano. Os insignificantes da história foram – e ainda são em grande parte – os que por ela passaram silenciosamente. (Gustavo Gutiérrez, 2007)

Sites e links recomendados para pesquisas ou referência (conteúdo em espanhol):

Comunicação, cidadania e valores, OCLACC, Quito – 2008 https://issuu.com/muticom/docs/comunicacion_ciudadania_valores

Comunicação, cultura e missão, OCLACC, Quito – 2009 <https://issuu.com/oclacc2010/docs/libroccm>

<http://viaductosur.blogspot.com/2015/03/globalizar-la-solidaridad-palabra.html> Globalizar a solidariedade: palavra, escuta e ação, Rossana Reguillo, 10 de março de 2015)

SEGUIMIENTO DE JESUS E OPÇÃO PELO POBRE, Gustavo Gutiérrez <http://www.mercaba.org/ARTICULOS/S/seguimiento%20de%20jesus.pdf>

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA EVANGELII GAUDIUM DO SANTO PADRE PAPA FRANCISCO. http://w2.vatican.va/content/francesco/es/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html



Globalização, narrativas e redes: conflitos sobre a atividade mineradora em Tambogrande, Piura. <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/espacioydesarrollo/article/view/5453/5450>

“Comunicação e cidadania”, Rosa María Alfaro, julho 2000, <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n18/18ralfaro.html>

A narrativa pública, uma ferramenta de liderança: <http://www.narrativapublica.com/>

Série Radial “Laudato Si”, sobre o cuidado da nossa casa comum, (em Português) <http://redamazonica.org/pt-br/laudato-cuidado-nossa-casa-comum/>

Encíclica “Laudato Si”, Papa Francisco, Texto: <http://redamazonica.org/wp-content/uploads/2015/06/Laudato-Si-ES.pdf>

A COMUNICAÇÃO COMO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA

As práticas comunicativas na sociedade são muitas e diversas. Não existe um modelo dentro do qual se possa classificar, porque respondem a essência do ser humano como sujeito livre, de condição complexa e basicamente social. Tais práticas se entretêm pelos hábitos próprios da cultura que vão gerando novas ritualidades pelo desenvolvimento de técnicas e tecno-

47



logias de comunicação e pelo entrelaçamento e interação no âmbito da vida cotidiana das pessoas.

Os processos comunicacionais que se constituem no marco da cultura e as ações de incidência, ocorrem nesse mesmo âmbito e por ele são condicionados e os delimitados. São compreendidos a partir da complexidade. Se bem que não há uma maneira precisa de definir a complexidade. Podemos dizer que aquilo que denominamos habitualmente como “a realidade” é uma manifestação da complexidade: **um cenário transformador, modificado de maneira permanente pela intervenção dos diferentes agentes e percebido de maneira diferente por cada um deles, gerando de maneira contínua, situações problemáticas que sempre passam do limite de nossos conhecimentos.**

Na medida em que as pessoas e as organizações sociais desenvolvem a capacidade para analisar esses âmbitos de atuação, lendo-os comunicacional e culturalmente, se tornarão capazes de avançar na auto compreensão de sua trajetória. Estarão em condições de discernir de forma mais adequada os caminhos a transitar, de desenvolver estratégias mais pertinentes na função dos objetivos de incidência. Poderão assim planejar com maior acerto os passos a serem dados.



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA A INCIDÊNCIA:

Entendemos por incidência uma ação sustentada no tempo com o objetivo de transformação social e perspectiva de direito. Essa ação busca influenciar e gerar discussão pública sobre um determinado tema ou questão em algum dos seguintes níveis:

- › Dar visibilidade a um tema;
- › Sensibilizar sobre um tema;
- › Fazer agenda sobre um tema;
- › Participar na definição de políticas públicas.

Entendemos que uma organização social desenvolve habilidades e capacidades organizacionais para a incidência quando:

- › Tem clareza a respeito de sua missão em torno do tema/direito que lhe preocupa e seus membros possuem objetivos compartilhados;
- › A experiência no local tem sido problematizada a partir da leitura crítica do contexto de intervenção (o cenário) e do tema que os convoca (o direito humano que se busca garantir);
- › Gera ações para dar a conhecer o que faz e dar

visibilidade ao direito em diversos âmbitos do espaço público;

- › Se propõe a sensibilização de agentes chaves em torno a esse tema e sua fixação na agenda política;
- › Busca a participação ativa na tomada de decisões para o projeto de políticas públicas específicas em relação ao tema que o preocupa, sendo um interlocutor habitual do Estado sobre o tema de sua competência.

A incidência não é conseguida apenas através do desenvolvimento e prática de todas estas habilidades e capacidades. Na maioria dos casos não existe consciência organizacional a respeito das mesmas e nem mesmo podem distinguir-se de todas elas a partir do ponto de vista analítico. No entanto, níveis e capacidades se combinam para dar lugar às estratégias, entendidas como curso de ação que orienta a vontade de transformação posta em manifesto pela organização e que tem por finalidade alcançar a vigência plena de um direito.

A estratégia está vinculada com a ação e geralmente se traduz numa diretriz ou conjunto de diretrizes articuladoras da ação coletiva. É uma forma de fazer ou de gerar critérios para o fazer. Também são múltiplos os caminhos complementares que elegemos e percorremos para alcançar determinados cenários. A partir



de um olhar mais epistemológico, pode ser dito que a estratégia é uma forma de perceber o mundo que permite determinada localização para o fazer, para a mudança, para a ação transformadora.

Em consequência, pensar em estratégias de comunicação requer o reconhecimento, dinamização e, em alguns casos projeção dos processos. Esses processos são vinculados a agentes buscando conciliação social e mobilização por meio da negociação de propósitos coletivos e construção de cenários comuns.

Tais estratégias exigem a utilização de meios e a elaboração de produtos comunicacionais. Porém, tanto a seleção dos meios como as características dos produtos precisam:

- › Adequar-se e guardar coerência com o direito que se pretende alcançar;
- › Respeitar os processos de apropriação por parte dos agentes intervenientes;
- › Permitir o empoderamento dos agentes em função do direito que se persegue;
- › Ser conciliadores com o contexto social e cultural em que se inserem;
- › Integrar-se numa estratégia que resolva as complementaridades no marco da gestão.



A observação sistemática dos modos de ser e atuar das organizações para conseguir seus propósitos políticos e a utilização consequente de estratégias e recursos de comunicação, pode nos permitir encontrar parâmetros para compreender o grau de desenvolvimento das organizações, avaliar suas capacidades comunicacionais e ao mesmo tempo, propor cursos de ação com a finalidade de alcançar objetivos políticos para a incidência baseada em uma nova perspectiva integral de direitos.

MATRIZ DE INCIDÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Para analisar o grau de desenvolvimento das organizações sociais.

(Colaboração de Washington Uranga, Jornalista Uruguaio)

Em primeiro lugar se apontam os **níveis de incidência** segundo o que se descreve antes. Nas colunas subsequentes sinalam os indicadores que mostram as **capacidades e habilidades organizacionais**, em primeira instância e, por fim, de **capacidades e habilidades comunicacionais** que deveriam verificar-se na prática das organizações.

- › Na primeira coluna da esquerda ("Níveis de incidência") descreve-se as características da ação que desenvolvem as organizações com vocação de incidência, partindo da menor complexidade (1) à maior complexidade (4).



- › Na segunda coluna ("Capacidade e habilidades organizacionais") mostra-se os indicadores organizacionais que correspondem aos níveis anteriores. Isto é, que se reconhecemos estes indicadores poderíamos afirmar que a organização está em condições de executar o nível de incidência correspondente.
- › A terceira coluna ("Capacidades e habilidades comunicacionais") designa os indicadores estritamente comunicacionais que correspondem com os níveis de incidência antes sinalados e com as capacidades e habilidades organizacionais descritas.

O nível de incidência de uma organização poderia estabelecer-se reconhecendo as capacidades organizacionais e comunicacionais através dos indicadores sinalados nas colunas subsequentes.

MATRIZ DE INCIDÊNCIA E COMUNICACIONAL

Ferramenta para reconhecer os níveis de incidência comunicacional no âmbito público por parte de organizações e/ou grupos com vocação de incidência. Também pode ser útil para projetar o desenvolvimento de capacidades e habilidades nestas organizações.

NÍVEIS DE INCIDÊNCIA	CAPACIDADES E HABILIDADES ORGANIZACIONAIS	CAPACIDADES E HABILIDADES COMUNICACIONAIS
	Indicadores	Indicadores
1. Visibilizar um tema Há um tema que deve ser abordado, transformado, resolvido. Este tema existe, e é necessário para que a sociedade o conheça.	Conta com um nível mínimo de estrutura e funcionamento organizacional (equipe gestora, objetivos compartilhados, encontros periódicos, mínima infraestrutura, conectividade e certos níveis de comunicação entre seus membros). Dispõe de informação sobre o tema específico de intervenção (informação científica, de políticas públicas, meios de comunicação de outros agentes que trabalhem o tema).	Consulta assistemática com especialidades e informantes chave. Desenvolvimento de ferramentas de análise de informação sobre o tema. Difunde informação e emite juízos públicos sobre os temas que lhe preocupam com escasso nível de impacto.



2. Sensibilizar sobre um tema para outros agentes chave. Este é um tema importante para debater, o que afeta a diferentes agentes que, portanto exige trabalho conjunto e apoio multi-agente. (mobilizar outros)	Conta com recursos organizacionais (técnicos, materiais e humanos) para relevar, sistematizar e produzir informação; vincular-se com agentes no território e trabalhar em rede com agentes afins. Dispõe de informação sistematizada sobre a realidade situacional e/ou contextual de intervenção, a partir de fontes diversas. Conta com reconhecimento por parte de outros agentes como referência, sobre o tema de interesse. Consegue a adesão de alguns agentes do território de influência. Desenvolve capacidade crítica frente às iniciativas sobre o tema e às propostas de políticas públicas.	Trabalha com especialistas e agentes chave e exame de fontes especializadas. Encontro e/ou intercâmbio de opiniões com continuidade no tempo com outros agentes afins Promove níveis de consulta à população vinculada ao tema/território Trabalha na recopilação e análises da informação especializada a partir da própria experiência. Produce informação e emite juízos sobre os temas que preocupam nos diferentes suportes, de acordo com o público alvo e com intenção de mobilizar agentes. Trabalha em rede com agentes afins.
--	--	---

3. Fixar o tema na agenda pública. Este tema é prioritário e urgente para nosso país/ comunidade hoje em dia, pelo que não se pode evitar sua resolução/ melhoria/ transformação.	Agrega as capacidades organizacionais, recursos humanos especializados, técnicos e materiais à gestão comunicacional. Possui mecanismos próprios para acessar a informação qualificada sobre a realidade institucional e/ou contextual de intervenção, a partir de fontes diversas. Desenvolve capacidades organizacionais para sistematizar, produzir informação sobre a atualidade do tema. Promove a participação dos membros em espaços formativos especializados. Avalia planos e programas de políticas públicas específicas, fixa posições e expõe propostas alternativas.	Possui capacidades, metodológicas para a construção de conhecimento sobre as percepções e os sentidos dos interlocutores e da informação especializada. Trabalha sistemática e estrategicamente com especialistas, agentes chave e tomadores de decisão das políticas públicas. Planejamento de meios em função de diferentes objetivos de públicos. Gera recursos comunicadores para mediar e difundir seus posicionamentos e propostas (suporte gráfico, audiovisual e digital). Desenvolve intercâmbios sistemáticos com os responsáveis da gestão e tomada de decisões tanto na órbita governamental e sociedade civil. Projeta ações e campanhas públicas para influenciar quem toma decisões de políticas públicas.
--	--	---



4. Participar na definição de políticas públicas. Este tema deve ser abordado adiante por uma política pública específica.	Fortalece capacidades organizacionais para garantir e sustentar seu nível de participação na definição de políticas públicas. Gera conhecimento próprio sobre os procedimentos e mecanismos da gestão do Estado vinculada as políticas públicas. É um interlocutor habitual do Estado sobre os temas de sua competência. Suas opiniões são levadas em conta na definição de políticas públicas. Audita e realiza um seguimento da gestão.	Participa de espaços de consulta e debate para a tomada de decisões em torno das políticas públicas específicas ou relativas ao tema da incumbência. Elabora informativos com os resultados da auditoria e controle de gestão. Difunde informações através de diversos canais e meios de comunicação.
---	--	---

EIXO DE COMUNICAÇÃO DA REPAM

Serviços e estratégias de Comunicação

A REPAM, entendida como um espaço solidário de coordenação, intercambio e ação conjunta; nos dá a possibilidade de compartilhar desafios, experiências, conhecimentos e apoiar-nos mutuamente em nossas tarefas a favor dos povos amazônicos, das igrejas locais e do conjunto do bioma Pan Amazônico.

Esse trajeto, nem sempre é fácil e muitas vezes até perigoso. A comunicação é um dos componentes mais importantes. Comunicação entre pessoas, organismos e entidades que formam a REPAM, e a partir da rede ao conjunto da sociedade em seus diversos níveis: local, nacional, regional e internacional.

Por ele, a partir do eixo de comunicações, nos propomos ajudar a **"Amazonizar o Mundo"**. Para o qual precisamos planejar e implementar algumas estratégias no âmbito da formação, a assessoria, a coordenação e a produção comunicacional

Nível local:

1. Formação e assessoria em comunicação para líderes sociais e agentes de pastoral. A comunicação horizontal e em diálogo, como parte fundamental de todo processo social de mu-



dança. (escuta, diálogo, argumentação, narrativa pública, teatro, dança, música, meios comunitários, meios massivos de comunicação social...).

2. Formação especializada em métodos e estratégias de comunicação cidadã para comunicadores e jornalistas.
3. Formação de porta-vozes comunitários e da igreja local.
4. Rede de meios e jornalistas sensíveis e solidários com a natureza e com os povos amazônicos.
5. Produção de mensagens e produtos comunicacionais para meios, redes sociais e processos educativos.
6. Uso didático de produções audiovisuais: Filmes, séries de rádios, músicas, documentários, teatro e etc.).
7. Comunicação e incidência pública.

Nível Nacional

1. Capacitação de facilitadores/as de processos formativos em comunicação democrática e em estratégias de comunicação para a transformação e incidência pública.



2. Formação de porta-vozes nacionais da REPAM e das organizações nacionais da Amazônia.
3. Coordenação de campanhas nacionais em temas ou casos urgentes.
4. Rede informativa nacional integrando diversos meios de comunicação.
5. Rede nacional de comunicadores, jornalistas e meios solidários com a Pan Amazônia (Encontros, seminários, oficinas, boletins, cursos, estágios).
6. Produção de mensagens e produtos comunicacionais para distribuição e difusão nacional.
7. Colaboração, a partir da comunicação para outras áreas do trabalho da REPAM nacional e das organizações e entidades nacionais que trabalham a favor da Amazônia.

Nível Regional

1. Coordenação e trabalho em rede. Apoio e impulso das redes regionais de comunicação: redes binacionais, redes por bacia ou região, redes nacionais ou idiomas, redes interculturais e redes temáticas.
2. Equipes de facilitadores regionais ou idiomas: Intercambio, coordenação e colaboração em



atividades de capacitação e fortalecimento do talento humano.

3. Coordenação de campanhas regionais de comunicação, em função de temas ou de conjunturas sociais.
4. Redes informativas de intercambio, de notícias, alertas urgentes e produtos comunicacionais. Apoiadas nas tecnologias da comunicação e informação.
5. Produtos comunicacionais para a região.
6. Trabalho coordenado com as redes fraternas de comunicação: ALER, SIGNIS, WACC, AMARC, ALAI, ADITAL, RIILAL, etc.
7. Presença permanente da Palavra da Igreja nos meios. A REPAM deve promover entre seus líderes a produção regular de comentários, entrevistas e opiniões sobre temas Pan Amazônicos. Estas colaborações devem ser distribuídas para a imprensa em mídia escrita, vídeos e áudios. Estes sempre acompanhados de fotografias e dados complementares. Cardeal Humes, Mons. Pedro Barreto, Mauricio López, entre outros podem colaborar.
8. Produção e difusão constante de noticiários, comentários, entrevistas e artigos no site da



REPAM, nas redes sociais, sites amigos. Assim como alimentar de maneira coletiva um centro virtual de documentos, livros e materiais úteis para o trabalho pastoral na Pan Amazônica. (Shigra Panamazónica).

Nível Internacional

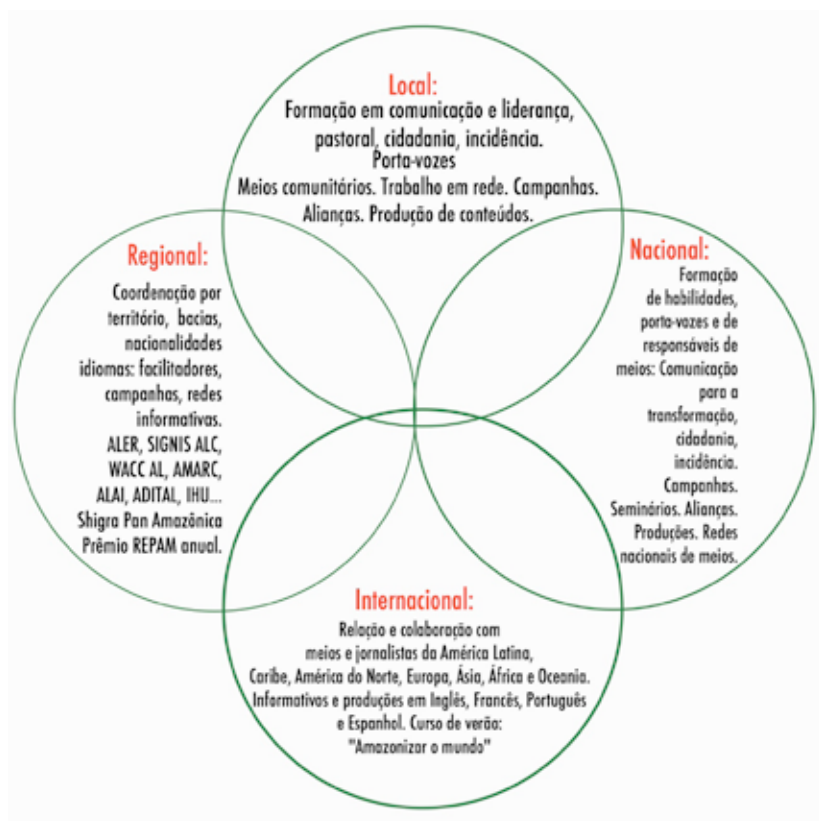
1. Relação com meios de comunicação e jornalistas em todos os países possíveis. De maneira particular na América Latina, Caribe, América do Norte e Europa. O contato com líderes de opinião e instituições de apoio dos países citados é fundamental.
2. Boletins especiais para imprensa em Inglês, Francês, Português e Espanhol. Que devam ser distribuídos especialmente aos meios de maneira quase que personalizada. Com telefones e e-mails para contatos ou serviços de imprensa.
3. Nas campanhas de incidência pública, a estratégia deve abarcar o âmbito nacional e internacional. Se o caso envolve a imprensa ou governos estrangeiros, focalizar os esforços nos países citados. A estratégia de incidência internacional deve estar estreitamente ligada aos casos que se abordaram na Escola de Direitos Humanos.



4. Repórteres e correspondentes nacionais de meios internacionais. Estes jornalistas devem ser convocados e informados das atividades da REPAM. Facilitando-lhes contatos, dados e informações sobre os temas da Amazônia.
5. Comunicadores estrangeiros, interessados em temas ambientais, devem ser contatados e proporcionar-lhes facilidades, para visitar o território e levantar informações para seus meios.
6. Curso de verão “Amazonizar o mundo” – Organizado a cada dois anos, para jornalistas internacionais. Curso na região com temática Pan Amazônica de interesse para o mundo.
7. Prêmio REPAM para jornalistas e produtores audiovisuais. Prêmio anual para jornalistas de rádio, imprensa, cinema, televisão e internet que se destaquem por seu trabalho a favor dos povos amazônicos.
8. Coordenar com as redes internacionais da REPAM para que possam somar de maneira corresponsável neste processo. Ter nas citadas redes uma pessoa de referência, para melhor chegar à imprensa e formadores de opinião da América do Norte, Europa e Ásia.



9. Apoiar as campanhas que se constituem a partir de organismos internacionais ou a partir da imprensa internacional.



REPAM PROMOVE CURSO DE COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O Comitê Brasileiro da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam-Brasil) e a Comissão Episcopal para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio da *Catholic Relief Services* (Entidade Católica dos Estados Unidos que presta ajuda humanitária) promovem de 20 a 25 de setembro, em Manaus (AM), o curso “Comunicação para a transformação social”.

Participam do curso cerca de 40 comunicadores da Amazônia Legal vindos dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Também estão presentes representantes da Rede Marista do Rio Grande do Sul; das irmãs paulinas, de São Paulo; da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), das Pontifícias Obras Missionárias (POM), da Cáritas Arquidiocesana de Manaus e do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam).

O curso está organizado em dois módulos e busca encontrar respostas aos desafios da comunicação e como atuar no cuidado e defesa da Casa Comum, nosso planeta. Neste processo também se deseja construir comunhão, solidariedade, esperança e fortalecer atitudes e aptidões para uma comunicação democrática partindo dos valores humanos e cristãos. Por fim a proposta é consolidar lideranças comunitárias e processos participativos de transformação social e incidência pública. As atividades são conduzidas pelo responsável pela comunicação da Repam, Pedro Sánchez, de Quito, no Equador.

O diretor do Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazônia (ITEPES), padre Raimundo Vanthuy Neto, na acolhida aos participantes, propôs dois horizontes para a comunicação da Repam-Brasil: anúncio e denúncia.

“Anúncio da beleza e pluralidade das formas de viver, da beleza da vida, dos valores dos povos, da floresta, das águas, mas também de comunicar a denúncia”, disse. Segundo o padre, é preciso “gritar para o mundo como é grande o número de mortes na região, a destruição das florestas, dos rios, com os grandes projetos das hidrelétricas”.

Padre Vanthuy provocou os participantes a pensar métodos e caminhos para a comunicação nas grandes cidades, sem ignorar a realidade própria do interior da Pan-Amazônia, onde por exemplo, não há internet. E, por fim, o religioso incentivou a olhar para os rios da Amazônia como modelo de uma rede interligada para uma comunicação efetiva. “Não podemos esquecer que os rios nascem nos igarapés e igapós. Que essa experiência, nestes dias, de dar-se as mãos e pensar uma comunicação conjunta, forme, se não rios, ao menos igarapés”, refletiu.

Referência:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. REPAM promove curso de comunicação para a transformação social. CNBB, 23 set. 2016. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/repam-promove-curso-de-comunicacao-para-a-transformacao-social/>.





Comissão Episcopal para a

Amazônia

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Brasília – DF
27,28 e 29/03/2017



Apresentação

Aparecida, 5 de maio de 2017.

Caros Irmãos (arce) Bispos, que tem comunidades indígenas.

É com alegria fraterna e esperança que lhes enviamos, em forma de carta, as conclusões do *Seminário Nacional sobre a Evangelização dos Povos Indígenas*, realizado em Brasília, de 27 a 29 de março passado, organizado pela Comissão Episcopal para a Amazônia e a Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial da CNBB, com participação das Comissões de Liturgia e Catequese.

Cláudio Cardeal Hummes

Presidente da Comissão Episcopal
para a Amazônia e da REPAM



28/03

Manhã - Moderador – Dom Roque Paloschi Arcebispo de Porto Velho - RO

Saudação de Dom Cláudio Hummes – Presidente da Comissão Episcopal para a Amazônia e da REPAM

Nesse encontro, de fato, trata-se de um seminário, em vista do novo tempo trazido pelo Papa Francisco. Ele nos interpela e nos encoraja: “devemos ser ousados na evangelização”. O programa que ele nos apresenta está na *Evangelii Gaudium*, para uma “Igreja em saída”, que não tem medo do novo, para encontrar caminhos novos. Ele nos disse “não podemos deixar as coisas como estão”. A Igreja tem de ir para frente, e não pode ficar parada na história, não podemos ficar onde estamos.

O objetivo desse seminário é, em primeiro lugar, fazer um levantamento de como estão as coisas em relação a evangelização dos povos indígenas no Brasil. Em segundo, buscar caminhos para uma evangelização missionária, uma Igreja misericordiosa, pobre, com os pobres e para os pobres. Sair dos muros das estruturas que nos defendem, para ir ao encontro, acolhendo e integrando as diferenças. No caso, no respeito e acolhida dos povos indígenas. O terceiro ponto seria a inculturação da fé nas culturas indígenas, mas também nas culturas afro-americanas.



É um seminário que quer levar sugestões aos bispos locais. Quer semear, ajudar os Bispos que tem povos indígenas em suas dioceses. Retomando as DGAE 2015-2019, elas nos interpelam sobre a evangelização dos povos indígenas (§75; 78; 80; 82; 117; 121). O Papa na Evangelii Gaudium insiste na importância da inculturação da fé (§115; 116; 118). Devemos nos perguntar o quanto fizemos em termos de inculturação da fé junto aos povos indígenas, e como ir no sentido de poder realizá-la.

Foi feita uma apresentação das respostas que chegaram a partir da consulta feita às Dioceses que possuem povos indígenas.

Painel com três experiências de Evangelização Indígena

Pe. Eloir Inácio de Oliveira (Diocese de Barra do Garças)

Narrou experiências de evangelização junto aos povos Bororo, na aldeia Meruri, que nasceu da implantação de uma missão salesiana. Os salesianos foram para essa região a pedido pelo governo (1902) para na época a pacificação dos povos indígenas, num conflito que gerou várias matanças, envolvendo bandeirantes, fazendeiros e indígenas. Foi em vista desse esforço de pacificação, que eles vieram a se instalar em 1912, agindo no



meio dos indígenas sobretudo por meio da catequese. Durante 60 anos, vigorou um estilo de catequese feita de demonização das tradições indígenas, dos xamãs, numa épica salvaçãoista. Direcionada sobretudo para as crianças, essa forma de doutrinação trouxe muitos prejuízos à cultura indígena. Nessa época, os indígenas praticavam muitos dos seus rituais de forma clandestina, como o ritual fúnebre bororo, em que buscavam revitalizar a sua cultura. A partir dos anos 60, houve uma reviravolta, em que os salesianos procuraram outra postura, com mais sensibilidade pela sua cultura, defendendo seus direitos, promovendo a vida desses povos. É preciso admitir que existe, fruto dessa história, uma forma de inculturação que supõe conteúdos cristãos já assimilados. Esses elementos acabaram criando outras mitologias pelos povos Bororos, o que permitiu uma forma de aliança entre as tradições Bororos e a tradição cristã tal como foi implantada. Atualmente, eles praticam todas as festas cristãs, existe uma participação dos Bororos em todos os eventos, e são apoiados pelos missionários em nas lutas pelo reconhecimento de seus direitos. Existe também uma adaptação dos rituais Bororos, em diálogo com os rituais cristãos, buscando uma sintonia entre as duas cosmovisões. Nesse sentido, foi significativo como referencial o martírio do Pe. Rodolfo Lunkenbein, o qual entrou também no corpo das memórias dos povos Bororos. Constata-se na Aldeia Meruri uma releitura da tradição cristã e de sua história a partir do olhar dos anciãos Bororos, valorizando a figura de Jesus Cristo e de Maria,



e a história da presença dos missionários. Nesse sentido, também existe uma mitologização da história de Simão Bororo.

Também tratou da história de andanças dos Xavantes, na busca de novos territórios, e entrando na terra dos Bororos. Ali, posteriormente, pode-se instalar uma reserva Xavante em Sangradouro. Em acordo com os Bororos, criou-se uma paróquia pessoal indígena Xavante, com sede na cidade de Nova Xavantina, de onde os missionários saem para atender as várias comunidades, visitar, celebrar e conversar. Foi relatada a experiência de implantação do catecumenato, interagindo com os processos de iniciação da cultura xavante com os jovens. A iniciação dos jovens indígenas, em sua cultura, abraçou as etapas da inserção do catecumenato, segundo o RICA. Existe assim um processo de anúncio cristão, em que os xavantes assumem o desejo de se batizarem e entrarem na comunidade. Nem todos entram nesse processo de iniciação, mas existe uma grande adesão a essa sintonia entre os processos de iniciação cristã e os ritos de iniciação xavantes. Os salesianos, que tiveram contato com os xavantes durante dez anos, num estilo de desobriga antes do Concílio, começaram a partir de então esse processo de intermediação por meio da catequese e da iniciação cristã, adaptando os rituais litúrgicos, numa sintonia com a cosmologia xavante.

No geral, existe a valorização dos missionários mais antigos, os primeiros que chegaram, pelo sacrifí-



cio que fizeram para se fazer próximos dos povos indígenas. Existe uma empatia e associação entre a história do Povo de Israel, sua andança até a terra prometida, com a própria história de lutas, sofrimento e exploração dos povos indígenas. Nesse sentido, valorizam a dedicação dos missionários, sua humildade, e a Palavra de Deus como a tradição com o principal dos valores cristãos.

João Batista Silva (Catequista Macuxi), da região da Raposa (RR)

Iniciou com a descrição da organização das comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol, em Roraima. Relembrou as lutas e o apoio da Igreja, na figura dos Bispos Aldo Mogiano e Dom Roque Paloschi. Lembrou também as histórias de massacres, de perseguições e de violências na longa luta pela criação e homologação da reserva. Mostrou a importância do processo de contato da Palavra de Deus, por meio dos catequistas e a ação dos padres missionários da Consolata. Antigamente, a presença dos padres era vista como garantia da defesa dos povos indígenas. Posteriormente, com as perseguições aos missionários, se procurou usar menos o nome dos missionários, e as lideranças dos indígenas procuraram assumir o protagonismo na caminhada. Relembrou assim a formulação do “Plano de Deus

para nós”, pelos povos da Raposa Serra do Sol, a partir da catequese e da Palavra de Deus, assumido pela Assembleia dos Tuxauas na década de 70. Pela leitura da Palavra de Deus, lembrando as figuras importantes como Abraão, Moisés, perceberam que eles são personagens vividos hoje na caminhada do povo. Apesar dos sofrimentos, das lutas, as comunidades procuraram preservar sua alegria e sua animação na caminhada. Lembrou o processo de revalorização do trabalho dos catequistas, de sua autoestima, cuja “arma” e “força” é a sua cultura, a sua fé, seus rezadores, que ajudam a defender as pessoas do mal. Foi-se colocando a cultura no seio das celebrações, lembrando as orações com a ajuda da memória dos mais velhos, defendendo dos maus espíritos. Existe então a percepção de que o espírito está presente em toda a natureza, em toda a parte. Existe uma sintonia, com os Missionários da Consolata, vindos da África, na participação da reza que os anciãos deixaram, como também na oração cristão dos missionários, e mesmo naquela dos lugares de origem dos missionários, da África. Busca-se uma conciliação dos rituais originais do povo macuxi com os rituais cristãos, como por exemplo, nos casamentos. Assim, ao lembrar a história e os rituais originários, com a participação dos missionários e também dos bispos, busca-se trazer presente a cultura para as novas gerações. Nos encontros da escola e da catequese, envolvem-se as crianças e jovens, na lembrança



ça da Palavra de Deus e das tradições macuxis como deixaram os mais antigos, em que os mais velhos trazem as histórias antigas. Nesse trabalho, procura-se interpretar os cânticos, na língua original, ouvindo a Palavra, como forma de catequizar as crianças e também os mais velhos. Assim, a tradição oral ainda tem muita força, permite a participação de todos, apesar na necessidade e penetração da escrita e de audiovisuais.

Existe um trabalho de planejamento conjunto entre as lideranças e catequistas indígenas e os missionários, na programação das visitas, encontros, celebrações. Busca-se acompanhar os missionários em suas visitas, dividindo o serviço e as visitas em todas as comunidades, algumas de difícil acesso, de forma que todos possam ser visitados e acompanhados. Todo ano essa programação é feita conjuntamente. O objetivo maior é o envolvimento os jovens, por meio dos grupos de jovens, e percebe-se que eles têm se mostrado mais atentos e animados. Contribuiu muito a passagem da cruz peregrina, na época da JMJ. A passagem da imagem peregrina de Nossa Senhora, incentivou a participação das senhoras. Cada região faz o seu encontro com os seus missionários, e durante o ano são feitos dois encontros gerais, de todas as comunidades da Raposa Serra do Sol. Citou também a presença das irmãs da Consolata, na região da Raposa.



Leonardo Ferraz Penteado (Catequista do povo Tucano) de São Gabriel da Cachoeira, Paróquia São Miguel Arcanjo - Iauarete

Fez a descrição da localidade da Paróquia, conforme a língua indígena, e habitada por treze povos indígenas com línguas, culturas e tradições diferentes. Essa região foi marcada pela presença dos missionários salesianos. Apresentou sua exposição com por power point, visualizando: o retiro dos catequisandos (concentração de jovens, com atividades culturais que exprimem sua forma de se fazer catequese, pois transmitem os seus valores, por meio de seus rituais); a Cruz da Peregrinação da JMJ (chegada ao interior, a todas as comunidades, para tocar os jovens indígenas); o Dia Nacional de Catequese (atividades esportivas próprias dos indígenas, como a canoagem, trabalhos comunitários, festas culturais); a Gincana Bíblica Catequética (com uso de textos bíblicos, na forma de cantos, de poesia, de teatro, com a participação das comunidades); a Gincana Catequética Mariana (representação de cenas de Nossa Senhora); apresentação de danças culturais (dança do Acará – história mitológica); as brincadeiras culturais que fazem parte da catequese; a importância da Partilha comunitária (jantando com o povo, em que trazem sua comida, em que os pais ensinam os filhos a partilhar, e os padres partilham junto com o povo).



A seguir, expôs as experiências litúrgicas: o Domingo de Páscoa, com a inserção das danças culturais em diferentes momentos da celebração, estudando com critério o momento oportuno da celebração; o Rito das Ofertas (dança do japurutu na entrada; dança de cariçú, nos momentos de ofertório); a Missa do Crisma dos adultos (resultado do catecumenato dos adultos); as lembranças dos catequisandos adultos, dos quais alguns se tornaram também catequistas; a Ordenação Presbiteral do Pe. Gilson e Pe. Gaudêncio (cenar da celebração, com ritmo cultural, presença do pajé); a Missa do Ano Novo (recepção do ano novo pelas crianças; entrada da bandeirinha da paz); a coroação de Nossa Senhora Auxiliadora (comunidades prestam homenagem a N.Sra.); a Vigília do Pentecostes (acolhida dos jovens que vão receber o Crisma – noite de meditação sobre a Palavra de Deus; cerimônia da benção; brincadeiras) e o dia de Pentecostes.

Apresentou a seguir a dinâmica e momentos fortes da Evangelização dos Povos Indígenas: a preparação dos catequistas; os Cursos dos Catequistas por Diacônias (ajuntamento de comunidades, para facilitar a preparação de novos ministros e catequistas); a realização de diversas cerimônias (batismo, primeira comunhão, etc); a itinerância missionária (momentos de partilha); a Peregrinação da Cruz ; a chegada de Dom Edson em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro; a missa de Crisma nas comunidades do interior (valorização

do nome que o benzedor/pajé deu ao menino, na sua bênção no rio, que significa sua identidade indígena, junto com o nome de batismo); a missão evangelizadora; a visita pastoral, em que o povo recebe os missionários (calha do Rio Papuri); os desafios naturais. Em sua mensagem final, agradeceu a Dom Bosco, pela presença dos missionários salesianos, e como os indígenas acolhem os missionários para uma evangelização que fortalece a cultura e a educação numa catequese inculturada.

Rose Medeiros - Catequista de Manaus - AM

Fez a memória da organização dos Seminários de catequese indígena. Junto com os Bispos da Região Norte, se projetou a organização de um seminário sobre catequese indígena: o Seminário da Reconciliação. O primeiro encontro tratou da relação entre a catequese e a liturgia indígena, em diferentes povos. Assim se iniciaram os Seminários de Catequese Indígena, e emergiram as necessidades de partilha de experiências e de mapeamento do que vem acontecendo. Narrou-se brevemente como aconteceram essas experiências, com uma crescente participação de catequistas indígenas, de outros povos. Buscou-se dar continuidade ao processo, com a valorização da Iniciação à Vida Cristã, do Bem Viver, das tradições autóctones. Relato sobre o 3º Seminário em Manaus, contou com cerca de 100 participantes, e presença de vários Bispos, e assessor-



res como Paulo Suess, Tea, Possidônio, etc. O quarto seminário ficou adiado, apesar de várias propostas de continuidade, que por fim não receberam uma definição clara de que do tipo de continuidade seria dado. Ainda existem muitas interrogações sobre como seria esse encontro, o que levou a ter uma atitude de cautela em relação ao planejamento do quarto Seminário. O sonho seria fazer um seminário em meio aos povos indígenas.

Fila do Povo

Francisco Orofino: qual é a proposta de usar a Bíblia na catequese indígena? Ele fez uma assessoria na Diocese de São Gabriel da Cachoeira usando elementos Bíblicos ao tratar a maneira de se criar uma catequese inculturada. São valores bíblicos que dialogam com os valores dos povos indígenas. Na palavra de Deus existe uma afirmação que diz que cada povo tem o direito de louvar a Deus em sua língua materna. Outra afirmação importante é não quebrar a lógica da partilha, e principalmente a partilha da comida. Existem muitos valores da vida cotidiana, de vínculo afetivo, numa leitura bíblica, que remetem a valores afetivos vividos na família, na partilha da comida, do trabalho. Essa associação afetiva se percebe na percepção de que os valores Bíblicos são encarnados nas figuras bíblicas: "Abraão somos nós hoje".

Dom Mario Antônio da Silva: falou sobre como acessar o relatório do 3º Seminário sobre Catequese Indígena; motivos que emperraram na construção do quarto seminário;

Dom Juventino Kesting: na distribuição da Eucaristia, citou como nos jovens e crianças, a percepção da partilha ajuda a entender o sentido da comunhão, começando pelos menores. Nesses costumes, o importante é que ninguém de fora, diferente da cultura ocidental, em que sempre se começa pelos adultos, em que esse sentido da partilha não aparece com essa força.

Prof. Gilberto Viera dos Santos: inculturar seria um caminho para encarnar; é preciso pôr os pés no chão sagrado dos povos indígenas, assumindo as suas dores e lutas; ainda não mergulhamos realmente na vida cotidiana dessas comunidades;

Dom Cláudio Hummes: existe uma questão de metodologia, sempre colocamos tudo no imperativo “devemos” fazer isso; dificilmente se diz do que se “quer” fazer isso. Segundo o Papa, na cultura ocidental, ressaltamos o “dever” e não o que se “quer”, e não se “conversa e decide juntos”, numa dinâmica do fazer juntos;

Leonardo: as bíblias vivas nas comunidades indígenas são os anciãos que mantém as histórias, e man-



tém viva a memória da cultura; a Bíblia hoje para os povos indígenas é a memória viva dos anciãos. É o modo como se lê a Bíblia na catequese.

João Batista: quanto ao uso da Bíblia na comunidade, na língua macuxi, ela é lida e colocada no chão, o que ela quer dizer na vida do povo macuxi. A Bíblia existe para lembrar a história, e também lembrar a história dos antepassados, e como ela aponta para a história como a vivemos hoje. Ela está renovando a história para a comunidade hoje, como lembrança dos antepassados da Bíblia e os antepassados do povo hoje. A Bíblia é o conselheiro que aconselha os nossos anciãos, na memória das histórias antigas dos avós, para compreender como acontece essa história hoje. A partilha é feita com a palavra, como acontece na partilha com a comida, com a vivência do dia a dia, do trabalho. A partilha se dá no alimento, na água, e por isso se dá também no sangue do Senhor. É assim que é vivida na Eucaristia, quando o padre vem.

Rose: os Seminários de catequese indígena tiveram o objetivo ajudar a estar melhor junto aos povos indígenas, também para aprender como se relacionar com a Bíblia, como usa-la na catequese, na cultura de cada povo. Os catequistas devem aprender a entrar na Palavra de Deus, para poder entrar na vida do povo indígena. O que se constata é que a maioria dos catequistas não tem essa compreensão da entrada na Palavra de Deus. O uso dos textos bíblicos geralmente é

feito de maneira marginal, apenas para ilustrar uma temática. Seria preciso o conhecimento mais incorporado da Bíblia, para ajudar a partilhar no grupo a vivência dessa experiência bíblica, na vivência do povo.

Pe. Eloir: o uso da Bíblia com os povos Bororo e Xavante é feita nos cursos com agentes e catequistas bororos e xavantes, que acontecem duas vezes ao ano. Nela a Bíblia é apresentada, na tradução do povo. Existem problemas de tradução, que também acontece em outras línguas, como o português e francês. Mas, a tradução na língua do povo tradicional permite um maior acesso ao seu sentido. A questão da partilha também depende das regras de troca que rege a cultura de cada povo, em que essas relações de intercâmbio são bem marcadas e passam por prescrições bem determinadas, e, conforme o povo, possuem um caráter sagrado que precisa ser respeitado. Na mitologia, existem associações com o caráter sagrado da Eucaristia. Nesse sentido, os rituais e mitos pedem processos de preparação e iniciação que não podem ser desconhecidos quanto à participação na Eucaristia, enquanto “refeição sagrada”. Assim, a inculturação pede um conhecimento, sem dominação (interrogação: é possível isso na prática?). Trata-se de um processo muito delicado. Como então mergulhar nos povos indígenas, com que critérios, se temos a noção de que são sempre duas culturas em contato?



Frei Paolo Braghini: atua junto ao povo Ticuna, no Alto Solimões, e descreveu a dificuldade de relação com o ritual da “Moça nova”, de forte incidência no meio do povo. Possui sinais muito fortes, em comparação aos quais, os sinais cristãos se mostram muito fracos, levando a um questionamento quanto ao sentido da experiência religiosa. O diálogo entre os rituais é difícil. Também é preciso dizer que o trabalho de aproximação e inculturação não é bem recebido na Diocese, que não compreende esse processo. Quando os catequistas vão aos encontros da Diocese, voltam querendo reproduzir simplesmente junto ao seu povo os esquemas romanizados e convencionais de catequese.

Isabel Cristina Diniz: descreveu a realidade do Norte do PR, em que os povos indígenas foram abandonados e não existe praticamente qualquer inserção da Igreja junto a eles. Percebe-se a intrusão dos evangélicos, penetrando num vazio deixado historicamente pela Igreja. As igrejas neo-pentecostais estão ligadas a processos de desconstrução da resistência social, de desvalorização das culturas tradicionais;

Pe. Justino Rezende: comentou sobre as diferentes culturas dos participantes desse encontro, em que os indígenas são minoria; e a tentativa de dialogar, com evangelizados de vários “escalões”; colocou a questão da iniciação dos povos indígenas na Bíblia, de forma a dialogar com a hierarquia, considerando que os indígenas também tem sua “revelação”, sua cosmovisão, seus

valores salvíficos; como vamos aprofundar essa relação, uma vez que os indígenas também são reivindicadores de seus direitos, de sua terra, dos valores sagrados de sua cultura?

Dom Wilmar Santin: relatou um encontro em sua diocese, e as ideias que saíram: gravar os mitos dos anciãos e buscar os textos bíblicos que possam ajudar a ilumina-los; a dificuldade da tradução dos textos bíblicos disponíveis fez com que se tomasse a iniciativa de rever a tradução dos textos do NT, e aqueles usados na liturgia; iniciativa de instituir Ministros da Palavra de cada povo e comunidade. Existe uma instituição oficial para ministros da Palavra e da Eucaristia, do Batismo ou do matrimônio, entre os povos indígenas? Existem ritos próprios para batismo e para matrimônio?

Dom Cláudio Hummes: ressaltou que a realidade dos povos indígenas do sul do Brasil precisa ser melhor conhecida e precisa ser trazida a discussão; colocou a questão sobre a residência do missionário no meio dos povos indígenas, como uma necessidade, porém lembrou a afirmação do Papa de que devem haver ministros indígenas, no meio do seu povo, para fazer o processo de inculturação no meio do seu povo;

Leonardo: citou a existência do rito de iniciação de jovens em São Gabriel da Cachoeira, mas mencionou que atualmente nenhuma das comunidades se utiliza desses rituais, e os jovens não são mais inseridos



por eles. Muitos desses valores que nele estão inscritos não estão sendo usados. Em lugar desses processos de iniciação, estão sendo utilizados os processos de catecumenato. Trata-se de um processo amplo que precisaria de um denominador comum. Quanto ao diálogo das religiões, em sua região não existe a presença de evangélicos. É preciso de um tempo longo para chegar a consolidação do processo de iniciação;

João Batista: o indígena precisa de muito tempo para explicar bem a resposta das perguntas (risos). Mencionou o caráter sagrado da fumaça nos rituais recebidos dos antigos, e seu sentido está sendo trabalhado nos momentos de catequese, e nos rituais de cura empregados. Quanto à presença dos evangélicos na Raposa, denunciou que ela vem “adoecendo” o povo, pois não são mais católicos, nem crentes, se tornando “ateus”, sem referência a Deus e sem vínculos comunitários. Relatou um momento em que foi chamado a fazer uma “cura” de uma senhora que ficou nas mãos de evangélicos, alienada e cega, por meio de suas orações, a defumação, e seu testemunho de fé, para restabelecer sua saúde. Evangélicos são parentes e irmãos que estão levando uma evangelização falsa, e estão atrapalhando a sua própria vida. Na tradição dos macuxis, não existem ministros, mas rezadores e pajés, adoradores, que acompanham os parentes. Uma tradição de cura que encontra eco na prática dos milagres de Jesus, como os apóstolos fizeram.

Pe. Eloir: é preciso rever a liturgia, que é muito racional, e exemplificou a necessidade da criatividade ativada nos rituais da iniciação da vida cristã, e a busca de encontrar os elementos que possam facilitá-la. Citou o caso dos evangélicos entre os xavantes, e como sua penetração se deveu aos limites e rigidez das normas católicas, que não aceitam, por exemplo, as “revelações” de sonhos que os xavantes costumam expressar. No caso dos povos bororo e xavante, existe a aplicação de ritos católicos, com o uso da criatividade para vivenciá-los com o olhar de sua cultura tradicional. Existem ministros da Palavra, mas não ainda instituídos. Eles preparam as celebrações e frequentemente fazem a tradução em língua tradicional, com a homilia em português. Mencionou o uso de audiovisuais de catequese, de CF, usando-se a língua xavante. Existem problemas de conflito entre os costumes tradicionais e as normas católicas no que diz o matrimônio católico.

Tarde – Moderador – Dom Juventino Kesting – Bispo de Rondonópolis e Guiratinga - MT

Continuação de partilhas

Ir. Aurora Cossu – apresentou a realidade indígena de Dourados (MS), desafiadora, em que existe um projeto de evangelização com atenção às crianças e mulheres. Acentuou a presença dos evangélicos no meio das comunidades indígenas (mais de 60), e a



dificuldade de diálogo, pois a atuação dos católicos são associadas por eles ao “diabo”. Existem entre as comunidades três casas de reza, em estado precário. Mencionou os problemas de alcoolismo, de abusos de crianças em casa, de violência, e a dificuldade de acompanhamento dos jovens nos projetos sociais, que muitas vezes são controlados pelos “pastores”. Existe a expectativa de haver um projeto de evangelização em nível diocesano, a partir dos documentos da Igreja e da palavra do Papa, aproveitando a simbologia que carregam consigo. Também traz expectativas sobre pistas de como trabalhar a Palavra de Deus junto aos povos indígenas.

Ir. Rosana - Apresentou a organização da Pastoral Indigenista no Regional S2, no Paraná, com um mapa que situa as comunidades indígenas no estado. A missão que a Pastoral está se colocando, seria a de conscientização da Igreja Local: onde existem comunidades indígenas, as paróquias em que elas se situam possam assumir o trabalho de evangelização. Nesse sentido, procuram ser um elo entre as demandas das comunidades indígenas e as paróquias, com os seus padres e os fiéis que delas participam.

Antônio Rosário – Denunciou a multiplicação do número acampamentos de indígenas no Paraná, passando fome e por isso ficando vulneráveis à ação das igrejas evangélicas e partidos políticos. Por isso, o esforço é fazer com que o pároco e os fiéis da paróquia

vejam a comunidade indígena como uma comunidade igual às outras, que passa necessidades e também precisa de atendimento religioso.

Pe. Paulo Suess: Que provocações surgiram a partir das experiências e da manifestação da fila do povo?

Desafios que aparecem fortemente:

- Comunhão nas diferenças, sinodalidade: espírito pentecostal;
- três Correntes de pastoral indigenista: pré-conciliar (necessidade de pacificação dos indígenas e de civiliza-los); impulsos pós-conciliar (pastoral martirial, com exemplos de evangelizadores que trabalharam pela causa indígena e foram assassinados, como Pe. Rodolfo Lunkenbein e Simão Bororo, Pe. Ezequiel Ramin, Ir. Vicente Cañas); pastoral indigenista segundo a *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco, procurando operacionalizar Aparecida;
- “palavra-chave” de Aparecida é transformação: novos desafios da Igreja em sua missão; conversão pastoral;



- Pastoral integral: missão salesiana integrando catequese, liturgia e promoção da cultura da comunidade indígena; organização da pastoral diocesana em RR, e empoderamento das lideranças macuxis na Raposa Serra do Sol;
- Integração da cultura, envolvimento da comunidade indígena na interpretação da Palavra de Deus; não só traduziram a Palavra em sua língua, mas participam na interpretação do que essa Palavra quer dizer para o hoje da comunidade;
- Exemplo de paróquia pessoal indígena em São Gabriel da Cachoeira: onde aparentemente não existe problema de território; exemplo de integração da catequese indígena na caminhada paroquial;
- Lembrou que é preciso retomar a proposta da catequese renovada, e sua proposta de uma catequese inculturada; a maioria das dioceses não assumiu uma catequese que dialogue com a cultura indígena; existem mais paróquias onde existem mais comunidades indígenas sem atendimento, do que aquelas em que existe uma pastoral indigenista;
- Dificuldade de inculturar a catequese: primeira finalidade da catequese não é preparar para os sacramentos, mas preparar para a vida em comunidade;



- - Papa usa duas palavras: relançar a missão com fidelidade e audácia; uma Igreja que “saia das gaiolas”;
- A fé indígena nos desafia: as suas práticas de reza e rituais, e sua firmeza no compromisso, questionam a nossa própria fé;
- Necessidade de assumir outras maneiras de viver os ministérios da Igreja nos povos indígenas, com seus sacramentais, para não ficar preso e dependente com a hierarquia da Igreja, e ganhar em autonomia;
- Repensar o uso do tempo: diferentemente de outras épocas em que o missionário gastava dias junto a cada comunidade, hoje os missionários chegam correndo para fazer a celebração, e partem sem conviver e participar da vida da comunidade;
- a Igreja Local precisa assumir a pastoral indigenista específica e universal, e não deixa-la para segundo plano frente a outras prioridades; os problemas dos povos indígenas são universais, são problemas da humanidade; assumir a caminhada, reconhecendo o que a Igreja já aprendeu com outras experiências de evangelização, e se servir dessa experiência como referencial para o trabalho junto aos povos indígenas hoje;



não precisamos reinventar a “roda” para iniciar uma pastoral indigenista, mas caminhando junto com eles, descobrir os caminhos para fazer uma evangelização inculturada.

Trabalho de Grupos

Que caminhos a percorrer para a Evangelização dos Povos Indígenas?

Grupo 1

- A evangelização dos povos indígenas já tem uma história; não inventar um caminho;
- Não ser moralista, mas se encarnar com os olhos de Cristo, olhos do evangelho, valorizando os vários encontros com Aparecida, com o Vaticano II, etc.
- Os povos indígenas têm um verdadeiro senso da fé, todos precisamos de Cristo;
- Um mesmo Deus com nomes diferentes;
- Escutar as experiências de fé: ter um Deus como Pai, onde está a semelhança com Deus;
- Conhecer a natureza, a espiritualidade, os lugares sagrados, as atividades como a caça, pesca, a roça, a simbologia do cultivo da terra;

- A Igreja que ajudou os índios a se organizarem;
- Ver como acontece a catequese: a relação da Bíblia com as histórias dos povos;
- Os índios desaldeados mantem o seu jeito de ser com valores. Muitos buscam voltar às aldeias para se reabastecer. Muitos não se manifestam por buscar de imediato a sobrevivência
- Na catequese buscar passar os valores culturais para as futuras gerações, pois as novas tecnologias cativam os jovens;
- A religião está na cultura do povo;
- Existem conflitos interno, devido às músicas que se buscam apoderar;
- Na região sul, conflitos com os grandes produtores, muitos homicídios e ocorrências de suicídios;
- Terra é um problema quando é restrita e isso traz e isso traz a muitos problemas internos. Os valores da Bíblia para amar a sua cultura;

Grupo 2

- Conhecer a real situação dos povos indígenas no território brasileiro.



- Investir mais na Pastoral Indígena nas Dioceses. O trabalho precisa ser mais missionário, dentro de uma perspectiva de Pastoral de Conjunto. Há ainda muitas ações espontâneas.
- Estudar mais sobre a cultura e a vida dos povos indígenas. Dar oportunidade para que eles mesmos transmitam seus conhecimentos e experiências de vida às outras pessoas. Investir no caminho de proximidade – cultura do encontro.
- Incentivar a troca de experiências que enriquece a todos.
- Perguntar ao outro: como posso me aproximar de você? A aproximação do povo quilombola inspirou os indígenas a procurarem também a reaproximação. (Diocese de Óbidos – PA).
- Há reclamação de povos indígenas do abandono por parte da Igreja Católica. Repropor a proximidade da Igreja aos povos indígenas.
- Levar a sério o princípio da Sinodalidade – abrir-se ao diálogo. Propor e apoiar o diálogo entre as etnias indígenas que têm sua cosmovisão própria. Como evangelizar sem matar a força dos povos indígenas?
- Com a juventude indígena, buscar conhecer bem a fé, num processo – não é de uma hora



para outra. É preciso conhecer a fé para que se tenha fé. Conviver, celebrar junto com os povos indígenas. Tradição indígena e tradição da religião católica, é preciso que se juntem, caminhem de mãos dadas.

- Colocar-se a caminho para a vivência da Sinodalidade. Estar juntos! Permanecer presente ou na presença. Aprender a não se sentir fora de casa. Ser irmão!
- Como olhamos a terra? Aprender da relação dos indígenas com a terra. Apoiar as iniciativas para promover entendimento das diferentes perspectivas de ser e estar no mundo.
- Preservar a comunhão no seio da comunidade e fortalecer a organização social dos povos indígenas.
- Trabalho do CIMI: o que é que as comunidades indígenas esperam da Igreja?
- Qual a impoção da Pastoral Vocacional hoje?
- Superar a pressa na ação pastoral.
- A importância da espiritualidade na vida do indígena. A espiritualidade é fundamento concreto de sua vida.



- Vazio interior que gera vícios. Como a Pastoral Indigenista pode enfrentar essa questão?

Grupo 3

Que caminhos percorrer para a evangelização dos povos indígenas?

- É impossível fazer uma proposta única. Conhecer as experiências existentes. Circular materiais.
- É preciso estar presente entre os povos indígenas, ser acolhedor, respeitar.
- O que nos deve levar aos indígenas não podem ser as instituições católicas, mas o que eles demandam, o que eles necessitam. Escutar os povos indígenas. Construir aos poucos. A partir da realidade que grita. Temos que ter esta coragem.
- Eles têm o direito de ter uma Igreja Indígena. Os evangélicos dão mais valor aos líderes indígenas do que nos da Igreja Católica. Os leigos precisam ter mais poder. Uma liderança religiosa tem prestígio na aldeia. É preciso jogar tarefas nas mãos deles.
- A Igreja precisa assumir uma evangelização integral. As sociedades indígenas têm uma religião integral, que ilumina todas as dimensões: economia, política, educação, ética.



- Formação dos seminaristas, futuros padres e bispos da Igreja.
- Proporcionar formação atualizada dos líderes indígenas levando em conta os seus métodos educativos culturais.
- Considerar como fundamental a questão da terra, garantia de vida cultural e material.
- O trabalho evangelizador precisa ser feito em comunhão pastoral.
- Construir poder popular, indígena, local, como enfrentamento ao poder do capital.
- Ter a coragem de avaliar o trabalho missionário.
- Algumas questões devem ser comuns na Igreja.
- Identificar o grau de vivência cultural atual do povo indígena para apresentar propostas. O processo evangelizador é eficaz quando é assumido por uma cultura forte.

Plenário

Ir. Custódia Silva: comunicou que na região de Grajaú, no Maranhão, existem muitos conflitos com os grupos de evangélicos, e ataque à ação da pastoral católica; denúncia da penetração do projeto MATOPIBA,



que compreende os estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia);

Ir. Aurora Cossu: acentuou a necessidade da proximidade e a qualidade do contato com a Palavra de Deus nas comunidades indígenas;

Isabel Cristina: lembrou a importância da presença solidária, profética e que considere sobretudo a perspectiva do protagonismo dos povos indígenas;

Dom Cláudio Hummes: é preciso devolver aos povos indígenas o seu direito de serem os sujeitos de sua história, e daí a necessidade de uma Igreja indígena com seus próprios ministros; necessidade do profetismo da Igreja, na defesa dos DDHH dos povos indígenas, de seus territórios; exigência da consulta prévia dos povos indígenas sobre os projetos que impactam suas próprias terras, e dar segurança na demarcação de suas terras, e para isso a Igreja deve se posicionar;

Pe. Paulo Suess: é um caso único que depois de 500 anos não se tenha criado uma Igreja nas bases, com seus ministros, e é um desafio que possam emergir ministérios a partir da realidade concreta dos povos indígenas; devido à história de matança, temos apenas pequenos povos indígenas, que vivem na dependência da Igreja para qualquer serviço religioso. É a oportunidade de retomar a proposta do “viri probati”, colocando como prioridade que se tenha um ministro indígena no meio de seu próprio povo;

Dom Erwin krautler: a Igreja como um todo deve assumir a questão indígena, pois ela ainda é vista como um apêndice; não é um assunto que perpassa a agenda da CNBB; o CIMI, apesar do seu reconhecimento, ainda é um organismo setorizado no conjunto da pastoral. A questão do clero autóctone só entra quando o candidato se conforma com a cultura do clero, relegando elementos de sua cultura. Como ter uma Igreja com ritos apropriados à cultura dos povos indígenas? Necessidade de aprofundar a teologia índia;

Pe. Justino: nós os povos indígenas devemos gostar de sermos povos indígenas; existem pessoas cristãs indígenas que não gostam de ser indígenas; se existem pessoas que lutam pelos seus direitos, é porque gostam de ser o que são; o ser padre deve ser ensinado pelos não índios, pois não são os povos indígenas que podem ensinar o que vão comunicar o que significa o ministério; hoje, ainda não conseguimos nos libertar da ideologia clerical;

Gilberto: lembrou a espiritualidade de Charles de Foucauld, das Irmãs que viveram por tanto tempo entre os Tapirapés, e revitalizaram a vida de todo o povo; é outro exemplo de como ser um sinal do Evangelho no meio dos povos indígenas; lembrou a proposta profética do CIMI, que necessariamente convive com os conflitos que são inerentes à condição vivida pelos povos indígenas;



Ir. Rosana: é preciso saber se inserir no tempo dos povos indígenas, que não é o nosso tempo, do relógio e da produção da sociedade ocidental;

Pe. Martins Rodrigues Putêncio: precisamos ser ousados, e estarmos juntos com o povo;

Pe. Patrick Francis Brennan: precisamos saber nos evangelizar pelos povos indígenas, que é uma sociedade muito mais evangélica do que a em que nós vivemos;

Dom Giuliano Frigeni: relatou o caso de uma escola agrícola, e da experiência sobre o contato de jovens indígenas com ela, que apesar de ter sido construída pela Igreja, hoje é administrada pelo Estado, e que se mostra muito resistente em se encontrar um modo alternativo de se ver a educação, que integre os conhecimentos e as tradições da cultura local;

Paulo Suess: Jesus se inculturou no mundo do seu povo, e o cristianismo também cresceu inculturado na cultura europeia, e é esse cristianismo que chegou até às Américas. Não é possível que o cristianismo se liberte dessa raiz, e é com ela que se pode pensar numa postura de diálogo inter-religioso e intercultural, e se livrar de uma atitude colonialista: convivência de dois projetos de vida, que são diferentes e irredutíveis; diminuir a atitude colonialista em todos os níveis de relacionamento com as outras culturas, as muitas culturas indí-



genas. Em cada cultura nova, se deveria experimentar de novo essa postura. Estamos no caminho de menos colonialismo, e mais respeito e aproximação;

Conclusão de Dom Claudio Hummes: O dia foi muito proveitoso, pela escuta mútua, com respeito pelas diferenças, e por ouvir pessoas que ajudam a encontrar caminhos. Lembrou a frase do Papa: não deixar de sonhar, pois é sonhando que se descobrem novos caminhos.

Eucaristia (18hs15min)

Testemunhos – 20hs

- Pe. Justino Rezende (Manaus – AM)
- Frei Paolo Braghini (Belém do Solimões)
- Jair Batista Garcia (Diocese de Óbidos)

29/03

Manhã - Moderador – Dom Wilmar Santin
Apresentação da síntese dos trabalhos
feitos no dia anterior

- Transformação, como conversão, a luz de Aparecida, com audácia e fidelidade;
- Audácia que nos faz olhar com esperança para



o futuro, e fidelidade à memória da caminhada feita, passado e história;

- Nós vamos à realidade indígena para se encontrar com o outro, conviver com ele: cultura do encontro e da proximidade;
- sinodalidade, como caminhar juntos;
- Desafio: caminhar juntos, união na diversidade;
- Desafio: construir uma Igreja com rosto indígena;
- inculturação: imagem do enxerto, não como uma mescla, mas como um fruto próprio do encontro de duas culturas distintas;
- Diálogo em torno da imagem do “enxerto” para entender o processo de inculturação;
- Peso do clericalismo, que dificulta na criação de uma disposição para o diálogo, o que é comprovado por inúmeros fatos do passado, e permanece ainda hoje: com os leigos, nos campos de missão, no diálogo com as culturas;
- Em torno da audácia: apelo para confiar nos leigos e indígenas, investindo na sua formação e na criação de ministérios que lhes dê verdadeiro protagonismo;

- Avanços na recuperação dos valores indígenas que foram negados no passado, e busca de iluminá-los com a Palavra de Deus;
- Críticas ao modelo de formação inicial dos presbíteros, e sua inadequação para o acolhimento de vocações vindas da pastoral indígena;
- Diáconos permanentes, e pergunta sobre presbíteros casados em consideração ao meio cultural dos povos indígenas.

Grupos: definição de ações e passos em vista da Evangelização dos Povos Indígenas.

Plenário:

- Criar projetos pilotos em algumas regiões, ou áreas indígenas, em vista da preparação de sacramentos, e que um desses projetos vise a valorização da cultura autóctone;
- Maior divulgação da Palavra de Deus entre os povos indígenas, valorizando a Bíblia;
- Preparação de agentes de pastoral com formação específica, antropológica e bíblica, e próxima aos povos indígenas, com pessoas comprometidas e dedicadas;



- Trazer sempre os povos indígenas para os momentos de formação;
- CNBB colocar em pauta os ministérios indígenas;
- Arquidioceses e Dioceses com indígenas, devem enviar seus agentes para formação específica, antes de iniciar o trabalho junto aos povos indígenas, e que cada Diocese e Arquidiocese assuma seus indígenas numa comunidade em sinodalidade;
- Contemplar a pastoral indigenista nos planos pastorais da Diocese;
- Valorizar ecumenismo, de diálogo com as outras igrejas, numa proximidade com os povos indígenas, valorizando sua cultura comunitária;
- Integrar as comunidades indígenas na dinâmica pastoral da Igreja Local, Diocese e paróquia, respeitando sua especificidade, mas como parte integrante da comunidade eclesial, como forma de combater os preconceitos e a exclusão;
- Reaproximar o CIMI da pastoral indígena;
- Dar continuidade aos trabalhos aqui realizados com novo encontro, mais amplo, para mais partilha de experiências.



- Que esse grupo, possa assumir a realização do 4º Seminário de Catequese e Povos Indígenas, com abrangência nacional, envolvendo todos os Regionais da CNBB. Nesse Seminário, poderia ser dado espaço para discutir questões específicas, tais como: catequese, mística, organização social, ministério, etc.
- Seduzir os bispos pela causa, para que comprometam os padres nas ações evangelizadoras junto aos povos indígenas.
- Mais atenção aos grupos e pessoas indígenas no meio urbano.
- Apoiar os catequistas com materiais e presença de padre-missionário especificamente para formação de catequistas e outros agentes.
- Promover apoio às ações já existentes nas comunidades indígenas.
- Em 2018, Óbidos promoverá o 1º Seminário Indígena Diocesano. Esse evento terá a participação dos Quilombolas na articulação.
- Apontar assessorias para as primeiras formações nas Dioceses.
- Atenção aos estudantes indígenas no 3º grau, com projetos que incentivem sua formação superior.



- Incentivar a Pastoral Indígena a disponibilizar apoio à pessoa indígena.
- Ouvir os indígenas. Pensar formas de abertura ao diálogo;
- Disponibilizar a participação dos indígenas nos processos de formação;
- Elaborar de ritos apropriados à cultura dos povos indígenas;
- Formação básica do CIMI e curso CIMI / UNILA;
- Instituição de ministérios, ministros do batismo e futuramente, diáconos;
- Uma missão que não fique apenas na dimensão religiosa, mas que toca a vida toda, aberta à defesa dos povos indígenas, principalmente quando existem ataques aos seus direitos;
- Uma formação em nível Regional, para atender as demandas que existem;
- Envolvimento na integralidade da vida dos povos;



Outras intervenções:

Dom Cláudio Hummes: é importante “seduzir os bispos”, pois eles são fundamentais nesses encaminhamentos, pois são eles que podem mobilizar os padres e outros agentes de pastoral; é preciso que eles abracem a causa, se aproximem das comunidades indígenas, e lhe deem prioridade nas diretrizes da pastoral diocesana; importância da abordagem nas reuniões e assembleias em que se reúnem, que se possa visita-los, fazer um “corpo a corpo”, e cativá-los;

- Liturgia: questão sobre as missas motivadas pelas Dioceses com povos indígenas na Assembleia Geral;
- Importância de que se tenha projetos piloto a partir de uma experiência bem vivida, como experiências exemplares, seja na Amazônia ou em outras regiões do país;
- Não se deve jogar para a CNBB a responsabilidade de se pronunciar e se posicionar, para a instituição de ministérios, pois os Bispos já têm autonomia para isso, para criar determinados ministérios para atender as necessidades específicas dos indígenas de sua diocese;
- Passar de uma pastoral indigenista (para os indígenas, feita por especialistas vindos de fora)



para um pastoral indígena (dos indígenas, com formação diferenciada para que eles mesmos se tornem os protagonistas das ações de evangelização em sua realidade e cultura): isso faria um caminho para que tivessem catequistas próprios, e ministros da palavra próprios, etc.;

- Ainda o projeto piloto, em algumas regiões ou áreas indígenas, para criar propostas tendo em vista os ministérios e sacramentos; um destes projetos pilotos deveria incluir os valores indígenas e os valores presentes na Bíblia;
- Lembrando o diretório da catequese: passar de uma catequese meramente doutrinal para uma catequese vivencial; iniciativa do Pe. Justino, tem como meta a reconstrução das relações dentro da casa, as relações humanas na comunidade, e não apenas o conhecimento da doutrina e a recepção dos sacramentos; esse material do Pe. Justino (de São Gabriel Cachoeira), tem um uso da palavra de Deus, sobretudo das parábolas, como forma de ter um olhar bíblico sobre a vivência dos povos indígenas e a convivência dentro da casa indígena, para que as pessoas possam viver melhor;
- Projeto piloto: conhecimento dos valores indígenas e deixar que os indígenas falem, e que nos ajudem a celebrar a vida; relembrar como Jesus se aproximou das pessoas;



- O que os povos indígenas querem é que se batizem as crianças o quanto antes, o que significa que eles desejam receber o sacramento, mas que não fique dependente apenas da figura do padre;
- Existem exemplos na Panamazônia de comunidades indígenas que desenvolveram rituais próprios para o ministério de sacramentos, oficializados por Roma, respeitando suas culturas autóctones;
- Fazer um encontro específico para socializar o que já existe como ritos específicos que estão sendo vividos em muitos povos indígenas, como inspiração para que sejam criados em outros locais;
- Assumir a realização de um IV Seminário de Catequese Indígena, em nível nacional, que possa incorporar as contribuições de outras regiões fora da Amazônia, e abordar todas as temáticas ligadas à catequese, rituais e liturgia e sua relação com as culturas dos povos originários;
- **Frei Faustino Paludo:** Leu parte da carta do Encontro Latino-americano sobre Liturgia inculturada, realizado em Chiapas, fev/2017: cuidado pela piedade popular e sua inserção na liturgia;



- Considerando a proposta dos projetos pilotos, não esquecer que cada povo tem sua especificidade cultural, e problemáticas próprias de cada realidade;
- Realidade gritante de suicídios e alcoolismo entre os jovens indígenas;
- **Ir. Maria Irene Lopes:** lembrou o eixo da REPAM sobre a espiritualidade dos povos indígenas e sua evangelização, e considera-lo quando se colocar em pauta a possibilidade de criação de um projeto piloto;
- ao levantar tantas propostas, como a criação de um projeto piloto, que na perspectiva do Bom Samaritano, não se pode esquecer a situação gritante de tantos grupos indígenas que passam necessidade “a beira do caminho”, precisando uma ação de solidariedade imediata.

Tarde - Moderador – Dom Erwin Krautler

Orofino

A convite de Dom Edson Damian, faço aqui uma comunicação sobre a proposta dialógica entre leitura popular da Bíblia e catequese indígena, a partir de um estudo sobre o material de catequese



preparado pelo Pe. Justino, em São Gabriel da Cachoeira. No universo religioso indígena existe uma força, que o Pe. Justino testemunhou no material por ele preparado para auxiliar na catequese. Esse material me ajudou a entender esse universo próprio do povo tucano. Eu mesmo pude consultar e a maioria dos indígenas expressaram problemas para o entendimento da língua portuguesa. E como nas cartas e relatos do apóstolo São Paulo, que também tinha problemas na comunicação com os povos pagãos de seu tempo, o material proposto pelo Pe. Justino tem como objetivo a reconstrução da casa, das relações humanas com sua espiritualidade original, e recobrar a sua força perdida. Os povos indígenas estão vivendo um exílio desde que o homem branco invadiu seus espaços sagrados de vivência. Conscientes de que não poderão recuperar o tempo perdido, procuram na Bíblia que é também uma história de um povo desterrado e exilado, uma palavra que os possa ajudar a reconstruir as relações humanas em suas casas e no meio de seu povo. A catequese procura assim construir novas relações, mantê-las e refazê-las. Entre os valores presentes dentro do material produzido, que dialogam com a leitura da Bíblia, está o valor da partilha e das relações das pessoas dentro da casa.



Encaminhamentos: o que é possível fazer até o próximo encontro? Quem? O que diz respeito à ação missionária? á Amazônia, à liturgia, à catequese?

- precisamos muito mais ouvir;
- procurar priorizar o que serão os encaminhamentos;
- distinção entre: projetos apresentados pelos grupos a serem encaminhados e recomendações a serem levadas aos Bispos das Dioceses que possuem povos indígenas.

Plenário: Definição de ações e passos em vista da Evangelização dos Povos Indígenas

Questões Prioritárias – Urgentes (o que nós podemos fazer?)

- Criar projetos pilotos em algumas regiões, ou áreas indígenas, em vista da preparação dos sacramentos e mistérios (Jesus Cristo), que visem a valorização da cultura autóctone;
- Preparar agentes de pastoral com formação es-

pecífica, antropológica e bíblica, e próxima aos povos indígenas, com pessoas comprometidas e dedicadas;

- Ouvir os indígenas. Pensar formas de abertura ao diálogo (Pastoral Indígena);
- Elaborar ritos apropriados à cultura dos povos indígenas;
- Formação básica do CIMI e curso CIMI / UNILA;
- Instituir ministérios (da Palavra, Batismo, Casamento...) diáconos;
- Recomendações – Conselhos (sugestões para os Bispos)
- Maior divulgação da Bíblia entre os povos indígenas, traduzida em sua língua;
- Trazer sempre os povos indígenas para os momentos de formação;
- CNBB precisa colocar em pauta os ministérios indígenas;
- Arquidioceses, Dioceses e Prelazias com indígenas, enviar seus agentes para formação específica, antes de iniciar o trabalho junto aos povos indígenas e que a Igreja Local assuma seus indígenas num processo de sinodalidade;



- Contemplar a pastoral indígena nos planos pastorais da Igreja Local;
- Valorizar o ecumenismo, diálogo com as outras igrejas, numa proximidade com os povos indígenas, valorizando sua cultura comunitária;
- Integrar as comunidades indígenas na dinâmica pastoral da Igreja Local, Diocese e paróquia, respeitando sua especificidade, mas como parte integrante da comunidade eclesial, como forma de combater os preconceitos e a exclusão;
- Reaproximar o CIMI da pastoral indígena;
- Dar continuidade aos trabalhos aqui realizados com novo encontro, mais amplo, para mais partilha de experiências;
- Que o grupo, aqui reunido, possa participar da realização do 4º Seminário de Catequese e Povos Indígenas, com abrangência nacional, envolvendo todos os Regionais da CNBB. Nesse Seminário, poderia ser dado espaço para discutir questões específicas, tais como: catequese, liturgia, mística, organização social, ministério, etc.;
- Convencer (seduzir) os bispos pela causa, para que comprometam os padres nas ações evangelizadoras junto aos povos indígenas;



- Mais atenção aos grupos e pessoas indígenas no meio urbano;
- Apoiar os catequistas com materiais e presença de padre-missionário especificamente para formação de catequistas e outros agentes;
- Promover apoio às ações já existentes nas comunidades indígenas;
- Indicar assessorias para as primeiras formações nas Dioceses;
- Atenção aos estudantes indígenas no 3º grau, com projetos que incentivem sua formação superior;
- Incentivar a Pastoral Indígena a disponibilizar apoio à pessoa indígena;
- Motivar a participação dos indígenas nos processos de formação;
- Uma missão que toca a vida toda, aberta à defesa dos povos indígenas, principalmente quando existem ataques aos seus direitos;
- Uma formação em nível Regional, para atender as demandas que existem;
- Envolvimento na integralidade da vida dos povos.



Uma comissão ficou encarregada de sintetizar as propostas e recomendações acima e apresentou a seguinte síntese:

PROPOSTAS OPERATIVAS PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

1. DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS.

- Defender em aliança com os povos indígenas seus “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Const. Federal Art. 231)
- Exigir do Governo Federal a demarcação e desintrusão de terras indígenas.
- Reclamar do Governo Federal a consulta prévia dos povos originários prevista na Constituição Federal em caso de implementação de projetos que impactam áreas indígenas
- Denunciar a criminalização de lideranças indígenas e defensores dos direitos indígenas, perseguidos e ameaçados por causa de sua luta em favor da causa indígena.

2. FORMAÇÃO DE AGENTES

2.1. FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE MISSIONÁRIOS/AS PARA A PASTORAL INDIGENISTA

a) Formação em nível Local, Regional e Nacional:

- Local: incluir a pastoral indigenista no plano pastoral da diocese como parte integrante da ação evangelizadora; dar no âmbito da diocese a devida formação ao (à) missionário (a) sobre o povo indígena com o qual irá trabalhar: história, costumes, cultura, religiosidade tradicional, características;
- Regional: juntar missionários (as) de dioceses próximas para formação pastoral-bíblico-catequética e antropológica.
- Nacional: valorizar os cursos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (CIMI/UNILA) e do Centro Cultural Missionário (CCM).
- Formação do (da) missionário (a) para a escuta, para a inserção e inculturação a fim de garantir uma caminhada



respeitosa junto ao povo indígena;

- Aprendizagem da língua do povo indígena;
- Formação numa perspectiva de diálogo ecumênico;
- Partilha de experiências bem-sucedidas na dimensão bíblico-catequética e litúrgica.

2.2. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS INDÍGENAS PARA QUE SE TORNEM DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS DE JESUS CRISTO

- Dialogar sobre os valores contidos nos mitos e na Bíblia;
- Encorajar os indígenas para serem protagonistas da formação;
- Colocar no centro da catequese a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo;
- Levar em conta os ritos de iniciação próprios do povo;
- Providenciar a tradução da Bíblia;
- Compor cantos litúrgicos levando em conta a musicalidade indígena.

3. INSTITUIÇÃO DE MINISTÉRIOS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES LOCAIS E DE RITOS PRÓPRIOS PARA OS SACRAMENTOS E BÊNÇÃOS

- Preparar e instituir indígenas para os ministérios da Palavra, Comunhão, Batismo, Matrimônio, Exéquias;
- Preparar indígenas para o Diaconato Permanente (atendendo a recomendação do Papa Francisco);
- Adaptar às culturas indígenas os ritos de Batismo, Matrimônio, Exéquias, e não apenas traduzir Ritual Romano;
- Trocar experiências sobre a realização dos ritos próprios e estabelecer critérios.





Comissão Episcopal para a

Amazônia

SEMINÁRIO GERAL

REPAM - BRASIL

Brasília – DF

17 a 19 de novembro de 2017



O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da atividade humana, estão trabalhando para garantir a proteção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo (LS 13).



Índice

Introdução	7
1. Abertura do Seminário Geral	9
2. REPAM: Identidade, incidência e desafios	15
Objetivo da REPAM é:.....	19
3. Realidade da Amazônia e a Conjuntura Nacional e Internacional – Ver, escutar e celebrar ..	21
Márcia Maria de Oliveira e Pe. Ricardo Castro	21
4. Síntese dos Seminários e Cartas compromissos: Pontos comuns.....	25
5. Iluminação Bíblico-Teológica da Encíclica Laudato Si`	28
Roberto Malvezzi (Gogó)	28
6. Oficinas temáticas	30
7. Sínodo Pan-Amazônico	45
Cardeal Dom Cláudio Hummes	45
8. Agir: Perspectivas, continuidade e encaminhamentos	50
9. Conclusão	60



Introdução

Realizou-se, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2017, em Brasília, o 16º Seminário Geral *Laudato Si'*, promovido pela Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil), com o apoio da Comissão Episcopal para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo do Seminário foi retomar os temas discutidos nos 15 Seminários realizados, desde junho de 2016 a setembro de 2017, no território da Amazônia Legal, **Seminário Laudato Si'**, e aprofundar a reflexão sobre a Amazônia no contexto nacional e internacional, tendo em vista as perspectivas de articulação da Rede Eclesial na Amazônia brasileira, e contribuir com o debate sobre o Sínodo Pan-Amazônico, recentemente anunciado pelo Papa Francisco. Os 15 Seminários foram realizados em 9 Estados, com a participação de 1.503 pessoas, provenientes das 56 dioceses da Amazônia. Teve a média de 100 pessoas por Seminário. Atingiu-se 890 representantes de iniciativas socioambientais (59% dos participantes dos seminários eram lideranças desse tipo).

No Seminário Geral, participaram lideranças dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, camponeses, agentes de Pastoral, religiosas/os, padres

e 32 bispos oriundos dos Regionais Norte I (Amazonas e Roraima), Norte II (Pará e Amapá), Norte III (Tocantins), Nordeste 5 (Maranhão), Oeste II (Mato Grosso) e Noroeste (Rondônia). Participaram também várias Instituições e organismos eclesiais (CIMI, CPT, Cáritas), a delegação da Rede Eclesial da Bacia do Congo (RE-BAC) e representantes do Equador e Inglaterra. Durante o Seminário, contou-se com a presença do cardeal Dom Cláudio Hummes (presidente da REPAM) e de Dom Erwin Krautler (Coordenador da REPAM-Brasil).

A cadência do Seminário foi marcada por momentos de reflexão, celebração, oficinas temáticas e construção coletiva de propostas para o fortalecimento e as articulações territoriais da Rede Eclesial junto às comunidades amazônicas e no cuidado da Casa Comum. Durante o Seminário, ocorreu o lançamento do livro *Povos da Floresta*, de autoria de Felício Pontes Júnior (Procurador do Ministério Público Federal), da série documental *Mártires da Amazônia* e do projeto *Vozes da Amazônia*.



17/11/2017

1. Abertura do Seminário Geral

A mesa de abertura oficial do Seminário Geral foi composta por Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Cardeal Dom Cláudio Hummes, Presidente da Comissão Episcopal para a Amazônia e da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM); Dom Erwin Krautler, Coordenador da REPAM-Brasil; Dom Louis Portella Mbuyu, da Conferência Episcopal do Congo-Brazzaville e representante da Rede Eclesial da Bacia do Congo (REBAC); Dr. Felício Pontes, Procurador do Ministério Público Federal, o qual atua nos feitos cíveis relativos à defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e comunidades tradicionais; Maurício López, Secretário Executivo da REPAM; Ir. Maria Irene Lopes dos Santos, Assessora da Comissão Episcopal para a Amazônia e Secretária Executiva da REPAM-Brasil; Sr^a Antônia Mello, representante do Movimento Xingu para sempre e comitê REPAM de Altamira (PA). Em seguida a execução dos Hinos das respectivas nações presentes (Congon-Brazzaville/República do Congo, República Democrática do Congo e Brasil), a palavra foi cedida aos componentes da mesa:



- Dom Leonardo Ulrich Steiner saudou a todos os participantes e componentes da mesa em nome do Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), parabenizando pela iniciativa e desejando a todos um frutuoso seminário com o fim de construir propostas concretas a partir da *Laudato Si'*.
- Antônia de Mello sublinhou a importância dos 15 Seminários *Laudato Si'*, realizados nos regionais da Amazônia legal. Em muitos lugares, o debate em torno à encíclica ativou a esperança e a urgência de articulação e o fortalecimento dos movimentos sociais, especialmente nas realidades atingidas pelos grandes projetos, como é o caso da região do Xingu. Esta região é fortemente afetada pela construção da hidroelétrica de Belo Monte, e agora revive o drama com a previsão de implantação da mineradora Bel Sun, na volta grande do Xingu. Apoiado em um discurso desenvolvimentista, a implantação dos grandes projetos, o agronegócio deixam rastros de destruição, violência, contaminação dos rios. É preciso criar um novo modelo de convivência com o bioma amazônico e de enfrentamento a toda problemática que os povos amazônicos vivem. O povo precisa organizar-se, ser mais ousado, ter ações concretas em defesa do bioma e das populações. Precisa ocupar os espaços nos conselhos de políticas públicas na Saúde,



Educação, Assistência, de respeito aos direitos da natureza e das populações, e construir um modelo de desenvolvimento próprio para a Amazônia, segundo a sabedoria ancestral dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais.

- Dr. Felício Pontes ressaltou a importância da REPAM, em um momento delicado que vive toda a Pan-Amazônia, ao propor uma luta transversal em defesa da vida dos povos e do bioma amazônico. A realização dos 15 Seminários *Laudato Si'* já produziu resultados extraordinários. A Rede Eclesial é, simultaneamente, novidade e desafio. Na prática, o que o Ministério Público denomina de direito da dignidade humana é o mesmo que os teólogos chamam de vida em plenitude. Contra esse projeto que defende plenitude da vida e dignidade da pessoa humana, existe uma estrutura muito forte que violenta a vida e os direitos dos povos amazônicos: monocultura, mineração, indústria pecuária e madeireira. Esses projetos provocam um verdadeiro etnocídio na Amazônia porque matam a alma, a essência, a cultura e se opõem aos projetos que a REPAM, o MP defendem. Somente uma rede forte pode enfrentar esse desafio. A REPAM oferece esta esperança de que isso se torne realidade.
- Dom Louis Portella Mbuyu, da REBAC, apontou que este é um momento de graça, um *Kairós*. Estar juntos em um Seminário da *Laudato Si'*,

9



movidos por uma profunda inquietação ecológica e busca de caminhos, é algo profundamente animador. A REBAC está iniciando um processo e se sente interpelada pelo Papa Francisco a trilhar este mesmo caminho, e a perguntar-se como agir diante de uma realidade em que o futuro da humanidade está comprometido. Esta inquietude motivou a participação, neste seminário, para escutar e aprender da longa experiência da Igreja do Brasil. Deseja-se contextualizar a Bacia do Congo para responder aos grandes desafios na região. Augura-se que a *Laudato Si'* se enraíze e a Rede se fortaleça na região africana.

- Cardeal Dom Cláudio Hummes destacou a importância do Seminário em um momento histórico no qual a sociedade mundial está mergulhada em uma crise grave e urgente. Para que as perdas não sejam irreversíveis, é preciso agir rapidamente. Alguns sinais são preocupantes: A COP 21¹ chegou a um compromisso. Mas, recentemente, os EUA retiraram-se do acordo. Na sociedade brasileira, os poderes tentam, de todos os modos, fazer que o povo e suas lutas sejam invisíveis. O Papa Francisco é um grande presente de Deus. No meio de tantos desafios, ele está animando e encorajando o povo

1 A COP 21 foi a 21ª Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadros das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizado entre os dias 30/11/2015 a 11/12/2015, em Paris (França). Buscou alcançar um novo acordo internacional sobre o clima, aplicável a todos os países, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2° C. Fonte: <nacoesunidas.org>.



de Deus a assumir um compromisso diante dos grandes desafios. Para ele, a Amazônia é um teste decisivo, um banco de prova para a Igreja e para a sociedade, e espera que a Igreja saia da acomodação e seja missionária.

A publicação da *Laudato Si'* gerou um quadro muito importante, no qual estão inseridos os 15 seminários realizados na Amazônia. Eles foram uma benção na medida em que tiveram a força de convocar, provocar dinamismos e fortalecer a Rede Eclesial em uma sociedade que está angustiada. A criação dos comitês locais dá continuidade à reflexão no território e oferece o espaço para que a população local participe da discussão e da busca de caminhos para uma crise que é local e mundial. A convocação do Sínodo especial para a Amazônia é um elemento importante desse processo que a REPAM está animando e articulando. Este momento é de urgência histórica. É o espaço para discernir, com clarividência, os caminhos e definir propostas criativas e corajosas. Por fim, concluiu parabenizando a REPAM-Brasil pelo empenho e animando o fortalecimento da Rede, como também estreitando a comunhão eclesial com a Rede Eclesial da Bacia do Congo (REBAC), desejando que o Seminário produzisse muitos frutos.

- Dom Leonardo Ulrich Steiner, antes de concluir a sessão de abertura, dirigiu uma palavra de gratidão a todas as pessoas que se envolveram na organização dos Seminários *Laudato Si'*, nos



diversos regionais da Amazônia legal. Recordou o grande interesse que o Papa Francisco tem pela Amazônia e sinalou a importância da partilha das percepções da *Laudato Si'* para todo o Brasil e outras conferências. Pois é uma encíclica que traz esperança, ajuda a aprofundar a realidade amazônica, do Brasil e de todo o planeta que vive as graves consequências do desmatamento, das secas, das inundações, do aquecimento global, etc. O Sínodo convocado pelo Papa anima e conforta. É preciso pensar nos passos futuros e construir propostas de como cuidar da Amazônia e de toda a Casa Comum. Esta é a responsabilidade que fala o livro do Gênesis para cultivar e cuidar da Casa Comum. Que a realização do Seminário Geral ajude a descobrir como cuidar da Casa Comum. *Bom Seminário para todos nós!*



2. REPAM: Identidade, incidência e desafios

Maurício López

Maurício Lopes, Secretário Executivo da REPAM Pan-Amazônica, apresentou a REPAM com o tema: *Conversão ecológica, Pan-Amazônia e compromisso da REPAM com as identidades eclesiais*. Convidou a contemplar, em silêncio, algumas imagens, tais como raízes, mãos de uma mulher; um vídeo de uma criança que sente pela primeira vez a chuva, e a frase de Pierre Teilhard de Chardin: *Não somos seres humanos com uma experiência espiritual, somos seres espirituais com uma experiência humana*. Em um mundo quebrado, necessita-se recuperar a capacidade de fazer silêncio para reconhecer a beleza de Deus com um coração puro.

Em sua colocação, destacou que a REPAM precisa ser compreendida não só na perspectiva da territorialidade amazônica, mas planetária. No mundo, mais de um bilhão de pessoas vivem na extrema pobreza. Alguns justificam a necessidade de explorar os recursos do Planeta para alimentar e cuidar de tanta gente pobre. Isso não é verdade. Não se trata de falta de recursos. O verdadeiro

problema é a iniquidade, pois 1% da população do Planeta possui 99% da riqueza; 8 famílias no mundo possuem o mesmo que metade da população da terra. Tem-se a capacidade para produzir alimentos para todos, mas 800 milhões de pessoas passam fome e 30% da alimentação produzida vai para o lixo. Predomina uma cultura do descarte e, ao mesmo tempo, a acumulação avança rapidamente. A utilização de 5% do orçamento militar dos EUA é suficiente para acabar com a fome do mundo inteiro. O Papa Francisco alerta que *Deus perdoa sempre, as pessoas às vezes perdoam, mas a natureza não perdoa*. É um imperativo ético universal. Esse modelo que mata, somente pode ser vencido pela cultura do encontro.

As quatro chaves para entender a missão da REPAM são:

1. Metanóia: uma conversão de raiz e a base da mudança concreta.
2. História: os povos indígenas têm uma história profunda que precisa ser resgatada. Também precisamos aprimorar nossa compreensão da história, e o (pouco) tempo que nos sobra para a mudança de paradigma.
3. Terra e territorialidade: para a REPAM é uma perspectiva essencial. Compreender e repensar a realidade a partir da territorialidade sócio-ambiental-territorial. A REPAM não é nova;



a novidade que traz é a rede entre diversas perspectivas e compromissos que estamos assumindo em defesa da terra.

4. Integralidade: o modelo de educação não nos ajuda a compreender a integralidade. O mundo pede que nos especializemos. Precisa de uma ruptura epistemológica. Assumir uma missão abrangente e multidisciplinar. Cada elemento do cosmos é tecido com os outros. É impossível quebrar essa rede (Cf. Teilhard de Chardin).

É pertinente ressaltar desde esta perspectiva, a *Laudato Si'* se tornou a nossa Carta Magna. A Encíclica supera uma perspectiva ecológica fragmentada, dá indicativos de uma única crise socioambiental e propõe uma ecologia integral. Essa categoria é provocativa e necessita maior aprofundamento.

No contexto específico, a Amazônia passou de *fundo de quintal a praça central do Planeta*, profundamente cobiçada e disputada pelas suas potencialidades naturais. 20% da água potável do Planeta é produzida pela Amazônia, sendo uma verdadeira *bomba de água* que impede a desertificação do interior do Brasil e seus benefícios chega até a Argentina. O desmatamento provoca a destruição desse dinamismo natural. A Amazônia é, depois do Médio Oriente, a segunda mais importante região do Planeta, do ponto de vista dos interesses geopolíticos. Veja-se os grandes projetos para a região



como o IRRSE, PAC entre outros. Ou ainda os projetos de monocultivo de soja, criação de gado, exploração de minérios. As consequências são desastrosas para a biodiversidade e para os Povos amazônicos que sofrem inúmeras ameaças, entre as quais está o tráfico de seres humanos.

São os povos que vivem na Amazônia que são a esperança, entre os quais estão 3 milhões de indígenas, 385 povos e 240 línguas. A REPAM tem como prioridade os Povos Indígenas e as comunidades tradicionais. Eles são os principais interlocutores e com eles pode-se aprender a sacralidade da natureza.

A REPAM não é uma nova instituição. É uma rede que nasce reconhecendo a fragilidade diante dos grandes desafios, mas quer proporcionar espaços de escuta, diálogo e ação conjunta aos urgentes desafios. Sendo uma rede eclesial, assume o apelo de Papa Francisco, no Rio de Janeiro (27.07.13): *A Igreja não está na Amazônia como quem tem feito as malas para sair depois de explorá-la. Desde o início, está presente nela com os missionários, as congregações religiosas, os sacerdotes, os leigos e os bispos, e sua presença é crucial para o futuro da área.*



Objetivo da REPAM é:

1. Articular a Igreja nos 9 países da Pan-Amazônia². É preciso ter consciência que os poderes que especulam na Amazônia estão bem articulados, e a Igreja precisa se organizar.
2. Ser um serviço de comunicação e integração.
3. Ser uma ação comum e eficaz para uma pastoral de conjunto.
4. Defender, apoiar e promover os povos indígenas e grupos em situação de vulnerabilidade.
5. Ser lugar de encontro, comunhão e vida plena.

A REPAM nasce da encarnação nos territórios, a partir das necessidades de prelazias, vicariatos e dioceses, missionários e missionárias, de superar o isolamento e estabelecer vínculos de comunhão e colaboração. A criação das REPAM nacionais é uma novidade. Na articulação com as entidades funda-

² A Pan-Amazônia é constituída por 9 países, os quais têm a floresta amazônica em seu território. São eles: Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Brasil. Fonte: <repam.org.br>.



doras (CELAM³, SELACC⁴, CLAR⁵), em função da Pan-Amazônia, somam-se equipes itinerantes, as congregações religiosas, a Rede Igrejas y Minería, etc., além de 8 equipes internacionais da Amazônia, 7 REPAM nacionais e parcerias importantes como REBAC e CIDSE⁶.

Entre as inúmeras articulações e atividades da REPAM, em âmbito nacional e internacional, destaca-se o mapeamento, com o apoio do CIMI e da Equipe Itinerante, das 27 principais bacias onde estão os Povos Indígenas. A REPAM tem o objetivo de escutar e dialogar com os Povos Indígenas desde os seus territórios. Já foram realizados 5 encontros por bacia, sendo o último na bacia do Tapajós, em outubro de 2017; o acordo com a Comissão Interamericana de DDHH; estamos acompanhando 13 casos na Pan-Amazônia, sendo 4 do Brasil.

O Sínodo da Pan-Amazônia é momento importante nesse processo que se deseja viver intensamente, valorizando os processos iniciados e para ser potencializados na fase pós-sinodal.

3 Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM).

4 Secretariado da América Latina e Caribe de Cáritas (SELACC).

5 Confederación Latinoamericana de Religiosos (CLAR).

6 Coopération Internationale pour le Développement et la Solidarité (CIDSE).



3. Realidade da Amazônia e a Conjuntura Nacional e Internacional – Ver, escutar e celebrar

Márcia Maria de Oliveira e Pe. Ricardo Cas-

Para análise de conjuntura da Amazônia, Prof^a Márcia Maria de Oliveria (UFRO) e Pe. Ricardo Castro utilizaram como porto de partida um vídeo publicitário⁷, do Governo de Rondônia, sobre o eixo hidro-rodoviário para transporte de cargas e comboios, estrategicamente importante por estar na divisa com o Peru, e consequentemente para o IRSSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana). Por meio dos portos do Amazonas chega-se ao Oceano e, assim, à Europa e Ásia. Rondônia é também o caminho mais curto para o Pacífico. O mercado andino é uma grande oportunidade para os empresários.

O vídeo ajuda a perceber como os políticos pensam a Amazônia; como o Governo se apropriou de nossas categorias: agricultura familiar, sustentabilidade e energia limpa. Os discursos são convincentes na linha da competitividade (o vídeo destaca, por exemplo, a com-

7 Vídeo “Rondônia, terra de oportunidades”, acesso em: <<https://youtu.be/k21P-E-zoeb0>>.



petição com o porto de Santos e do Sudeste); e Rondônia transforma-se em um estado que gera “energia limpa e sustentável”. No viés da economia, um debate muito delicado é a expansão do caminho transpacífico. O capitalismo tem a capacidade de nivelar a economia a partir do número de consumidores potenciais em cada região. Isso é o que interessa e define a prioridade dos investimentos. Isso gera uma relação de grande importância. Como lidar com isso?

O discurso do capitalismo destaca a ideia de progresso a partir dos avanços econômicos e integração com grandes projetos internacionais, financiados também pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). Isso prevê e necessita da captação de recursos minerais e ecológicos presentes na região. O agronegócio e a pecuária estão aumentando suas exportações. Em momento algum se faz relação aos impactos disso sobre a floresta. Imazon⁸ afirma que a pecuária é a maior responsável pelo desmatamento. Na região, está acontecendo uma inversão de valores: pensa-se a partir das cabeças de gado (no Xingu, por exemplo, temos 20 bois por pessoa; em Rondônia, 17 por pessoa). Está se substituindo a centralidade da pessoa pelo boi.

Os conflitos socioambientais são altíssimos na região: nunca se matou tanto em conflitos no campo como nos últimos anos. O caso da RENCA⁹ representa um ata-

8 IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia: <amazon.org.br>.

9 Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA).



que grave aos direitos humanos. Trata-se de uma reserva que continua “pendurada”, “reserva de campanha”, com a oportunidade que seu sequestro, em função do extrativismo, volte a acontecer. A sociedade civil, porém, mobiliza-se e reage. É possível fazer diferente!

As migrações são sintomas de problemas bem mais profundos na sociedade. As migrações compulsórias estão interessando de forma grave também a Amazônia, recentemente pela migração da Venezuela. O povo Warao foge dos impactos da mineração no Rio Orinoco, com grandes índices de contaminação e consequência de grandes diásporas migratórias. Eles dizem que a diáspora se deu pela “mocara”, que seria a “maldição”, assim como eles denominam a intrusão de grandes projetos em seus territórios. Há desregulamentação internacional do trabalho. A migração representa fuga de trabalhadores desempregados e desafiam a conservação da dignidade do trabalho nas regiões de migração.

Considerando o contexto político, precisamos pensar a conjuntura em função das eleições de 2018. 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens. Estão se militarizando as escolas, como resposta à violência das juventudes. Estamos perdendo as juventudes por essa ideologia fundamentalista? Ainda há muitos resquícios da ditadura que matam nossa história.

Neste ano, lembramos os 45 anos da Transamazônica; ao longo deste tempo, toda luta de resistência

dos povos indígenas. A salvação da Amazônia está nas mãos dos povos indígenas. A COP 23, recentemente, criticou o Brasil pelo trabalho escravo e pelo escasso compromisso em relação às mudanças ambientais. Precisamos pensar direitos humanos vinculando-os aos direitos da terra.

Há utopias impossíveis: do neoliberalismo, do conservadorismo desenvolvimentista. Quais as utopias possíveis? As que valorizam as epistemologias do Sul e o Deus do Reino de Jesus. A Igreja “Comunidade de Comunidades” é um processo de construção desde baixo.

Boaventura Santos nos provoca a pensar uma nova esquerda. Há novas formas de trabalho, em rede. Estamos desenvolvendo o mapeamento e uma maior presença nas realidades concretas. Estamos construindo uma relação intercultural e pós-colonial, também na academia. A educação e a formação continuam sendo caminhos centrais. Fugir do paradigma tecnocrático nos pede para desacelerar, renunciar ao domínio sobre os recursos. *O ser humano é ser que pensa, sente e ama. Nós somos terra.*



4. Síntese dos Seminários e Cartas compromissos: Pontos comuns

Pe. Guillermo Cardona Grisales e Renato Bastos

Foram apresentados, por Pe. Guillermo Cardona Grisales e Renato Bastos, os pontos comuns das Sínteses e Cartas Compromissos dos Seminários realizados na Amazônia brasileira. Os seminários tinham como objetivo dar a conhecer a encíclica *Laudato Si'*, de Papa Francisco; dar a conhecer e organizar as ações da REPAM; provocar dinamismos locais; fortalecer iniciativas ambientais no território brasileiro. Dos indicadores assumidos com *Misereor*, financiadora dos Seminários, conseguiu-se pelo menos 60% dos bispos da diocese, 100% dos representantes de cada diocese nos seminários.

Nas Cartas Compromissos, os temas principais foram os seguintes:

- A proteção da vida dos defensores de DDHH e dos povos indígenas, assim como a agroecologia.
- A leitura da realidade dos territórios destaca a questão ambiental, os grandes projetos e os principais impactos.

- A sociedade civil denuncia a destruição como continuidade da ditadura.
- A responsabilidade de setores conservadores da Igreja, ou de resistências internas na sociedade, frente à pauta da defesa dos direitos socioambientais.
- Várias leituras da *Laudato Si'* para iluminar a realidade em que vivemos, com destaque sobre o modelo de desenvolvimento, as causas fundamentais dos impactos que estamos sofrendo hoje.
- Reflexão sobre o sentido da Rede e da articulação.
- As tarefas dos organismos internacionais, da sociedade civil e da Igreja.
- Sobre a identidade amazônica, "o jeito de ser dentro de nossa casa".
- A dominação é histórica e presente na Amazônia.
- As experiências coletivas vão abrindo caminhos alternativos ("você pensam muito, nós quando assumimos uma decisão, é para valer!", dizem os povos indígenas). Na escuridão, alimentamos a esperança.
- Espera-se que se escutem os clamores do povo.
- As grandes problemáticas da Amazônia (questões agrárias, violência no campo, grandes projetos, tráfico humano).



- Nas cidades amazônicas, está se deteriorando a qualidade da vida.
- A ideologia do desenvolvimento e suas vítimas: há um projeto proposital para desmontar as culturas indígenas (etnocídio) e desmontar o tecido social.

Como compromisso destacou-se:

1. A defesa dos direitos e da vida das comunidades tradicionais e urbanas.
2. Fomentar processos de formação, estudando a legislação ambiental produzindo subsídios, insistindo na formação de base.
3. Enfrentar os grandes projetos e buscar regularização fundiária.
4. Organizar a sociedade civil para lutar por políticas públicas.
5. Fomentar alternativas de Bem-Viver (iniciativas locais, projetos sociais e leis de iniciativa popular).
6. Ampliar a REPAM: que seja “rede das redes”, elo entre nossas dioceses e conclame outras organizações à luta em defesa da vida.



5. Iluminação Bíblico-Teológica da Encíclica *Laudato Si'*

Roberto Malvezzi (Gogó)

A *Laudato Si'* foi o motor dos Seminários realizados. Permitiu, de modo orgânico, pensar a realidade amazônica, os grandes desafios e as propostas de articulação e territorialidade. A Encíclica, publicada em 2015, correspondeu a uma solicitação do mundo inteiro e nasceu com a contribuição de diversas partes do mundo. Nasce de uma visão holística, fruto do pensamento moderno. Assumiu a contribuição da ciência, de outras religiões e de outros militantes.

Algumas chaves de leitura importantes:

- Ela destaca os três elementos básicos de cada cristão: o relacionamento com Deus, com os irmãos e com a natureza.
- A Casa Comum, onde tudo está interligado. Viver para os outros é uma regra da natureza. É uma das "digitais de Deus" em nossa história.
- Apresenta os maiores problemas que ameaçam o Planeta: falta a correlação entre os bens básicos da natureza e os investimentos, os grandes



projetos (veja-se hoje o exemplo da transposição do São Francisco e Belo Monte: com a falta de água, nada está funcionando!).

- Denuncia o nosso sistema de acumulação.
- Fala da raiz humana do estrago ambiental. Nisso sente-se um grande desafio: convencer todos que danificar a Amazônia é comprometer a vida do mundo, e não só daquele território!
- O evangelho da Criação como uma boa notícia! Há uma mensagem de cada criatura na harmonia de toda a criação.
- O tema da ecologia integral destaca a questão intergeracional: não é essa a lógica do capital, que afirma, explicitamente, que cada geração pode e deve cuidar de si mesmo. Assim, a espiritualidade integral ressalta que não haverá uma nova relação com a natureza sem um ser humano novo. Antes a sobriedade era para os religiosos/as, mas hoje é um chamado para cada pessoa.

6. Oficinas temáticas

Tendo por base a síntese das Cartas Compromissos e a Iluminação Bíblico-Teológica da Encíclica *Laudato Si'*, os grupos discutiram as temáticas afins com o objetivo de construir propostas de ação para o trabalho em Rede na Amazônia brasileira. A seguir, apresentaremos notas da partilha dos grupos.

6.1. Terra, água e território dos povos da Amazônia

Maria Petronila Neto

- Invasão do território com todas as estratégias que faz com que o Estado favoreça aos empreendedores; propaganda enganosa, violência e ameaças; conflitos entre índios e ribeirinhos; estratégias de resistências para retomada dos territórios: fazer novas alianças, por exemplo, MST e Contag; falta de água, consequência do que está acontecendo na Amazônia importante para todos. Experiências de resistências onde se junta os movimentos sociais para fortalecer a luta pelo bem da população; o material sobre a mineração que a REPAM pode circular; fortalecer a resistência: entrar em



contato com os movimentos populares, universidades; incorporar a luta contra a privatização da água; organizar um fórum da água, em marco de 2018, fazer um fórum alternativo.

- Estabelecer elo com outros movimentos sociais sobre a problemática da Amazônia; sensibilizar o clero e os leigos dentro da Igreja: o problema das festas dos padroeiros financiados pelos fazendeiros da região que fazem a Igreja calar a boca e escravizar o povo de Deus.
- A criação dos comitês populares dos rios; a ANA – Agencia Nacional das Águas só favorece as empresas.
- Ajudar os povos dos rios a criar comitês populares das bacias ou micro bacias dos rios (a proposta dos amazônidas: para fazer a gestão da água, lutar contra a privatização e outros projetos que tentam implantar nos rios).
- Experiências de alianças entre as populações indígenas, para firmar suas lutas em defesa dos territórios.
- Fortalecer a articulação dos povos, a partir da experiência da teia do Maranhão; assumir a campanha pela demarcação indígena, dos povos tradicionais; As bacias estão mapeadas, mas

os caminhos dos encontros devem ser construídos localmente.

- Divulgar materiais de formas de resistência.
- Critérios na construção da rede.
- Assentamentos para reforma agrária: é um espaço de disputa; como incluir os assentamentos na discussão; é um público no qual a Igreja está presente e deve trabalhar.
- A luta das quebradeiras de coco pelo território livre. Contribuir com as quebradeiras de coco e suas lutas dentro e fora da Igreja.
- Sedução das Igrejas; a reação das empresas junto às paróquias e dioceses; campanha do desinvestimento em empresas que estão explorando o território.

6.2. Saberes e espiritualidade dos povos da Amazônia

Ricardo Castro e Benedito Alcântara

- A Oficina consistiu na partilha dos saberes. Definiu-se a espiritualidade como corporeidade que nos vincula a terra. Essa espiritualidade na Amazônia é um retorno e uma reconciliação com a terra para resistir, com força, os desafios que se vive na Amazônia. Nesse retorno a terra, pegamos elementos da mística indígena: é macro



ecumênica e não se fecha nas tradições espirituais na Amazônia. A mandala: pontos – simbolismo do sol; elementos da criação que estão relacionados com o sol; o poente: noite, sombrio, os aspectos das realidades, sofrimentos, tensões, partilhado com vários símbolos, concretizando um círculo dinâmico; outro ponto lembra os mártires, pais e antepassados transmissores de saberes e identidades; a maturidade que torna sábio, acumuladores de experiência. Apresentação dos saberes dos povos indígenas, dos ribeirinhos, o mundo urbano e o sincretismo.

- Essa ancestralidade é apagada pela colonização, criando uma vergonha dos seus valores. Todo esse espírito de integração com Deus e a natureza: temos nas comunidades indígenas, no interior, e isso vai sendo desconstruído pelo sistema colonizador. A relação com os elementos da natureza: remédio e alimento não se diferenciam muito. O jeito de comer, dormir, é um jeito saudável de ser, desaprende-se e valoriza-se o que vem de fora. A tradição indígena tem uma dinâmica e vai esvaziando-se. Isso afetar o jeito de se relacionar e ocasiona a perda dos valores: usar o relógio não tira a identidade, mas reprime, gradativamente, o jeito de ser. O desafio: resgatar a própria identidade, o jeito próprio de viver.

6.3. Formação pastoral e incidência política

Irmão Danilo Bezerra

- O ano de 2018 é o ano do laicato. É preciso fortalecer as pastorais sociais e organismos.
- É preciso construir uma articulação para a Amazônia semelhante ao que estão fazendo no Nordeste (convivência com o semiárido), preservando o que é íntimo dos povos amazônicos. Deveria fazer parte da Evangelização e do modo de ser Igreja.
- Os povos indígenas, quilombolas e as quebradeiras de coco participem do dia a dia da nossa Igreja amazônica, dos vários conselhos existentes.
- Priorizar a formação dos conselheiros. A Evangelização precisa ter uma incidência política.
- Atenção à formação integral dos seminaristas. A fé e a vida sejam a base desse desafio: o evangelho da criação, a leitura orante, espiritualidade ecológica seja a base da nossa vida e do cuidado com a casa comum. O fato das pessoas não se sentirem interligadas e conscientes é um grande desafio.
- A REPAM tem uma missão interna de conversão pastoral para ser uma Igreja em saída. A interligação maior é o consumo.



- As empresas que atuam na Amazônia estão muito mais interligadas.

6.4. Questão Urbana

Francisco Andrade de Lima e Pe. Ari Antônio Reis

- Urbano e rural é uma definição equivocada e arbitrária, até mesmo os critérios do IBGE são frágeis e equivocados. Há influência da cultura urbana no meio rural. A cidade como lugar onde se discute a realidade municipal, que determina a vida do município.
- A migração da Amazônia teve fases diferentes. A cidade é vista como “saída” para a sobrevivência dos diferentes grupos sociais. Os grandes projetos estão relacionados com as grandes cidades que provocam a migração dos habitantes das cidades pequenas para as cidades maiores. Provoca um inchaço e crescimento desordenado.
- As políticas públicas não chegam até as pequenas cidades e isso provoca a migração para as cidades maiores em vista de um atendimento melhor. Fatores de migração: a busca de serviços públicos, os estudos. Ausência de uma política do território, ou seja, planejamento urbano e/ou do conjunto das cidades.

- O território determina as relações sociais. É preciso pensar a cidade de forma que viabilize as relações entre as pessoas, pois, em grande parte, predomina a inércia, a indiferença e a violência.
- Os desafios são importantes para o aprofundamento: caracterizar o que é urbano e rural na região amazônica. Belém e Manaus não são exemplos. A cultura amazônica ainda tem muito de cultura das comunidades tradicionais rurais. Como manter esta cultura?
- É possível construir o Bem Viver no urbano? É fundamental perceber a estruturação do urbano na Amazônia. A urbanização europeia contou com iniciativas de saneamento básico, o que não aconteceu no Brasil – como este ponto entra no pensar o urbano?
- O tema da gestão das cidades: como se dá? A quem interessam e beneficiam?
- Favorecer o conhecimento da história da cidade, permitindo que a população se aproprie, sinta-se em comunhão, cuide da cidade – superar a desmobilização causada pela inércia e cultura do descartável.
- Favorecer a formação para o agir político do município (participação nos diferentes conselhos),



controle social dialogando com os três poderes. Descentralizar os serviços públicos para as cidades menores, descentralizar a gestão interna da cidade e enfrentar os problemas da urbanidade.

6.5. Mulheres da Amazônia

**Elmara de Souza Guimarães
e Ir. Maria Lucélia Araújo da Silva**

- Rios, florestas e dignidade e igualdade. Pensar a mulher na Amazônia requer proteção, cuidados. O que significa ser mulher, ser terra, ser espiritual, ser guerreira? Vive-se a esperança, a resistência em uma sociedade machista e desigual em múltiplas frentes.
- O principal eixo: cuidado – trabalhar a sororidade, mulher que cuida de mulher em qualquer processo de violência doméstica, sexual e trabalho escravo.
- Estratégias possíveis de como a REPAM trabalha com as mulheres: participar da discussão sobre as discussões de gênero, lutar pela vida, água, Bem Viver e direitos das mulheres.
- Defender os direitos das mulheres e dizer não ao grande capital.
- As mulheres têm vozes e querem ser escutadas.



- Linguagem inclusiva.
- Fortalecer a organização das mulheres na rede.
- Reafirmar a identidade das populações amazônicas.
- Contar com a participação das mulheres nos encontros.
- Promover encontros sobre as temáticas femininas.
- Mudar a linguagem: projetos de morte e do Bem Viver e as mulheres na Amazônia.

6.6. Fluxos migratórios e tráfico humano

Márcia Maria de Oliveira

- Considerar as migrações como uma chave de leitura da Amazônia, mais uma possibilidade de interpretação com suporte dos estudos migratórios.
- Ampliar o debate da questão dos deslocamentos compulsórios de Povos Indígenas; ribeirinhos; camponeses; quilombolas, causados por conflitos agrários e retomada de terras por parte dos governos locais, implementação de grandes projetos principalmente relacionados com Programa de Integração da Infraestrutura Sul Americana - IRSA (Brasil, Venezuela, Bolívia,



Colômbia, Peru...), que envolve a malha portuária e rodoviária.

- Entender os deslocamentos compulsórios relacionados com eventos ambientais: cheias dos grandes rios e lagos (agravados pelos grandes projetos); secas relacionadas com o aquecimento global; desmatamento; pesca predatória comercial; extrativismo irregular; crise da água (contaminação pelo agronegócio, garimpos, mineradoras; desaparecimento de lagos: Povo Uru (Peru), Manaquiri (AM); “Desastres ambientais” como o de Mariana (MG) e o fenômeno das barrancas de terras caídas nos grandes rios da Amazônia; processos de desruralização.
- As tendências internacionais são as novas rotas migratórias, com entrada pela porta dos fundos que é a Amazônia, onde as fronteiras secas são as mais procuradas pelos migrantes e representam alternativas diante do fechamento das rotas tradicionais.
- Nos deslocamentos transfronteiriços, o grande desafio são os povos indígenas (Exemplo: os Warao da Gran Sabana, em Roraima e no Amazonas).
- Fortalecer e legitimar a rede de proteção da Amazônia, a partir de seus povos, e reagir e resistir junto com eles! Este é o papel da Igreja e de toda sociedade.

- A reação da sociedade civil contra a extinção da RENCA.
- O posicionamento de boa parte do Ministério Público (tribunais populares - camponeses e lideranças), os diversos movimentos sociais em defesa das águas e das florestas (Bioma Amazônia) são sinais de resistência e Esperança.
- Na contramão do agronegócio está a agroecologia e a agricultura familiar (responsáveis por 73% da circulação interna de alimentos), fortalecidas no governo anterior e em crise na atual conjuntura.
- Fortalecer as iniciativas populares como aquelas que promovem a revitalização e repovoamento dos lagos e o fortalecimento das reservas extrativistas: sustentabilidade e trabalho (castanhas, açaí, biojóias).
- Reconhecer o protagonismo das mulheres da floresta, na dinâmica da troca de sementes, na experiência ancestral de convivência com a Amazônia), nas casas de farinha; e as inúmeras experiências de economias solidárias, que apresentam alternativas à migração. Da mesma forma, o campesinato em consonância com a Pan-Amazônia – através da Via Campesina.



- Fortalecer os grupos de acolhida aos migrantes: a igreja tem sido protagonista, enquanto o estado é cada vez mais omissivo.
- A *Rede Um Grito pela Vida* vem mobilizando a Amazônia contra o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, investindo na informação e na prevenção.
- Centrar forças nas políticas públicas para os migrantes com atenção especial nas fronteiras.
- Prestar maior atenção aos migrantes indígenas nas grandes cidades. Exigem uma atenção especial e pontual também por parte da Igreja.

6.7. Plenário

O plenário complementou alguns temas e apresentou também observações:

- No Urbano, é preciso incentivar o diálogo municipal, estadual e federal. Superar o silêncio e valorizar a dimensão política da cidade e a interlocução com os políticos. Formar agentes políticos. As temáticas importantes da cidade: saneamento básico, água potável.
- É fundamental situar de que mulher se está falando. A mulher da Amazônia é muito ligada à família, a comunidade; as mulheres indígenas



não se identificam no movimento feminista; ver a perspectiva da mulher urbana; a questão do feminicídio. O direito de organizar-se.

- O processo de desregulamentação jurídica, essa desconstrução da legislação coloca muitos grupos em situação de maior vulnerabilidade, processo de ameaças e criminalização.
- As cadeias produtivas não apareceram nas discussões e propostas.
- É preciso tecer rede na Amazônia, do Brasil e fora do país, como ponte e parceria nas grandes questões amazônicas. É fundamental fortalecer a opinião pública mais esclarecida e corajosa dentro e fora do país.
- Todos os projetos têm que ser conhecidos e discutidos: impactos ambientais, atuação das bancadas no congresso, o modelo de desenvolvimento e qual o modelo de Bem Viver que a REPAM vai apoiar para as comunidades.
- Definir uma metodologia de trabalho de base, pois somente assim a Igreja vai permanecer na Amazônia. Aproveitar mais os temas da CF.
- Participar do fórum mundial da água. O mesmo tem uma agenda avassaladora bancada pela



Coca-cola e a participação de vários estados, e faz-se necessário uma articulação que contraste.

- Conhecimento do Plano Diretor que orienta o investimento nas cidades que, em tese, deve ser aprovado pela população em uma audiência pública. É urgente pensar o urbano desde a perspectiva do Bem Viver e intervir nesses processos.
- Dentre a população invisível estão os grupos de LGTB, vítimas de violência nos centros urbanos.
- O CIMI, desde 1972, dedica-se na luta pela demarcação de áreas indígenas. A REPAM tem a missão de somar com essa luta e defesa dos povos indígenas. Ainda existem igrejas que desconhecem essa batalha. É importante recordar que os Povos Indígenas têm diversas espiritualidades, ritos e mitos.
- Hoje os Povos Indígenas estão na cidade. Utiliza-se a imagem do indígena na floresta e não no mundo urbano. Coloca-se o tema da evangelização desse grupo quase sempre de modo sacramental, sem considerar as respectivas cosmovisões.
- A questão do tráfico de pessoas para dentro e para fora do Brasil. O envolvimento de famílias que acolhem migrantes.

- Melhor definição das populações amazônicas. Ex.: Os seringueiros não sentem incluídos entre as imagens que a REPAM publica.
- Sobre a plataforma energética do governo: o que existe de projeto alternativo de energia; o linhão que afeta as comunidades e não gera energia para as populações locais; o aumento desproporcional do preço da energia. Articular e intensificar, junto com os órgãos governamentais, projetos de energia solar para as comunidades da Amazônia.
- Os grandes projetos trazem consigo as seitas que estão afetando as comunidades.
- Propor na assembleia dos Bispos do Brasil os apelos que a REPAM escutou dos sujeitos amazônicos.
- A animação da Laudato Si' não pode sair da agenda da REPAM.
- Como colaborar mais com o eixo de comunicação?



7. Sínodo Pan-Amazônico

Cardeal Dom Cláudio Hummes

O Sínodo especial para a Pan-Amazônia foi anunciado no dia 15 de outubro e será realizado em outubro de 2019, em Roma. O Papa Francisco, no dia da festa de canonização dos protomártires do Brasil e das três crianças indígenas astecas de México, aproveitou para anunciar o Sínodo. A Amazônia tem sido uma preocupação constante no magistério do Papa.

O Sínodo é uma reunião essencialmente dos bispos. É um espaço onde o papa escuta os bispos que podem estar acompanhados. O grande desejo do Pontífice é que o maior número de pessoas participe da preparação da reunião sinodal com dados, discernimento, propostas. Por isso é importante que se dedique um espaço para dialogar. Tratando-se da Amazônia, certamente os Povos originários, Quilombolas vão estar muito presentes, porque eles são sempre os esquecidos.

Depois de tanto tempo de missão, não se conseguiu entregar a Igreja aos Povos Indígenas e isso é profundamente provocador. Por outro lado, é o momento

que coincide com a grave crise socioambiental. Deve-se pedir a luz e fortaleza do Espírito e que todos possam, de alguma forma, colaborar.

A primeira forma de participação de todos se dá através de um questionário. É o momento de levantar os temas, as problemáticas e as sugestões. A REPAM pode colaborar bastante. Os questionários servirão de base para o Instrumento de Trabalho, e o Papa assume a publicação dos resultados discutidos e votados. Da Assembleia sinodal participam os Bispos e convidados sem voz e voto.

Um Sínodo sobre a presença da Igreja na Amazônia, que interligados com a Bacia do Congo, são áreas prioritárias do ponto de vista ambiental, traduz-se em um momento de discernimento e de construção de novos caminhos. O Sínodo vai discutir como a Igreja está atuando frente a realidade dos povos e territórios amazônicos e construir, segundo o Espírito, propostas corajosas que permitem nascer uma Igreja com rosto amazônico, inculturada, missionária com seus próprios pastores.

Os participantes do seminário, alegres e esperançosos, teceram alguns comentários sobre o Sínodo especial para a Pan-Amazônia:

- O anúncio provocou na imprensa uma disputa de narrativas sobre o Sínodo, sobre a Amazônia



e a Igreja. É preciso cautela com os reducionismos e desvios dos temas fundamentais.

- Que a presença dos Bispos reflita a presença amazônica.
- É um tempo de graça.
- No momento de preparação é importante ser criterioso, considerar o que é fundamental. Os estudiosos podem apoiar os Bispos. Depois do Sínodo, vê-se o que fazer. Entrar no processo com sabedoria.
- A palavra discernimento é central. A *Laudato Si'* pode ser a coluna vertebral da assembleia. É preciso ter foco e não permitir que as paixões desloquem as perspectivas do Sínodo. Participar com liberdade interior.
- Considerar as experiências ministeriais positivas de outros lugares que podem ser avaliadas e úteis para a região.
- O reconhecimento das religiosas e leigas que estão no território. Porque não pensar e trazer para o debate, o tema das sacerdotisas, diaconisas para a Igreja da Amazônia? Como valorizar mais a presença das Congregações femininas, teólogas no âmbito amazônico?

- A Igreja com rosto amazônico tem um rosto feminino que protege, cuida e valoriza a beleza.
- É uma oportunidade de Sinodalidade para os bispos da Amazônia, para sair de uma ecologia superficial rumo a uma ecologia integral que deve pulsar no coração de todos, a continuidade dos encontros dos Bispos amazônicos, a necessidade da Eucaristia, a valorização do Ministério, investimento financeiro na formação dos ministros, agentes pastorais, diaconato permanente, diaconato feminino.
- Outra questão que o Sínodo deve ajudar é sobre uma renovada presença pastoral na base, única condição de permanecer como Igreja na Amazônia. É uma nova saída missionária.
- *“Muita coisa na Amazônia chega tarde demais, mas quando chega em muitas realidades na Amazônia, não significa que não temos nada. Temos um Deus que aprendemos a conhecer na natureza. E isso provoca uma crise de identidade; o apelo é que escute mais, nossas teologias, nossas crises que gerou com essas misturas; eu escutei a palavra enculturação, temos medo desta palavra, nos identificamos com a interculturalidade.”* (Fala de um dos participantes).
- Um sínodo que explora o que significa ser Igreja com rosto amazônico, valoriza a cultura, os ritos



e as liturgias, ora com tudo que é, com a natureza.

- A Igreja da Amazônia tem um rosto próprio, laical, o clero ainda é de fora. Mas é preciso resgatar uma perspectiva laical que é missionária na Igreja e na sociedade.
- Construir a unidade na diversidade. O momento é de afirmação de desejos e descobertas dos caminhos e como serão trilhados.

Continuando a Trilha rumo ao Sínodo...

Sínodo para Amazônia: Quais iniciativas vamos tomar? O que cabe a nós daqui para frente, depois da introdução sobre o Sínodo?

- Estimular a participação na preparação do Sínodo;
- Responder ao questionário, sentir-se envolvido; o Papa quer ouvir os pastores, mas também o povo; pedir a luzes do Espírito para encarar o Sínodo; valorizar e promover iniciativas na primeira jornada pelos pobres, pois queremos ser uma Igreja dos pobres e para os pobres.

8. Agir: Perspectivas, continuidade e encaminhamentos

Pe. Dario Bossi e Daniel Seidel

As intuições do Seminário, a partir dos temas, recolhidas, debatidas e convertidas em iniciativas de base, em ações concretas de articulação e compromisso de tecer a Rede Eclesial nos diferentes espaços, ajudaram a definir propostas de ação.

Propostas de Ação

1. Povos Indígenas e Povos em situação de vulnerabilidade

- Defesa dos territórios: apoiar a demarcação de terras das populações tradicionais: indígenas, quilombolas, territórios pesqueiros, ribeirinhos, assentamentos, unidades extrativistas (seringueiros), unidades de conservação.
- Territórios de uso sustentável e coletivo.
- Apoiar a articulação dos Povos indígenas e Comunidades Tradicionais a partir das bacias dos



Rios da Amazônia.

- Criação dos comitês populares de bacia (aqui ou em DDHH).
- Incidir no STF para superar a possibilidade de revogação do Decreto que homologa territórios quilombolas.
- Apoiar a demarcação dos territórios dos pescadores artesanais.
- Defender os territórios livres para quebradeiras de coco.
- Incluir os seringueiros entre os protagonistas prioritários da REPAM.
- Acolher e integrar os migrantes, valorizando seus saberes, como sujeito de direitos e deveres.
- Que se incorpore o “jeito de ser/celebrar” dos Povos Indígenas e das Comunidades Tradicionais, incluindo sua participação no planejamento das iniciativas da REPAM.
- Inserir indígenas urbanos (Bem Viver e desafios no mundo urbano).
- Indígenas em situação de isolamento e risco.



2. Formação e Métodos Pastorais numa perspectiva itinerante e Pan-Amazônica

- Promover formação de agentes para atuação em Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas e para incidência política em vista da descentralização da prestação dos serviços públicos para os municípios do interior dos estados e para os bairros das capitais.
- Conquistar espaço no diálogo com outras Igrejas no Brasil (ecumenismo).
- Juventudes (como envolver?).
- Promover espaços de discussão sobre gênero e feminismo, com a participação de todos da REPAM, inclusive dos homens.
- A partir das vivências espirituais e rituais (liturgia encarnada), educar para o cuidado da criação, a luta pela vida e a vivência da comunidade, promovendo formação integral e integrada, tendo como referência a *Laudato Si'*.
- Realizar formação permanente nas bases, priorizando a sensibilização sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo.
- Presença pastoral junto aos movimentos sociais (seminário de diálogo?).



- Sensibilizar o clero e os cristãos leigos e leigas para as problemáticas da Amazônia (formação dos seminaristas – da Amazônia em particular, da vida consagrada, cursos de formação para o laicato), assumindo a perspectiva de Fé e Vida na formação; leitura bíblica a partir da Amazônia.
- Envolver os conselhos pastorais diocesanos.
- Paróquias e comunidades criem processos formativos que favoreçam o conhecimento das cidades e seus clamores.
- Incentivar a criação de um “Conselho Pastoral da Cidade” que pense a evangelização para além da estrutura paroquial.
- Fortalecimento das Pastorais Sociais e Organismos com encontros em nível de Amazônia (“Nor-tão” das Pastorais Sociais e Organismos, como já acontecem nos Regionais do Nordeste).
- Valorizar as expressões culturais e simbólicas da religiosidade e tradições espirituais da Amazônia.
- Valorizar os aspectos do feminismo das culturas amazônicas, na espiritualidade e mística ecológicas.
- Repensar a linguagem utilizada na REPAM para que seja inclusiva das mulheres e diferenciada quando tratar, por exemplo, utilizando a



expressão “projetos destrutivos”, ao invés de “grandes projetos”; “Bem Viver”, ao invés de “desenvolvimento”.

3. Direitos Humanos

- Promover Seminários sobre “Direitos da Mãe-Terra e Natureza”.
- Construir novas políticas públicas para migrantes, a partir da vigência da nova lei de migrações no Brasil.
- Defender a água como direito humano universal e lutar contra sua privatização e mercantilização. Ação: participar do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), de 17 a 19 de março de 2018, em Brasília.
- Organizar apoio para que comunidades locais da Amazônia possam denunciar as violações de direitos.
- Formação de defensores de DDHH (em aliança com Movimentos Sociais e outros).

4. Igreja de Fronteiras

- Ampliar e garantir o debate sobre as migrações e o tráfico de pessoas na Amazônia nas iniciativas da REPAM e outros espaços nas dioceses, prelazias ou regionais.



- Fortalecer as Redes de enfrentamento ao tráfico de pessoas e exploração sexual, como a Rede um Grito pela Vida.
- Migração e pacto internacional.

5. Justiça socioambiental e Bem Viver

- Formar uma coalisão entre as articulações de indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, quebradeiras de coco, assentados, populações das Resex.
- Economia da Biodiversidade
- Elaborar estratégia de parceria com MST, Contag, agricultores, para convocar a todos para uma luta em comum em defesa da Amazônia e para fomentar projetos produtivos como alternativas ao modelo capitalista de produção.
- Fortalecer as organizações de mulheres na Amazônia, apoiando a sua articulação em rede
- Criar cadeias produtivas alternativas baseadas na agroecologia e na economia solidária, apoiar essas redes solidárias que já existem.
- Geração de trabalho e renda (dar visibilidade a experiências já em curso, favorecer novas articulações).
- Economias alternativas nas cidades.



- Disputa da riqueza gerada pelas empresas em nossos territórios.
- Integração entre biomas e intercâmbios com outros biomas.
- Alternativas às propostas do sistema do capital sobre o clima ("economia verde").
- Aprofundar nosso conhecimento do Bem Viver.

6. Comunicação para transformação social

- Incluir ações de prevenção e denúncia do tráfico de pessoas e trabalho escravo no projeto "Vozes da Amazônia" (pequenos vídeos-documentários).
- Partilhar materiais de divulgação e educação produzidos pelas organizações e de experiências, como a "Teia dos Povos Tradicionais", do Maranhão, e os Tribunais Populares contra as Grandes Empresas violadoras dos direitos humanos.
- Trabalho com o veículo das rádios e TVs.
- Continuidade ao encontro dos comunicadores de cada região.
- Relação entre processo de mapeamento e estratégias de comunicação: divulgação de resultados e promoção de debates nos territórios a respeito.



7. Pesquisa e mapeamento

- Acionar as Universidades para contribuírem na elaboração de projeto do “Bem Viver”; e resistir contra os projetos que destroem o bioma da Amazônia.
- Recolher e sistematizar experiências significativas e inspiradoras quanto ao Bem Viver.
- Apoiar o processo de mapeamento, também em função do debate sobre o Sínodo Pan-Amazônico.

8. Redes Internacionais

- Participar e divulgar o “Encontro dos Irmãos da fronteira” (platô das Guianas).
- Criar mecanismos de denúncia de violações dos povos da Amazônia (relatório pan-amazônico).
- Fortalecer mecanismos de colaboração com as redes internacionais para incidência política na União Europeia e outras instâncias em favor da Pan-Amazônia.
- Integrar a Rede Clamor (CELAM – refugiados, migrantes e vítimas do tráfico) e a Rede Latino-Americana da CLAR (Eixo “Trata – CLAR).
- Fomentar a articulação com entidades internacionais sobre o papel da Amazônia e sua importância no ciclo das águas e na questão climática.



- FOSPA (Fórum Social Pan-Amazônico).
- FSM: inscrever seminários e painéis sobre a Amazônia e a REPAM.
- Missão embaixada Noruega (principal doador do Fundo Amazônia) para investigar os resultados dessas doações.

1. Comitê Ampliado e Referentes dos Eixos

a) Composição dos comitês locais referentes aos eixos:

Eixos	Pessoas de referência
1. Povos Indígenas e Povos em situação de vulnerabilidade	Darlene Braga (CPT), José Cleanton Ribeiro (CIMI), Antônio Morais (CPT), Luís Ventura (CIMI)
2. Formação e Métodos Pastorais em perspectiva itinerante e Pan-Amazônica	Ir. João Gutemberg, Marta Bispo, Dom Mário Antônio da Silva (Roraima-Norte1)
3. Direitos Humanos	Pe. Dário Bossi, Caritas Amazônia (PA), Daniel Seidel, Xingu vivo. Ir. Juscieda Menezes (JPIC/CRB-Nacional)
4. Igreja de Fronteiras	Ir. Rose Bertoldo (Rede um Grito pela Vida). Aurinete (AC), Verônica Rubi (Caritas de Alto Solimões)
5. Justiça Socioambiental e Bem Viver	Pe. Guillermo Cardona Grisales, Roberto Malvezzi (Gogó), Luiz Lopes (MT), Joaquim Belo (CNS), Antônio Melo (Xingu Vivo), Luiz Felipe Lacerda (OLMA)
6. Comunicação para transformação social	Ir. Osnilda Lima, Joelma (Santarém PA), Maira (Povo Wapichana)
7. Investigação e mapeamento	Evanilda de Jesus
8. Redes Internacionais	Ir. Irene Lopes (REPAM-Brasil), Stepan (Misereor), Cecília Iorio (CAFOD), Rogenir (CRS), Mauricio López



2. Comitês locais da REPAM – Brasil

Comitê	Nome
Marabá (PA)	Ir. Maria Lucélia Araújo Ir. Zélia Maria Batista
Rio Branco (AC)	Pe. Manoel Costa Darlene Braga (CPT) Aurinete Brasil
Imperatriz, Balsas, Carolina, Grajaú e Viana (MA)	Antônio Gomes de Moraes Margarida Chaves dos Santos
Zé Doca e São Luís (MA)	Martha Bispo José de Maria Carvalho Silva
Lábrea (AM)	Francisco de Oliveira Santos Hoadson Leonardo Silva Orly Côco
Macapá (AP)	Benedito de Queiroz Alcântara Joaquim Correa de Souza Belo
Oeste 2/CNBB	Luís Lopes da Silva Pe. Jair Fante Ricardo Roberto de Almeida
Xingu (PA)	Dorismorei Antônia Melo Silva
Roraima (RR)	Danilo Bezerra Gilmara
Manaus (AM)	Diac. Francisco de Lima Ir Roselei Bertoldo Ir. João Gutemberg Ir. Delires Brun
Santarém	Pe. Guilherme Cardona Grisales
Norte 3/CNBB	Samuel Viana Ir. Maria Eugenia Ribeiro
Belém – Castanhal (PA)	Cristiane Queiroz Pe. Paulo Juanil
Itaituba(PA)	Elmara Guimarães (CPT) Bárbara do Nascimento Dias (CIMI) Ir. Cleusa da Costa (Área pastoral III) Pe. José Boeing – (Comissão Justiça e Paz dos Verbitas)
Porto Velho (RO)	Maria Petronila Neto



9. Conclusão

A conclusão do Seminário Geral coincidiu com a celebração do *Dia Mundial Para Os Pobres*, instituído por Papa Francisco, no final do ano da misericórdia. A REPAM deseja ser esta rede a serviço dos mais pobres na Amazônia, desde um agir corresponsável, diante dos grandes desafios eclesiais e socioambientais na região. Acolhemos as palavras de incentivo do Cardeal Dom Cláudio Hummes e Dom Sérgio da Rocha, presidente da CNBB, para que cada pessoa cultive a pertença e corresponsabilidade na rede que deseja visibilizar cada rosto no território amazônico.

Dando continuidade à articulação da REPAM-Brasil:

- Preparar o próximo encontro ampliado em fevereiro (retiro e planejamento): retomar os encaminhamentos do atual encontro.
- Oferecer nossa colaboração com os eixos da dimensão pan-amazônica: pessoas de referência para cada eixo.



- Sugestão de maior clarificação: Definir: quem é a REPAM-Brasil? O que caracteriza a pertença à REPAM? Como se dará a relação entre Comitês locais/diocesanos e a Coordenação da REPAM-Brasil?

Participantes

1. Abade Félicien Mavoungou (S. Executivo da ACERAC – Congo-Brazzavile)
2. Adriana Patrícia Moncada Pilla (Boa vista/RR- Pastoral Universitária)
3. Antônia Melo da Silva (Xingu Vivo para sempre- Altamira/PA- Regional Norte 2)
4. Antônio Gomes de Moraes (Pastorais Sociais - Regional Nordeste 5 Loreto/MA)
5. Arlete Gomes dos Santos (Analista de Projetos Sociais - CEA e REPAM –Brasil - Brasília/DF)
6. Arnaldo Andrade de Amorim (Seringal-Cruzeiro do Sul/AC)
7. Aurinete Souza Brasil Ferreira (assessora da Diocese de Rio Branco/AC)
8. Benedito de Queiroz Alcântara (Comissão Justiça e Paz - Regional Norte 2-Macapá/ AP)
9. Carlos Daniel D.S.Seidel (Assessor REPAM – Brasil, Brasília/DF)
10. Cecília Lório (CAFOD-Inglaterra)
11. Celio Lima da Silva (Coordenador CPT - Regional Noroeste-Rio Branco /AC)
12. Darlene Maria Martins (Comitê Ampliado REPAM-Brasil-Rio Branco/AC)
13. Denyse Saboia leite de Castro (Aux. Administrativo REPAM – Brasil- Brasília/DF)
14. Diego José (Torrealba Bravo- Pastoral Universitária-Boa vista/RR)
15. Cardeal Dom Claudio Hummes (Arcebispo Emérito de São Paulo – SP, Presidente da REPAM)
16. Dom Erwin Krautler (Coordenador da REPAM Brasil-Bispo emérito da prelazia do Xingu-Altamira/PA)
17. Dom Louis Portella Mbuyu (Conferência Episcopal-Congo Brazzavile)
18. Dom Mário Antônio (Bispo de Roraima/RR)
19. Dom Philip Eduard Roger Dickmans (Bispo de Miracema/TO)
20. Dom Sébastien Muyengo Mulombe (C. E. para os Recursos Naturais/República



Democrática do Congo(DRC)

21. Eliberto Barroncas (REPAM - Norte 1-Manaus/AM)
22. Elmara de Sousa Guimarães (Comissão Pastoral da Terra (CPT)Itaituba/PA)
23. Evanilda de Jesus (Coordenadora do Mapeamento REPAM-Brasília/DF)
24. Felício Pontes (Ministério Público Federal - Brasília/DF)
25. Flavio Mendes Ribeiro (Secretário executivo - CNBB- Regional Norte 3 - Mirace-
ma/TO)
26. Francine Junqueira (UMBRASIL: União Marista do Brasil-Brasília/DF)
27. Francisco Andrade de Lima (CNBB-Regional Norte 1-Manaus/AM)
28. Francisco de Oliveira dos Santos (Noroeste-Lábrea/AM)
29. Francisco Océlio Silva Muniz (Movimento dos Atingidos por Barragens - Regional
Noroeste-Porto Velho/RO)
30. Frei Olávio Dotto (Pastorais Sociais da CNBB-Assessor REPAM – Brasil-Brasília/
DF)
31. Guilherme Cavalli (CIMI- Brasília/DF)
32. Henri Muhiya Musabate (Secretario Executivo da Rede Eclesial da Bacia do Con-
go/REBAC)
33. Ir. Cleodilte (Conferência dos Religiosos do Brasil-CRB-Brasília/DF)
34. Ir. Danilo Bezzerá (Pastorais Sociais / Regional Norte 1-Boa vista/RR)
35. Ir. Lurdes Araújo Duarte (Conselho indigenista missionário – CIMI - Cuiabá/MT)
36. Ir. Maria Eugênia Silveira (CNBB Norte 3 e Comitê Local da REPAM-Palmas/TO)
37. Ir. Maria Irene Lopes dos Santos (Assessora da CEA e Secretária Executiva da
REPAM-Brasil Brasília/DF)
38. Ir. Maria Lucélia Araújo da Silva (CIMI/ Regional Norte 2-Marabá/ PA)
39. Ir. Osnilda Aparecida de Lima (Assessora de Comunicação REPAM-Brasil Brasília/DF)
40. Ir. Jucieda (Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB-Brasília/DF)
41. Ir. Maria de Fátima (Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB-Brasília/DF)
42. Izalene Tiene (Coordenadora dos Seminários *Laudato Si'* - REPAM-Brasil-Ma-
naus/AM)
43. Joaquim Correa de Souza Belo (Conselho Nacional das Populações Extrativistas-
-CNS-Macapá/AP)
44. José Cleanton Curioso Ribeiro (CIMI-Regional Norte 2-Altamira/PA)



45. José de Maria Silva (Assessor Educacional - Nordeste 5-Brejo/MA)
46. José Gaspar Wanderley Guimarães (Verbo Filmes São Paulo/SP)
47. Jucelene Rocha (Cáritas-Brasília/DF)
48. Lídia Monalisa Farias dos Santos (Associação Nacional de Educação/ANEC, Regional Norte 1 Manaus/AM)
49. Luis Lopes da Silva (CNBB - Regional Oeste 2-Cuiabá/MT)
50. Luiz Cláudio Lopes da Silva (Mandela-Diretor Executivo Nacional de Cáritas-Brasília/DF)
51. Luiz Felipe (Observatório N.de Justiça S. Luciano Mendes de Almeida – OLMA-Brasília/DF)
52. Márcia Maria de Oliveira (Assessora REPAM-Brasil/RO)
53. Margarida Chaves dos Santos (Pastorais Sociais e REPAM - Regional Nordeste 5-Imperatriz/MA)
54. Maria Delires Brun (Comitê Ampliado REPAM –Brasil-Manaus/ MA)
55. Maria Petronila Neto (Comissão Pastoral da Terra /Regional Noroeste-Porto Velho/RO)
56. Martha Furtado Bispo (CNBB Nordeste 5-São Luís/ MA)
57. Maurício López (REPAM)
58. Orly Côco (Coordenador de Pastoral – Noroeste-Lábrea/AM)
59. Patrícia Lopes (Assessora REPAM-Brasil-Brasília/DF)
60. Pe. Antônio Xavier (Tradutor-Brasília/DF)
61. Pe. Ari Antônio Reis (Assessor REPAM – Brasil-Passo Fundo/RS)
62. Pe. Dário Bossi (Assessor REPAM –Brasil-São Paulo/SP)
63. Pe. Guillermo Cardona Grisales (Pastorais Sociais / Regional Norte 2-Santarém/PA)
64. Pe. Jardesson Oliveira (Pastorais Sociais - Regional Noroeste Cruzeiro do Sul/AC)
65. Pe. Ricardo Gonçalves Castro (I. de T. Pastoral e Ensino Superior da Amazônia-I-TEPES-Manaus/ AM)
66. Pe. Rigobert Minani Bihuzo (Coordenador da Rede dos Centros de Jesuitas na África, DRC)
67. Pe. Samuel Jésus de Paquette (Conferências Episcopais da África e Madagascar-SCEAM)
68. Pe. Thierry Linard (Centro Cultural de Brasília (CCB)-Brasília/DF)
69. Renato Bastos (Assessor REPAM – Brasil-Juiz de Fora/MG)



70. Ricardo Roberto de Almeida Capistrano (Coord. Regional de Campanhas: CF/CE/MIS - R. Oeste 2-Cuiabá/MT)
71. Roberto Malvezzi (Assessor REPAM – Brasil-Juazeiro/BA)
72. Rogenir Costa (CRS-Brasília/DF)
73. Roselei Bertoldo (Comitê Ampliado - REPAM –Brasil-Manaus/AM)
74. Rotokwyi Airomkenti Valdenilson (Aldeia Akrātikatêjê-Marabá/ PA)
75. Samuel dos Reis Viana (Cáritas e CEBS - Regional - Norte 3 Palmas/TO)
76. Stefan Krames (Misereor Brasília/DF)
77. Symphorien Kabangu Mande (Gerente CAFOD – Congo)
78. Tiago Melo (Paulus-Brasília/DF).





Comissão Episcopal para a

Amazônia

SÍNTESE DAS CARTAS COMPROMISSO

DOS SEMINÁRIOS *LAUDATO SI'*



Considerações prévias à temática dos seminários

1. Seminários com rica e variada participação

Participações: Pastorais, Pastorais Sociais, Organismos de comunhão, movimentos e serviços, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, lavradores/as, assentados/as, catadores/as de materiais recicláveis, geraizeiros/as, camponeses, quebradeiras de coco, membros ribeirinhos, seringueiros/as, Povos da Floresta, mulheres, CIMI/Conselho Indigenista Missionário, CPT/Comissão Pastoral da Terra, Cáritas, a sociedade civil organizada, MST, ICMBIO, IPAR, MOSADOS trabalhadores, organizações não governamentais do poder legislativo, das universidades, pesquisadores, representantes das secretarias de governo do município e de órgãos federais de proteção ambiental, professores da rede pública de ensino, discentes, CEBs, leigos/as, religiosas/os seminaristas, representantes das Dioceses, agentes de pastoral, assessores da CNBB e do Comitê Nacional da REPAM, religiosas, padres e bispos (Cuiabá/MT, Junho/2016; Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Miracema/TO; Outubro/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017;



Imperatriz/MA Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017).

1. Lembrando um dos sentidos da REPAM

Compromisso: Imprescindível a tarefa de organismos internacionais, da sociedade civil e da Igreja, “na sensibilização das pessoas, na colaboração de forma crítica, com legítimos mecanismos de pressão, para que cada governo cumpra o dever próprio e não-delegável de preservar o meio ambiente e os recursos naturais do seu país, sem se vender a espúrios interesses locais ou internacionais” (LS 38) (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017*).

2. Constatações de base

- a) Afirmar a identidade amazônica
“o jeito de ser na nossa casa”

Reafirmamos, neste espaço, nosso Nhandereko-há, que na língua Nheengatu, ou língua geral amazônica, significa identidade étnica ou “jeito de ser na nossa casa”. Significa o lócus da organização social e política, lugar da produção e transmissão do conhecimento próprio dos povos que não pode ser reduzido a um lugar, mas encontra-se em todos os lugares da floresta.



Para nós, amazônidas, a floresta não é propriedade. É lugar e espaço vivencial; é lócus e território vivenciado, sentido e imaginado. É o lugar da agroecologia e do extrativismo de subsistência, da pesca, da festa, dos jogos, das danças. É a partir dessa visão que podemos vivenciar melhor o discipulado missionário. (Manaus/AM, Julho/2016)

b) A dominação é histórica e presente na Amazônia

Nosso modo de ser em nossa aiko (Casa Comum na língua Apurinã), herdado de nossos antepassados, tem sido impactado, negativamente, desde a chegada dos colonizadores, que nos impuseram outros valores baseados nas relações de poder e dominação. Nos círculos financeiros nacionais e internacionais, a Amazônia é vista como “lugar de exploração” dos recursos existentes por poderosos grupos econômicos transnacionais. No país, é o lugar da expansão energética, através da construção de mega-hidroelétricas para geração de energia, dita “limpa e renovável”, mas que causam terrível destruição de nossa biodiversidade e dos territórios tradicionais de nossos povos. A vida dos povos e das florestas está ameaçada pela mudança na legislação ambiental, pela possibilidade de aprovação da PEC 215 e PL1610 e pelo ataque aos direitos humanos e sociais, duramente conquistados. (Manaus/AM, Julho/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017).



c) Aqui existe uma história de luta e resistência.

O resgate da história de luta e resistência dos povos desta terra, das quais somos herdeiros (CEBs, Sindicatos e Seringueiros), lutas estas que impediram que, no Acre, houvesse tanta devastação com a criação das reservas extrativistas. (Rio Branco/AC, setembro/2017);

São sinais de resistência e de construção de pontes: Agricultura Familiar; projetos agroecológico – extrativistas; lutas e resistências dos povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos); o protagonismo da juventude e das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base e movimentos populares; resistência dos povos indígenas de Roraima, através de suas organizações, em sua permanente mobilização na defesa dos direitos e da terra; a agricultura familiar, sem agrotóxicos, com experiências bem-sucedidas de associações de agricultores ou de feiras de produtos; o trabalho das comunidades de base e movimentos sociais na defesa de nossos bens comuns, a água, a floresta e o lavrado; as ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos agricultores familiares; o trabalho do Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH) e das Pastorais Sociais junto aos migrantes e em articulação com entidades da sociedade civil; a luta das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco para conseguir educação e saúde de qualidade; a Semana Social Brasileira como espaço de debate e articulação com a sociedade civil; a Rede Um Grito Pela Vida e o Comitê Estadual



contra o abuso sexual de crianças e adolescentes no permanente combate ao tráfico humano; o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEDUCARR; o trabalho, em parceria ou em rede, com entidades da sociedade civil, movimentos, sindicatos, universidades; a presença e as denúncias feitas pelos povos Guarani Mbyá, Suruí Aikewara e Guajajara.

No Maranhão, já existem muitas articulações de forças vivas: povos tradicionais, pastorais sociais e movimentos populares, entre elas a TEIA. Estas iniciativas estão em perfeita consonância com a espiritualidade e as práticas propostas pela *Laudato Si'*, que afirma “tudo está interligado” (LS, 117).

Nas nossas **resistências**, optamos pela ecologia integral, buscando a sustentabilidade, o cuidado com o ambiente e as pessoas, nos comprometendo com as próximas gerações, que herdarão nossa Casa Comum. (Marabá/PA, Outubro/2016; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017, Santarém/PA, Maio/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017,);

- d) As experiências coletivas vão abrindo caminhos alternativos

Importância da diversidade de experiências, relações e aprendizados advindos de convivências das diferentes culturas e etnias dos povos amazônicos, sejam:



dos povos Indígenas; dos Quilombolas; dos Povos e Comunidades Tradicionais, tais como Camponeses, Ribeirinhos e Extrativistas; e da própria população urbana. (Castanhal/PA, Maio/2017).

3. Afirmamos algumas posturas de base

a) Uma conversão ecológica

Conversão ecológica, consciência de guardiães de Deus, como parte essencial da experiência cristã, comprometimento com a responsabilidade na construção da fraternidade universal, vivência harmoniosa, de inter-relação, de diversidade de experiências e de convivência entre as diversas culturas e etnias entre todos os Povos da Floresta e das cidades que nos fazem sentir seguros(as) e protegidos(as) sem destruir a nossa *gorakarah*, de onde retiramos o alimento para sustentar nossas famílias e garantir uma qualidade de vida que permite às nossas gerações viver longos anos (Cuiabá/MT, Junho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017).

b) Retomar a atitude profética

O tom profético, as experiências existentes, as falas dos representantes indígenas, as denúncias contra a “economia da morte”, que tanto tem sido marca da ação do homem na Amazônia, e o trabalho de rede nos fortalece

pelo espírito da Encíclica *Laudato Si'*. Na esperança, provocar ainda mais uma mudança radical na compreensão que temos sobre a defesa da Criação. Importância desse marco da Igreja no mundo tem para nossa ação, como seguidores e seguidoras de Jesus Cristo, aqui no nosso chão e nos provocaram a firmar compromissos na defesa da vida e na articulação de ações que nos levem a modificar esse cenário de morte para dar vida com Deus. (Manaus/AM, Julho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016).

c) Na escuridão alimentar a esperança

Acreditamos na Luz e alimentamos sempre a esperança, mesmo quando se faz noite sobre o solo sagrado do Xingu, regado com o sangue dos nossos mártires. Com a graça de Deus renovamos nossos compromissos batismais e crismais na defesa e promoção da vida onde a morte é semeada; do amor e da paz onde o ódio é espalhado; da justiça quando vemos os povos do Xingu agredidos por injustiças, violências, desrespeito e discriminação (Altamira – Xingu/PA, Maio/2017).

Ao mesmo tempo em que discutíamos, em nossos Seminários, sobre os diversos problemas que as famílias sofrem pela ação violenta do capital, a notícia de 10 trabalhadores rurais foram torturados e assassinados em Pau D'arco, sul do Pará, pegou todos de surpresa. Registramos também aqui nosso repúdio a mais essa chacina que acontece no Pará, onde a impunidade tem sido uma marca em nosso Estado. (Santarém/PA, Maio/2017).



4. Esperamos, pedimos e exigimos

- a) Esperamos que se escutem os clamores dos povos

Que sejam ouvidos **os clamores dos povos** que há séculos cultivam as terras, respeitando a biodiversidade e que mostram por suas práticas que há alternativas sustentáveis; clamamos aos jovens e às jovens das comunidades eclesiais e da sociedade que assumam como compromisso a dimensão missionária, tecendo uma rede de solidariedade em defesa da vida nestas periferias e articulação entre os jovens do campo e cidade, criação de novas escolas famílias agrícolas; fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais, indígenas, quilombolas, articulação com outros povos tradicionais; o surgimento da Articulação Camponesa de Luta Pela Terra e defesa do Território no Tocantins, as comunidades que resistem e propõem alternativas de relação com a terra através da agroecologia e da preservação dos nossos rios. (*Miracema/TO, Outubro/2016; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).

- b) Precisa-se de uma maior mobilização da sociedade civil organizada

Diante do cenário, na atual conjuntura pós-golpe, com retrocessos na garantia de direitos sociais, trabalhistas, humanos e ambientais **exige uma maior mobilização da sociedade civil organizada em âmbito global, nacional, regional e local na qual as igrejas estão inseridas**. Unirmos

forças e fortalecermos na luta comum, apoiados nos diálogos entre as pastorais sociais, os movimentos sociais, os movimentos dos povos tradicionais retomando e fortalecendo o compromisso social da nossa Igreja, em sua missão profética, cultivando sempre a espiritualidade descrita na *Laudato Si'*. Com uma nova ordem política, social, econômica e ambiental e trabalho de base, com uma maior proximidade com a população nos bairros e no campo, garantindo às lideranças possibilidade de lutar por direitos e ações que requerem o cuidado com a Casa Comum; apresentamos alguns desafios, clamores, iniciativas e conquistas observados e vivenciados na Amazônia, sem que sejam criminalizadas, ameaçadas ou mortas (Relatório sobre morte no Campo 2016-CPT). Em acréscimo a isso, lamentamos que o Estado do Pará possua, ainda, o maior número de defensores de direitos humanos ameaçados de morte. (Manaus/AM, Julho/2016; Imperatriz/AM, Fevereiro/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, maio/2017; Roraima, Julho/2017).

c) Exigimos cumprir o direito à informação

Que sejam discutidos projetos de desenvolvimento com as populações afetadas, mostrando todas as informações e os relatórios de impactos socioambientais, mantidos frequentemente em segredo, apesar da Lei de acesso à Informação. Que o governo escute o povo mais do que discursar sobre seus planos e projetos (Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Xingu/PA, Maio/2017).



Desafios das realidades amazônicas

2. Em relação aos sujeitos que padecem as intervenções agressivas na Amazônia

Povos e comunidades tradicionais: preconceitos e discriminações aos povos indígenas e comunidades tradicionais; invasão de seus territórios, inclusive de povos “isolados”; omissão governamental diante das muitas demandas de demarcação e morosidade dos processos de regularização fundiária favorece o não cumprimento do direito à terra das comunidades tradicionais; relatos de violências sofridas, resistências e insurgências organizadas pelos povos tradicionais; a cobrança dos povos Gamela e Guajajara, secularmente expulsos de seus territórios; pescadores e ribeirinhos violentados pela implantação de parques eólicos; quilombolas e quebradeiras de coco despojados de seus lugares de vida, trabalho e produção; mulheres afetadas por tráfico humano e outras formas de violência; comunidades destruídas por projetos de mineração; jovens sem estudo e sem trabalho, sofrendo mortes prematuras, tendo suas perspectivas de futuro prejudicados; o direito constitucional da demarcação das terras indígenas, no prazo de cinco anos, a partir da Constituição Federal de

1988, até hoje não foi cumprido, está ameaçado com a tramitação da PEC 215; exploração de petróleo e gás no Vale do Juruá; a venda do Bloco AC-T8 para a Petrobras, em 2013, constitui-se como verdadeira ameaça; a extração de gás ou petróleo não convencionais (fracking) pode contaminar o solo e a água e afetar a vida das comunidades e as demais formas de vida da floresta; os territórios das populações tradicionais podem representar uma barreira ao avanço dos grandes projetos (soja, latifúndio, mineração), ao mesmo tempo em que podem ser a garantia alimentar destas populações (Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017).

1. Grandes problemáticas na Amazônia

a) Questões agrárias e violência no campo

Questões agrárias. A grilagem de terras; a especulação imobiliária; implementação de grandes projetos com violências e assassinatos ligados à questão da terra à questão da terra; vendas indevidas das terras, muitas vezes griladas, com a crescente expansão do agronegócio que gera conflitos entre posseiros e fazendeiros, violência e morte; os avanços de projetos vinculados ao agronegócio, como o expressivo aumento das plantações de soja para exportação e a exploração ilegal de madeira onde se expandem novas serrarias,



principalmente no sul do Estado de Roraima; A falta de regularização das terras nos assentamentos deixando as famílias e comunidades vulneráveis às ações de reintegração de posse, que pretendem negar o direito à propriedade (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Xingu/PA, maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Grandes áreas são dedicadas à monocultura que agride a biodiversidade. Ocorrem a extração ilegal de madeira e garimpos, o desmatamento, a poluição de nossos rios, igarapés e lagoas. (*Manaus/AM, Julho/2016; Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Grandes projetos para a Pan-Amazônia e terra e questão migratória, tráfico humano e área de fronteiras. Projetos do tipo Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e propostas enganosas do governo como os Pagamentos por Serviços Ambientais são levados as comunidades nativas e vem se instalando em nossa região (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

- b) Desarticulação de deterioração da qualidade de vida nas cidades amazônicas

Cidades desafios e perspectivas. A deterioração



da qualidade de vida na cidade; a aceleração dos ritmos de vida, de trabalho e de uso do bem comum, a cultura do descarte; as precárias condições de ensino das escolas públicas e a banalização da violência; Políticas públicas básicas como saúde e educação são negligenciadas aos Povos da Região Oeste do Pará; o deslocamento da população para os núcleos urbanos, particularmente na capital do Estado, onde são sistematicamente violados os direitos fundamentais, por exemplo: trabalho, moradia, saneamento básico, transporte, saúde e educação; as cidades do interior do Estado não dispõem da infraestrutura básica e tornam-se dependentes da capital às demandas de serviços (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Castanhal/PA, Maio/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Saneamento básico. Grandes problemas referentes ao saneamento básico: acúmulo cada vez maior de lixo e resíduos; a inexistência de uma estação de tratamento de água e esgoto em toda região do Vale do Juruá e a ausência de aterros sanitários; não se cumpre um calendário de coleta de lixo e não há programas de educação para que as pessoas mantenham a nossa Casa Comum limpa (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).



2. A imposição agressiva de grandes projetos na Amazônia e suas consequências sobre os territórios

- a) Um modelo de desenvolvimento gerador de desigualdade

Um modelo de desenvolvimento gerador de desigualdades, injustiça social e ambiental. Interesses macroeconômicos e internacionais das grandes corporações impulsionam a necessidade de reações articuladas com todos os sujeitos construtores do Bem Viver, não só aqui na Amazônia, mas de maneira escalar e global. O aumento da exploração mineral, a expansão do agronegócio sobre essas terras e territórios indígenas, expulsando camponeses, quilombolas, utilizando-se do trabalho escravo, destruindo e envenenando nossos rios com uso abusivo de agrotóxicos; o programa federal MATOPIBA, que abrange os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, ameaça destruir 73 milhões de hectares do bioma cerrado. O MATOPIBA é a expressão concreta da “complexa crise socioambiental”; a ocupação das áreas de preservação permanentes (APPs) com a conivência e/ou negligência do poder público (Manaus/AM, Julho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Marabá/PA, Outubro 2016; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, fevereiro de 2017; Santarém/PA, maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017).

- b) Este “falso progresso” acaba com a vida social e cultural amazônica

Em nome do “falso progresso”. Gente que não reconhece nossos direitos à terra, nossas reservas, territórios, rios e florestas; não reconhece nossa história, identidade e cultura, não respeita nossas lideranças e nossa forma de organização social e política; que não acredita na sustentabilidade do extrativismo animal e vegetal baseado nas relações de respeito e interdependência em nossa Casa Comum garantindo vida em abundância à nossa geração e às gerações futuras. E vem de longe e saqueia nossos recursos deixando para trás um rastro de morte e destruição; e quer-nos “ensinar” seus valores e seu modo capitalista de sociedade; assim como a destruição de nossas famílias e comunidades (*Manaus/AM, Julho/2016; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Xingu/PA; Maio/2017*).

- c) Desconhece o direito dos povos e comunidades à consulta

Usurpação dos territórios. Privilégio de informações aos grupos empresariais pelos órgãos fundiários e ambientais sobre as terras ocupadas pelas populações tradicionais; Precarização de legislação para favorecer o avanço da exploração mineral, ambiental e ampliação do latifúndio assassino; avanço dos interesses particulares e econômicos sobre os territórios comunitários.



rios e as terras públicas; ameaça aos direitos territoriais dos povos indígenas, expressa nas diversas iniciativas legislativas ou do Poder Executivo (Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215, Parecer 313 da Advocacia Geral da União (AGU), que pretendem reduzir, condicionar ou eliminar a garantia destes direitos para as comunidades; regularizar empreendimentos de mineração dentro das terras indígenas, desconsiderando o direito à consulta (*Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

d) Precarização da vida, até nas fronteiras...

Preocupa-nos ainda o aumento de crimes violentos e a destruição de famílias; a ausência de proteção e a corrupção facilitam a entrada de traficantes pela tríplice fronteira, em vários casos atravessando as terras indígenas. A região fronteira, não suficientemente vigiada, torna-se também o palco propício para a exploração e o tráfico de pessoas. Não podemos deixar de manifestar-nos sobre a atual proposta de reforma previdenciária e terceirização, que vulnerabiliza, particularmente, os mais pobres e agrava a situação de exclusão e perda de direitos na Amazônia (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Xingu/PA, Maio/2017*).

3. Vítimas do “falso progresso”

a) Crianças, adolescentes e jovens



Crianças, adolescentes e jovens que estão expostos à violência e às condições de vulnerabilidade social, tais como: drogas, abusos e exploração sexual, tráfico de pessoas, trabalho análogo ao escravo, situações de escravidão e servidão doméstica, aumento da violência doméstica. Os movimentos político e econômico sustentados pela elite dominante e outros fatores expulsam essas juventudes para as periferias geográficas e existenciais. A situação das juventudes, principalmente da juventude negra em nossas periferias, pois hoje, são aqueles que mais morrem (Mapa da Violência 2016), com o crescimento exponencial de grupos de extermínio, milícias e organizações criminosas que comandam e disputam territórios; com a política de encarceramento em massa, em que 40% dos presos das casas penais do Pará são presos provisórios; com a superlotação das cadeias e das delegacias com poucos policiais; e com as situações dos acusados de pequenos delitos que acabam cooptados pelo crime organizado.

Esses fenômenos de mercantilização do corpo e da vida têm revelado não só crime, mas a miséria, o medo, o constrangimento, a vergonha e a insegurança em que vivem esses nossos irmãos. Denunciamos a insuficiência e a ineficácia dos programas de atenção e acompanhamento para as vítimas de crimes, que configuram uma grave violação aos direitos humanos com o crescimento exponencial de grupos de extermínio,



milícias e organizações criminosas que comandam e disputam territórios; com a política de encarceramento em massa, em que 40% dos presos das casas penais no caso do Pará são presos provisórios; com a superlotação das cadeias e das delegacias com poucos policiais; e com as situações dos acusados de pequenos delitos que acabam cooptados pelo crime organizado. Esses fatos demonstram a ineficácia da ação do Estado e da segurança pública. Os atendimentos nas delegacias são falhos. Falta um atendimento humanizado (*Manaus/AM, Julho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Zé Doca/AM, Fevereiro/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

b) Indígenas

Etnocídio e genocídio: morte cultural dos indígenas pela fragmentação das aldeias, e invasão e grilagem nas terras indígenas e extrativistas. Denunciamos que a maioria das condicionantes para a construção de Belo Monte não foi cumprida. Agora os impactos causados são duradouros, em grande parte irreversíveis; a situação do povo Huni Kui no município de Plácido de Castro que sofre constantemente ameaças, violência e repressão, no Centro Huwa Karu Yuxibu -, seringueiros, ribeirinhos, pescadores/as), são situações de denúncia. (*Altamira – Xingu – PA, maio 2017, Rio Branco- AC, setembro 2017*).

c) O tecido social das comunidades

A ausência de políticas públicas e o enfraquecimento das instituições: além de sua utilização com fins partidários. A motivação destes fatores não é algo casual, mas estratégico, para viabilizar este modelo econômico. A maioria da classe política do Estado usa de falsas promessas, de barganhas e de cooptação de lideranças para dividir as comunidades indígenas, fragmentar as comunidades urbanas, dispersar as associações e cooperativas agrárias ou desagregar as comunidades ribeirinhas, normalmente esquecidas pelo Poder Público (*Roraima, julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

d) Migrantes e tráfico de pessoas

Migração e tráfico de pessoas. Uma forte realidade de fronteira que nos interpela com desafios particulares: O deslocamento de cidadãos venezuelanos para o Brasil, em busca de abrigo, alimentação e refúgio, nos desperta à acolhida e defesa de seus direitos, frente aos casos de xenofobia, exploração de trabalho e deportações. A grave realidade do tráfico humano é denunciada nas diversas regiões, desde o Baixo Rio Branco até as linhas de fronteira, ampliando suas redes de atuação para os garimpos e atingindo, de forma particular, à população mais vulnerável (*Roraima, Julho/2017*).



Compromissos

Três linhas de ação: Iniciativas para replicar/multiplicar as reflexões e os compromissos ousados para nossa Igreja e dar continuidade à “semente” da REPAM aqui plantada (*Cuiabá/MT, Junho/2016*).

Três critérios para agir: Somos Amazônia, interligados na “Casa Comum”, na terra sem males! Alternativas ao desenvolvimento: não ao domínio do capital! Há esperanças em nossas ações e compromisso cotidiano (*Porto Velho/RO, Junho/2016*).

1. Defesa dos direitos e da vida das comunidades tradicionais e urbanas

a) Trabalhar nas comunidades

Inserir na vida das nossas comunidades eclesiais e intensificar as ações locais no exercício da cidadania, o debate e enfrentamento dos problemas socioambientais, fortalecendo a formação de base, numa perspectiva de fé e política; bem como a participação nos conselhos de direitos, audiências públicas, reunião da Câmara Municipal e Assembleia Legislativa Estadual (*Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

b) Acompanhamento aos “povos da floresta”

Fortalecer e ser presença solidária da Igreja Católica nas comunidades, aprofundamento e a ampliação de espaços de convivência e troca de conhecimentos, do diálogo, da ação missionária junto aos Povos Indígenas, com os pobres da floresta e dos centros urbanos, nos assentamentos e comunidades rurais, a partir da divulgação de experiências positivas para empoderamento nas suas lutas e efetivação de seus direitos e para inclusão de seus saberes e suas práticas em nossa evangelização. Participar das manifestações sociais em defesa dos direitos dos trabalhadores e povos. Buscar conhecimentos sobre os povos indígenas do Acre para que haja comunhão entre os indígenas e não indígenas (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Marabá/PA, Julho/2016; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Valorizar e utilizar os ricos elementos e significados das artes, músicas e diversas expressões das culturas amazônicas na evangelização em nossas comunidades, pastorais e em nossos compromissos socioambientais. Reconhecer e manter as experiências e os saberes tradicionais (*Manaus/AM, Julho/2016; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Lutar para garantir uma educação para sustentabilidade, diferenciada e de qualidade voltada para as demandas de nossa realidade indígena e ribeirinha, pro-



vocando as instituições de ensino para que ofereçam cursos que venham ao encontro de nossas demandas locais, formando gente nossa para atuar na educação de nossos povos. Construir um fórum composto pelos povos tradicionais, implementando medidas educacionais, levando em consideração a questão étnico-racial nas escolas dos municípios (*Lábrea/AM, Janeiro/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Manter e ampliar o permanente diálogo entre indígenas e ribeirinhos, garantindo uma aliança para a proteção de nossos territórios, cuidando de nossa Amazônia, como nossa floresta, nossa gorakarahó, nossa aiko (*Lábrea/AM, janeiro/2017*).

Ouvir os clamores dos povos que cultivam as terras, respeitando a biodiversidade e que mostram por suas práticas que **há alternativas sustentáveis**. Reconhecer e fortalecer as lutas locais nos territórios dos diferentes povos: indígenas, quilombolas, sertanejos, pescadores artesanais, geraizeiros, quebradeiras de coco, entre outros (*Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).

Dar atenção especial às lutas e iniciativas de mulheres como suas manifestações, como por exemplo, no Dia Internacional da Mulher (*Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).

Encorajar, apoiar e fortalecer o protagonismo dos povos indígenas, sua articulação e luta, no que diz respeito aos projetos de autossustentabilidade, gestão



e defesa dos seus territórios; as articulações de base para desenvolver projetos populares que garantam sua autonomia (*Santarém/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017*).

Realizar um encontro da REPAM com os povos indígenas de Roraima (*Roraima, Julho/2017*).

1. Assistência a Igreja de Fronteira:

- a) Procurar articulação para enfrentar os abusos de poder

Mobilização e articulação de enfrentamento: Promover ações e projetos de enfrentamento, tais como: realização de seminários, fóruns de debate, reuniões e audiências públicas, fortalecendo a articulação e mobilização coletiva dos leigos para a luta em defesa da Casa Comum. Fortalecer a Dimensão Social em toda ação Pastoral. Integrar e Fortalecer pastorais sociais, a Caritas Diocesana, em articulação com pastorais, entidades e movimentos sociais com o conjunto da sociedade, no desafio social, ambiental, econômico. Envolver-se em lutas por políticas públicas socioambientais como forma de ampliar as parcerias e o trabalho em rede (*Manaus/AM, Julho/2016; Santarém/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Desenvolver um trabalho integrado entre igrejas, sociedade e os órgãos governamentais (fede-



rais, estaduais, municipais), em nível de fronteira (Peru e Bolívia), no combate a violência e exploração sexual, tráfico de pessoas e ao narcotráfico (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Fortalecer as pastorais e os organismos que atuam na área dos Direitos Humanos à migração e ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. Intensificar a rede e as ações de acolhimento e defesa dos direitos dos migrantes (*Manaus/AM, Julho/2016; Roraima, Julho/2017*).

b) Lutar contra a destruição da Vida a vários níveis

Defesa da vida: Educar para a percepção da problemática dos sem terras, assentados e indígenas e o cuidado com meio ambiente na preservação, com destaque à indignação permanente com os massacres, os genocídios e a criminalização de lideranças; à denúncia profética da violência envolvendo estes atores, as injustiças e cobrando dos poderes constituídos ações que inibam a violência no campo ferir e matar os biomas maranhenses: Cerrado, Amazônia e Caatinga, com suas riquezas de biodiversidade humana, vegetal e animal. Denunciar a omissão da justiça nos casos de grilagem de terra. Viabilizar as denúncias e a defesa dos membros da rede que forem ameaçados, com formação e orientação no âmbito dos DDHH, com parcerias e entidades que apoiem a REPAM na busca do Bem Viver. Denunciar aos órgãos públicos,

por meio das instituições e redes, as violações de direitos socioambientais, para que adotem uma ação mais intensa no combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, ao tráfico humano e ao garimpo ilegal; Criar uma Ouvidoria ou uma pastoral da escuta para acompanhamento das famílias nas paróquias e das famílias atingidas (*Cuiabá/MT, Junho/2016; Porto Velho/RO, Junho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Visibilizar o desafio das fronteiras e a dinâmica das migrações internas, inter-regionais e transfronteiriças, denunciando o deslocamento forçado de pessoas, o trânsito de refugiados, o tráfico humano e o trabalho escravo. Continuar alarmando os governos com relação ao roubo indiscriminado de nossos recursos naturais em nossas fronteiras. Reivindicar junto aos poderes públicos, políticas e meios para reisenção das pessoas atingidas pelo tráfico humano na vida familiar e social (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

c) Exigir consulta prévia, livre e informada

Exigir a realização de consulta prévia, livre e informada, com base na Convenção 169 da OIT Art. 6º e na Constituição Federal, Art. 231 e 232. Insistimos na conscientização dos riscos da exploração de gás e petróleo e nas denúncias em nível internacional em relação a



violação dos direitos à terra junto com organizações de apoio de órgãos competentes como MPF (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017*).

d) Mobilizar trabalhadores/as

Fortalecer as ações de mobilização dos trabalhadores/as; utilizar ferramentas de comunicação da diocese a serviço dos pequenos trabalhadores como espaço de denuncia. Incentivar os trabalhadores a utilizar a terra como ambiente de trabalho e não como terra de negócio (*Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

e) Combater o abuso e exploração de crianças e adolescentes

Denunciar e combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas, violência contra a mulher e violência doméstica. Fortaleceremos e criaremos grupos de famílias vulnerabilizadas pela violência doméstica (ex.: Alcoólicos Anônimos, Grupo Esperança Viva, etc.), com ajuda da Pastoral Familiar, organizações e especialistas no assunto (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

f) Prevenir todas as formas de violência

Promover ações de prevenção a todas as formas de violências no mundo urbano e rural. Repudiar, de forma imediata e enérgica, a qualquer forma de preconceitos e

de vontade de subjugar os Povos da Floresta (*Santarém/PA, Maio/2017*).

g) *Cuidar das juventudes*

Apoio às juventudes: Cuidar das juventudes, presente e futuro da Casa Comum; nas lutas e reivindicações por direitos e futuro digno e a Pastoral da Juventude na luta contra a reforma do Ensino Médio, a realização da Romaria Regional da Juventude que traz o tema “Juventude e Ecologia” e o repúdio ao Projeto MATOPIBA. Reforçar o apoio às políticas públicas para infância e juventude. Apoiar implantação de Centros de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas-CAPS-AD. Implementar um projeto de evangelização para juventude, enfrentando as violências e considerando as suas famílias (*Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017*).

2. Fomentar processos de formação

Multiplicar e organizar Seminários nas dioceses e prelaças em articulação com as redes existentes, utilizando materiais apresentados e produzir outros, inclusive em línguas indígenas, educação socioambiental, sobre desafios e perspectivas a partir da *Laudato Si'*, em diálogo com as experiências pastorais das comunidades, apontando as ameaças, socializando as resistências e assumindo os compromissos (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).



Socializar e produzir subsídios para serem usados nos espaços de atuação da Igreja e para encontros nos grupos, na catequese e nas comunidades, como meios de multiplicação nas Igrejas locais sobre as contribuições dos povos indígenas e comunidades tradicionais para o cuidado da Casa Comum e de toda a humanidade, destacando a garantia dos seus territórios (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016*).

Apoiar à formação de leigas/os missionárias/os na Amazônia (*Porto Velho/RO, Junho/2016*).

Divulgar os resultados, o repasse das propostas e orientações do Seminário *Laudato Si'*, envolvendo as mais diversas instâncias eclesiais e movimentos populares, escolas, catequese, meios de comunicação, movimentos sociais e celebrações. Utilizar melhor os meios de comunicação e as atividades pastorais para divulgação. Sensibilizar o questionamento das estruturas do poder público, utilizando-se dos conselhos locais: paróquias, áreas missionárias. Manter a constância das temáticas (coleta de lixo, preservação das águas e floresta, redução do consumismo, etc.) por meio de encenações e teatros, nas comunidades, grupos, transporte coletivo, com criatividade na educação contínua, formal e informal, fomentando a questão do ambiente dentro das instituições públicas e privadas (*Manaus/AM, Julho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Santarém/PA, Maio/2017*).

Estudar com profundidade a legislação ambiental para assessorar a REPAM e o Regional Noroeste neste tema (*Porto Velho/RO, Junho/2016*).

Promover formação permanente e diálogo nas igrejas, escolas e movimentos sociais sobre a importância da ecologia integral, conversão ecológica da sociedade através de educação, conversão e práticas ecológica para a preservação da vida, usando a metodologia do trabalho em rede (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Santarém/PA, maio/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

O fortalecimento das CEBs no campo e nas cidades, aprofundando a evangelização libertadora em seus aspectos social, político, ambiental, econômico, cultural e religioso (*Porto Velho/RO, Junho/2016*).

3. Enfrentar os grandes projetos e buscar regularização fundiária

Enfrentamento aos Grandes projetos e regularização fundiária. Apoiar as lutas pela regularização fundiária e demarcação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Unir forças na proteção das terras e meio ambiente contra as políticas predatórias dos grandes projetos e dos empreendimentos governamentais. Propor que as Universidades Públicas e os centros de pesquisa públicos acompanhem as atividades desenvolvidas dos



grandes projetos de exploração e mineração informando os resultados à sociedade. Cobrar as condicionantes de Belo Monte não cumpridas pelos consórcios, assim como de outros projetos de mineração/Belo Sun, Pulma, Vale. Apoiar e lutar por uma nova política energética e pela Política Nacional dos Atingidos por Barragens. Fortalecer a articulação com os movimentos sociais e desenvolver postura crítica diante do agronegócio, desmatamento, mineração e hidrelétricas (*Castanhal/PA, Maio/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017*).

Defesa do Cerrado contra MATOPIBA (*Miracema/TO, Outubro/2016*).

4. Organizar a sociedade civil para lutar por políticas públicas

Fortalecer, participar de conselhos de controle social municipais e órgãos de fiscalização para pressionar a criação e efetivação de leis de proteção e preservação da vida, com Grupos Sociais e Igrejas. Buscar parcerias com os Conselhos Paritários municipais, Universidades (IFPA, UEPA e UNIFESSPA). (*Cuiabá/MT, Junho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Fomentar criação do fórum e assumir: o Fórum Estadual de Economia Solidária (Cuiabá/MT, Junho/2016); Fórum regional contra os impactos dos agrotóxicos, em parceria com a MPT, UFMT, UNEMAT e demais entidades da sociedade civil (Cuiabá/MT, Junho/2016); Comitê

regional estendendo às dioceses; cobrar dos poderes públicos: estadual e municipal, as alterações (e adequações) do Código Florestal – Ambiental (Cuiabá/MT, Junho/2016). Criar Fóruns como iniciativa da REPAM, sobre temas ambientais (por exemplo, tema da água e suas interfaces com os vários segmentos sociais). (Marabá/PA, Outubro/2016); Comitê Ecumênico permanente para assuntos da Casa Comum (Roraima, Julho/2017).

Instituir a REMSOL (Rede Matogrossense de Educação e Socio-economia Solidária) (Cuiabá/MT, Junho/2016).

Priorizar a luta Políticas e Plano de Saneamento Básico: Cobrar políticas e elaboração do Plano de Saneamento Básico nos Municípios, de forma participativa, a partir de um diagnóstico da realidade, com a prioridade do tema da Água todos os municípios, contemplando as áreas urbanas e rurais e efetivação onde já existe. Onde houver Plano de Saneamento Básico, cobrar sua execução nos quatro âmbitos (água potável, tratamento de esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais). Conscientizar a comunidade local para observar e comunicar às autoridades competentes, às questões relacionadas ao saneamento básico: desperdício de água, lixo reciclável, roubo de água, esgoto a céu aberto e agrotóxicos. Firmar parcerias com instituições para realizar campanhas de educação ambiental, no cuidado com a Casa Comum (Cuiabá/MT, Junho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Roraima, Julho/2017).



5. Fomentar alternativas de Bem Viver

Incentivar a implantação de fontes de energia alternativas nas igrejas e espaços eclesiais (energia solar).

Ações que visem à conscientização e ao acesso à soberania e segurança alimentar a reciclagem dos resíduos sólidos, proteção das nascentes dos rios e evitar os desperdícios em forma geral (água, Luz, alimentos) e cuidado no descarte do lixo com respeito à biodiversidade amazônica, se contrapondo aos projetos de desenvolvimento hídrico e energético impostos pelo grande capital. Reivindicar juntos aos órgãos públicos a execução de ações para a coleta seletiva, recuperação e revitalização das nascentes, rios e igarapés. Anunciar e fortalecer experiências de Bem Viver, em harmonia com a Casa Comum (*Cuiabá/MT, Junho/2016; Porto Velho/RO, Junho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Castanhal/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Incentivar arborização dos bairros; criar hortas e hortos comunitários, com troca de sementes crioulas e Quintal Vivo, Reflorestar áreas rurais com plantas nativas. Incentivar e promover as boas práticas da agricultura familiar, agroflorestais e os planos de uso em áreas extrativistas para garantia dos modos de vida das populações tradicionais. Defender o ecossistema lavrado, sua especificidade e extraordinária biodiversidade (*Marabá/PA, Outubro/2016; Castanhal/PA, Maio/2017; Roraima, julho/2017*).



Desenvolver projetos sociais de educação ambiental, buscando alternativas com possibilidade de gerar renda, tais como artesanato com utilização de produtos não madeireiros e reaproveitamento de madeira, dentre outros. Divulgar e apoiar iniciativas de geração de renda que respeitem o bioma amazônico e a dignidade da vida (*Castanhal/PA, Maio/2017; Lábrea/AM, Janeiro/2017*).

Promover espaços permanentes de formação e informação que nos ajudem a retomar, reafirmar e ampliar nossas práticas ambientais sustentáveis como modelo possível de sociedade baseada nos valores do Bem Viver em nossa gorakarahô, nossa aiko (*Lábrea/AM, Janeiro/2017*).

Apoiar a Lei de iniciativa popular “Desmatamento Zero Já” e uma reforma agrária ampla e efetiva. Fortalecer as iniciativas existentes e apoiar o surgimento de outras nas paróquias, para a sensibilização das questões ambientais. Cobrar celeridade do Supremo Tribunal Federal para julgar e anular a vigência da Lei Estadual 2713/2013, que isenta de licenciamento ambiental todos os projetos agrossilvipastoris no Tocantins. Assumir a campanha de defesa do Cerrado, motivada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Valorizar os produtos da região e lutar pela regularização fundiária (*Cuiabá/MT, Junho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Discutir projetos de desenvolvimento com as populações afetadas, mostrando todas as informações e os re-



latórios de impactos socioambientais, mantidos frequentemente em segredo, apesar da Lei de acesso à Informação; governo escute o povo mais do que discursar sobre seus planos e projetos (*Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).

6. Ampliação da Rede Eclesial Pan-Amazônica REPAM

Valorizar a REPAM como rede das redes no Regional e local, referência para a informação e formação, a integração, a divulgação das iniciativas em defesa da vida na Pan-Amazônia, a denúncia das violações e a articulação junto às igrejas e outros atores da sociedade civil e às instituições em nível nacional e internacional. Promover o intercâmbio de experiências de luta e resistência entre as comunidades e grupos dentro da REPAM. Realizar planejamento e metas propostas pelo Seminário *Laudato Si'* a curto, médio e longo prazo (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

A criação de uma equipe regional da REPAM como elo entre nossas dioceses e junto à REPAM Brasil. Tecer novas redes em nossas localidades com nossas comunidades e instituições, incluindo lideranças dos povos tradicionais e dos movimentos populares como nos propõe a REPAM, através de comitês locais e da articulação e fortalecimento das pastorais sociais, a nível diocesano e regional (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).



Conclamar outras organizações a se engajar na luta pela defesa do cerrado, apoiando a proteção, demarcação e titulação das terras e territórios indígenas, quilombolas e camponeses (Miracema/TO, Outubro/2016).

Mapear/levantar os grupos, as redes e as organizações que possam fortalecer a articulação em defesa da vida urbana e rural na Amazônia. Reforçar e apoiar os Movimentos que defendem a vida, no ambiente social, político e econômico (Manaus/AM, Julho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016).

Comprometer-se com os objetivos da REPAM de articular e divulgar as redes eclesiais na Amazônia Legal, fomentar o desenvolvimento sustentável e integral que envolve o equilíbrio social, econômico, ambiental, cultural e político, inseridos na Ecologia Integral da Encíclica *Laudato Si'*; com a geração de uma cultura socioambiental, que garanta a solidariedade universal, com base em novos estilos de vida e olhares para o mundo, onde tudo está interligado com o cultivo e o cuidado da Criação (Porto Velho/RO, Junho/2016; Cuiabá-MT, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2017; Marabá/PA, Julho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017).





Pacaraima: indignação e solidariedade

"Era estrangeiro e tu me acolheste" (Mt 25, 35a)

Nós, 58 bispos e 27 demais representantes de Prelazias e Dioceses reunidos em Manaus (AM) de 20 a 23 de agosto no III Encontro da Igreja Católica da Amazônia Legal, convocados pela Comissão Episcopal para a Amazônia da CNBB para dialogar sobre o Sínodo Especial para Amazônia tomamos conhecimento dos violentos atos ocorridos no dia 18 de agosto em Pacaraima, Roraima. Inspirados pelo Evangelho de Jesus Cristo, tornamos pública nossa indignação com a intolerância manifestada contra as mulheres, homens e crianças, refugiados venezuelanos. Já o profeta Zacarias nos adverte: *"não oprimam a viúva e o órfão, nem o estrangeiro e o necessitado."* (Zc 7, 10)

Expressamos nossa solidariedade com as famílias que sofreram a violenta expulsão do Brasil e nos edificamos com as pessoas, instituições e comunidades católicas que acolhem e protegem nossos irmãos e irmãs migrantes.

Reconhecemos que a situação é crítica, principalmente pela ausência de uma ação integrada e eficaz das esferas municipais, estadual e federal do Estado Brasileiro, que assegure a acolhida humanitária aos refugiados. Insistimos que o governo da Venezuela supere as causas geradoras desse deslocamento forçado.

Lembramos que os refugiados pertencem a povos da Amazônia e merecem respeito à sua dignidade e aos Direitos Humanos. Dizemos BASTA ao ódio e SIM à acolhida fraterna.

Que a Virgem de Nazaré, Rainha da Amazônia, interceda pelos povos da Amazônia para que o Espírito de Deus nos indique os caminhos de vivermos como irmãos e irmãs.

Manaus (AM), 23 de agosto de 2018.

Bispos católicos da Amazônia Legal e demais representantes
participantes no III Encontro

Cardeal Dom Cláudio Hummes,
Presidente da Comissão Episcopal para Amazônia da CNBB,
Presidente da REPAM - Rede Eclesial Pan-Amazônica



MENSAGEM FINAL DO ENCONTRO DE POVOS E COMUNIDADES DAS BACIAS DO ARAGUAIA E TOCANTINS

Nós – leigos e leigos, lideranças indígenas, padres, religiosas e bispos da Igreja Católica – participantes do Encontro de Povos e Comunidades das Bacias dos Rios Araguaia e Tocantins na cidade de Miracema do Tocantins/TO, reunidos entre os dias 30 de novembro a 02 de dezembro de 2018, no Centro de Treinamento de Lideranças da Diocese de Miracema do Tocantins, todos dialogando sobre a importância das bacias Araguaia e Tocantins.

Somos anciãos, jovens, mulheres, homens e crianças, somos comunidades tradicionais, e povos indígenas Tapirapé, Gavião, Karajá, Apinajé, Suruí, Krahô, Krahô-Takaywrá, Kanela do Araguaia, Xerente, Krahô-Kanela, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores, ribeirinhos, camponeses, gerapeiros, acampados, sem-terra, assentados e povo das cidades.

Somos todos filhos do Sol, do Cerrado, da Amazônia, da floresta, da terra e das águas. Representamos algumas prelazias, dioceses e arquidiocese dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso.

Nas terras de Miracema, nos encontramos com as águas do Cerrado e da floresta, somos rios Sono, Araguaia, Xingú, Tocantins, Xavante, Pau d'arco, Gorgulho, Garças, Itacaiunas, Vermelho, Javaé, Parará, Formoso, São Martins, Botica, Arraias, Manuel Alves e Taguarussu Grande e tantos outros mais. Juntos somos muitas águas, construindo a trama e a teia da resistência. Unidos pelas águas do Cerrado e da Pan – Amazônia.

Movidos pelo espírito missionário e voluntário, sintonizados com o Papa Francisco e o cuidado com a casa comum, manifestamos nossa preocupação com as condições de degradação e ameaças que se encontram nossos rios Araguaia e Tocantins.

Neste encontro, também de escuta do Sínodo para a Amazônia, refletimos sobre as condições das veredas, nascentes, riachos e ribeirões, formadores dos pequenos médios e grandes rios destas bacias. Avaliamos de forma crítica e objetiva sobre as ameaças e agressões cometidas contra os nossos rios e territórios.

Com profetismo, denunciemos os crimes e as agressões que estão sendo cometidas contra a vida das bacias destes dois rios, afetados e impactados de maneira imprudente e irresponsável por atividades da mineração, agronegócio, pecuária e desmatamentos. Em nome de um suposto desenvolvimento econômico, estão maltratando e matando os rios com agrotóxicos, lixos, esgotos, hidrelétricas, substâncias químicas e assoreamentos. Estão desviando o leito dos rios para atender propriedades particulares e fazendo o rio encher e esvaziar.

Em Miracema do Tocantins, às margens do querido Tocantins, ecoaram gritos pedindo socorro pelos rios e pelas águas da Pan-Amazônia. Gritos de alertas clamando pelo cuidado e conservação dos rios de todas as bacias: Araguaia, Tocantins, Pantaneira, São Francisco, Parará e Amazônia. Ainda, ecoaram gritos de resistência e insistência

em defesa de todos os rios dessa grande nação. Por todos os rios oferecemos nossa luta, mística, amor e oração!

Debatemos com sabedoria e razão sobre o passado, o presente e o futuro de nossos rios, que outrora eram cheios de vida, onde existiam farturas de peixes, tartarugas, tracajás e pássaros de todas as espécies, agora ameaçados de extinção pela ganância do capital.

Pedimos perdão por essa covarde agressão contra nosso patrimônio ambiental e bem comum da humanidade: rios de vida, rios sagrados, milagres da criação. Os rios são sujeitos de direitos, uma entidade viva, que dela dependem outras vidas! Ele sobe levando a esperança, alimentando o povo, despertando os poetas e os profetas, articulando e plantando esperanças até desembocar no mar.

Rios de Vida, cheios de águas cristalinas, maravilhas da criação, viemos com amor e paciência, falar de vossa existência. Queridos rios de águas claras, deixem-nos falar com a razão, precisamos lhes pedir desculpas porque não temos cuidado das tuas águas, que se vierem a faltar em teus leitos, sobrarão em lágrimas nos nossos olhos.

Reafirmamos o nosso compromisso de denunciar nos maiores tribunais o roubo das nossas águas para favorecer o capital. Vamos denunciar que você é explorada e exportada para outros países. Vamos denunciar que tem produtores ferindo seu leito. Vamos denunciar tudo o que tira os seus direitos.

Estamos questionando e resistindo contra a marcha da insensatez que destrói o cerrado e avança sobre os rios. A guerra, a injustiça e a tirania estão na ordem do dia. Repudiamos o Matopiba, o ‘mata tudo’ do agro, e o ‘vale da morte’, chamada de mineração. Em nome do desenvolvimento, quanta destruição! Afinal, o que vai sobrar para os povos desta nação?

Reafirmamos o nosso compromisso com as bacias do Araguaia e Tocantins. Vamos proteger as nascentes e lembraremos todos os dias destas águas em nossas vidas, pois, precisamos delas para viver!

Oferecemos nossos contos, orações, poesias e canções, exaltando nossos rios de vida, tesouros da criação. Patrimônio sagrado e orgulho desta grande nação. Temos sede de justiça, queremos paz e Bem Viver para os rios. Oxalá, doravante, não aconteça mais nenhuma destruição!

Que os mártires da terra e das águas nos iluminem e encorajem, para sermos profetas da esperança e da resistência na defesa e proteção de nossa Casa Comum.

Miracema do Tocantins -TO, 02 de dezembro de 2018.





Agenda
Universidades
e Amazônia

Edição revisada - 2º semestre de 2020



Agenda Universidades e Amazônia 2019-2029

Edição revisada - 2º semestre de 2020

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Comissão Episcopal Especial para a Amazônia Comissão Episcopal Pastoral para Cultura e Educação

Coordenação Geral:

Ir. Maria Irene Lopes dos Santos
Pe. Danilo Pinto dos Santos

Coordenação Executiva:

Prof. Humberto Silvano Herrera Contreras

Organização:

GT Universidades e Amazônia

Ir. Maria Irene Lopes dos Santos – Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil
Ir. Claudia Chesini – Associação Nacional da Educação Católica do Brasil – ANEC
Pe. Danilo Pinto dos Santos – Setor Universidades da CNBB
Pe. Thierry Linard de Guertechin, SJ – Observatório de Justiça Socioambiental
Luciano
Mendes de Almeida – OLMA
Luiz Felipe Lacerda – Observatório de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida – OLMA
Rodrigo Fadul – Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil
Prof. Humberto Herrera Contreras – Setor Universidades da CNBB / REPAM-Brasil

Revisão:

Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC
Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
Faculdade Padre João Bagozzi – Curitiba
Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB-Manaus
Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO
União Brasileira de Educação Católica – UBEC
Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM

Diagramação:

Raul Benevides dos Santos Silva

Projeto Gráfico:

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM

Impressão:

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM

PREFÁCIO

○ Sínodo para a Amazônia nos orienta no Documento Preparatório a buscar “novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”. A partir dessa motivação queremos trilhar novos caminhos para uma ecologia integral nas universidades, centros universitários e faculdades.

Acreditamos que, neste ano, Jesus Cristo nos deixa um mandamento novo: “cuidar da Casa Comum” como família de irmãos e irmãs. A formação humana e profissional só tem sentido se for inspirada nos princípios do humanismo solidário.

O desafio das Instituições de Educação Superior (IES) é educar a mente, o coração e as mãos dos futuros profissionais, despertando neles a preocupação pelas questões socioambientais e a responsabilidade social. Nesse desafio nos aproximamos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) a serem implementados por todos os países do mundo até 2030.



A Agenda Universidades e Amazônia, com suas dimensões, objetivos e recomendações, deseja apoiar os novos caminhos para a conversão pastoral, cultural, ecológica e sinodal que o Documento Final do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica propôs.

Desejamos que esta Agenda seja um percurso de transformação dos atores da comunidade universitária, das estruturas e procedimentos, dos objetivos e fins da Educação Superior em seu compromisso com a construção da paz e da justiça socioambiental.

Que o Espírito de Deus e o patrimônio da sabedoria dos povos originários iluminem este percurso!



“Somos chamados a tornar-nos os instrumentos de Deus Pai para que o nosso planeta seja o que Ele sonhou ao criá-lo e corresponda ao seu projeto de paz, beleza e plenitude”.

(Carta Encíclica *Laudato Si'*, n. 53)

SUMÁRIO

Universidades e Amazônia	7
Objetivos, ações e recomendações	11
Orientações gerais.....	25
Mensagem	29



1. Universidades e Amazônia

A publicação da Carta Encíclica *Laudato Si'*, no ano de 2015, estimulou diversas iniciativas na geografia eclesial da Amazônia e no ambiente universitário do Brasil. De modo simultâneo, grupos nos diferentes ambientes, amazônicos e educativos, começaram a se articular e repercutir o tema da *Laudato Si'*. No Norte, a Comissão Episcopal Especial para Amazônia e a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) incorporaram novos critérios à presença da Igreja na Região Amazônica. No ambiente educativo, o Setor Universidades da CNBB e a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), em virtude do capítulo sobre espiritualidade e educação ecológicas, engendraram diversos esforços em vista da aplicabilidade da *Laudato Si'* no ambiente educativo do país.

A partir disto, inúmeras Instituições de Educação Superior, confessionais católicas e não confessionais, desenvolveram iniciativas no âmbito da proposta de educação para uma ecologia integral. Assim, num esforço de aplicabilidade da encíclica no ambiente universitário, surgiram grupos de pesquisa, programas acadêmicos, atividades extensionistas, ações comunitárias, inserção de conteúdo nas disciplinas de formação humanística, entre outras iniciativas. Em um só tempo, as iniciativas passavam pelo tripé institucional das IES (ensino, pesquisa e extensão) e

respondiam às necessidades dos biomas locais consolidando verdades e tecnologias de cuidado dos biomas, a partir da concepção de ecologia integral da *Laudato Si'*.

Ao mesmo tempo, entre os anos de 2016 e 2017, a Rede Eclesial Pan-Amazônica iniciou a realização dos Seminários de estudo da *Laudato Si'* nos regionais que compõem a Igreja na Amazônia. Ao todo, foram realizados dezesseis seminários, que se encarregaram de levantar os problemas ambientais das microrregiões. Junto com isto, foram também formadas redes locais da REPAM, com a finalidade de acompanhar a resolução das questões ambientais identificadas.

No âmbito da Conferência Episcopal, foi iniciado, em 2017, um Grupo de Trabalho (GT) Universidades e Amazônia, com a finalidade de articular as duas comissões e a ANEC, em vista da identificação das atividades correntes e da cooperação com os compromissos da Igreja presente na Amazônia. Inicialmente, o GT foi formado por representantes da Comissão Episcopal Especial para a Amazônia, Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e a Educação (Setor Universidades), da REPAM e da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil.

No início das atividades do GT Universidades e Amazônia, contava-se com dois grandes capitais intelectuais, quais sejam, o desenvolvimento de tecnologias de cuidado dos biomas locais, por parte das IES, e a identificação dos problemas socioambientais das microrregiões amazônicas, por parte da REPAM. Tendo isto em conta,



buscou-se articular os dois trabalhos em vista de um maior aprofundamento da *Laudato Si'* nas IES e na resolução dos problemas ambientais amazônicos, a partir das tecnologias de cuidado desenvolvidas nas IES católicas.

Neste íterim, no ano de 2017, o Papa Francisco convocou a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica para o ano de 2019. A convocação para o Sínodo para a Amazônia interpelou ainda mais as IES católicas brasileiras a contribuírem com o importante momento eclesial. Em virtude disto, foi desenvolvida uma série de trabalhos a fim de comprometer as IES com o Sínodo e o Pós-Sínodo para a Amazônia. Entre estas etapas, buscou-se ampliar o GT Universidades e Amazônia, incorporando o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), fez-se um levantamento das tecnologias desenvolvidas pelas IES no enfrentamento das questões socioambientais locais e da promoção de uma ecologia integral, e, de modo conjunto, buscou-se construir a Agenda Universidades e Amazônia.

Em março de 2019, no V Encontro Nacional de Educação da ANEC, que teve como tema *Inovação, sustentabilidade e humanismo solidário*, várias IES assinaram um Termo de Cooperação comprometendo-se com a proposta da Agenda.

Em linhas gerais, a Agenda Universidades e Amazônia propõe objetivos e metas que podem ser cumpridos pelas IES católicas e não confessionais do país na formação da comunidade universitária e no comprometimento



com a Igreja na Amazônia, através da responsabilidade social com o bioma amazônico. Os objetivos e metas da Agenda devem ser cumpridos pelas IES, ANEC, CNBB (SU) e REPAM, num arco de 10 anos, entre 2019 e 2029. O desdobramento dos trabalhos se encontra nas linhas seguintes.



2. Objetivos, ações e recomendações

A vida universitária, na indissociabilidade das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, possui como objetivo primeiro o aprimoramento da vida em sociedade. O conhecimento é um bem comum que precisa ser vivificado e socializado, e nesse aspecto, a Universidade realiza a sua missão. Sabemos que o ensino, a pesquisa e a extensão sintetizam a vida e atividades acadêmicas na sua totalidade, contudo, enfatizamos que os professores e colaboradores, a comunidade do entorno da IES e a pastoral constituem-se como instâncias e atores protagonistas e prioritários dessas atividades.

Organizamos a Agenda em seis dimensões que consideramos representativas nas IES e que são essenciais para a promoção da consciência ecológica. A sua separação é mais ilustrativa que concreta, considerando que essas dimensões integrativas coexistem na totalidade da vida universitária.

Cada uma dessas dimensões foi sinalizada com um objetivo geral acrescentando-se recomendações para a sua realização.





Desejamos integrar, incluir, reconhecer, mobilizar, aproximar e divulgar as pautas socioambientais nas agendas acadêmicas das IES, a fim de ampliar o compromisso e a responsabilidade socioambiental com a vida de todos e incluindo as futuras gerações.

A grande ecologia sempre inclui um aspecto educativo, que provoca o desenvolvimento de novos hábitos nas pessoas e nos grupos humanos. [...] Não haverá uma ecologia sã e sustentável, capaz de transformar seja o que for, se não mudarem as pessoas, se não forem incentivadas a adotar outro estilo de vida, menos voraz, mais sereno, mais respeitador, menos ansioso, mais fraterno.

Papa Francisco, *Querida Amazônia*, n. 58.



Dimensão 1: No Ensino

Objetivo

Incluir a pauta socioambiental nas propostas curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação.

Recomendações

- * Estimular a inclusão do tema da ecologia integral em ementas e em disciplinas nos cursos de graduação, a fim de promover uma sensibilização sobre as pautas socioambientais, a partir de análises gerais e específicas conforme as áreas de conhecimento.
- * Impulsionar o conhecimento sobre a região amazônica (independente da região na qual a Instituição de Educação Superior se localiza) e de aspectos de como a Amazônia influencia na vida de estudantes e professores, e inserir essas informações nas disciplinas, nas aulas, semanas acadêmicas e outras atividades próprias do ensino.
- * Mobilizar os professores para que incentivem os universitários despertando-lhes o interesse por estudos sobre os temas socioambientais, com enfoques preventivos e protetivos, com vistas a uma cultura de paz.

- * Incentivar a participação em cursos de especialização sobre políticas públicas socioambientais, na perspectiva da justiça socioambiental, principalmente, com os povos originários da Amazônia.
- * Criar propostas de cursos de pós-graduação presenciais, a distância e/ou outra modalidade, sobre o tema e oferecer incentivos para estudos, priorizando a participação de estudantes oriundos da região amazônica.



Dimensão 2: Na Pesquisa

Objetivo

- * Incluir as pautas socioambientais como temas e problemas de pesquisa.

Recomendações

- * Fomentar projetos de pesquisa, na graduação e pós-graduação, relativos aos temas de pertinência socioambiental, e considerando a geração de indicadores regionais/locais do entorno comunitário.
- * Promover núcleos e grupos de pesquisa sobre os problemas socioambientais locais e globais, nos programas de iniciação científica da IES.
- * Mobilizar os professores e alunos a qualificarem as suas pesquisas conforme os critérios dos Comitês de Ética em Pesquisa com seres humanos, com animais e demais seres vivos da natureza.
- * Divulgar, nos eventos científicos e acadêmicos da instituição, os problemas socioambientais, apresentando soluções, restrições e/ou desafios sociais, culturais e políticos, tanto individuais quanto comuns, incentivando eventos de estudos amazônicos, com a participação de representantes das populações tradicionais.

- * Promover a participação de professores e alunos em eventos científicos de caráter local, regional, nacional e internacional, para apresentação de pesquisas com a temática socioambiental, com vistas a socializar as experiências realizadas na instituição.
- * Incentivar a divulgação e publicação de artigos científicos, oriundos dos projetos de pesquisa desenvolvidos por alunos e professores, em periódicos especializados em temas socioambientais, trabalhando com os grupos editoriais para que garantam uma cota para publicação sobre essas pesquisas.
- * Aproximar-se e firmar parcerias de colaboração com os grupos de pesquisa das IES localizadas na Amazônia e no território Pan-Amazônico, que possibilitem a participação nos seus projetos de pesquisa, na publicação dos resultados e na sistematização de uma base de dados sobre estudos amazônicos.



Dimensão 3: Na Extensão

Objetivo

- * Promover a inserção e o desenvolvimento das pautas socioambientais nas propostas de extensão universitária.

Recomendações

- * Estabelecer convênios e parcerias de cooperação com as IES da Amazônia, para a promoção de programas de extensão que proporcionem experiências de intercâmbio e troca de conhecimento entre professores e acadêmicos.
- * Estimular a realização de ações de extensão sobre as pautas socioambientais da Amazônia em conjunto com diferentes grupos sociais, com ações específicas conforme as áreas de atuação, por meio de iniciativas de laboratórios, incubadoras e núcleos de práticas profissionais.
- * Promover cursos de extensão com o objetivo de proporcionar formação popular para lideranças locais, abordando questões que envolvem a realidade socioambiental local.

- * Incentivar o envolvimento dos alunos e professores em projetos comunitários e de voluntariado, o mais possível ligados ao tema socioambiental e às experiências na Amazônia.
- * Fomentar a realização de eventos e cursos de curta e média duração sob a perspectiva da ecologia integral, especificamente, de pautas socioambientais emergenciais do Brasil e do mundo.
- * Impulsionar projetos sociais de abrangência comunitária que fortaleçam a aderência social das práticas acadêmicas, resultando em produtos acadêmicos que signifiquem melhorias para a vida da comunidade.
- * Utilizar os espaços da Universidade para a realização de eventos (feiras, exposições, concursos culturais, etc.) que promovam e divulguem “boas práticas socioambientais” desenvolvidas no âmbito acadêmico.



Dimensão 4: Com os Professores e Colaboradores

Objetivo

- * Mobilizar os professores e colaboradores em vista da dinamização de processos administrativos e pedagógicos que garantam uma cultura institucional comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Recomendações

- * Instituir uma política socioambiental junto aos colaboradores da instituição com ações práticas de economia de energia, papel, água, descarte correto de materiais, etc.
- * Reduzir o consumo de materiais descartáveis na instituição, estabelecendo indicadores progressivos que possibilitem a visibilidade dos resultados positivos alcançados.
- * Promover encontros de formação permanente de colaboradores e professores sobre as pautas socioambientais emergentes, por meio de diferentes linguagens, a fim de aproximá-los dos temas da Encíclica *Laudato Si'*, de Francisco.

- * Incentivar os professores a liderarem grupos de estudo sobre temas correlatos à ecologia integral, envolvendo acadêmicos de diferentes cursos em propostas comprometidas com o bem comum.
- * Envolver os professores e colaboradores no acompanhamento e nas ações em vista do alcance dos objetivos e metas do Sistema de Gestão Ambiental da IES, quando esta não possuir um sistema próprio, propondo-se fomentar iniciativas de administração sustentável das diferentes áreas e departamentos da IES.



Dimensão 5: Com a Comunidade

Objetivo

- * Aproximar a Universidade da comunidade, a fim de criar vínculos de apoio e cooperação, em projetos que visem ao desenvolvimento comunitário e à responsabilidade socioambiental.

Recomendações

- * Estabelecer parcerias com escolas das redes municipais e estaduais de educação para a promoção de atividades com temáticas socioambientais e amazônicas.
- * Participação e envolvimento em ações de promoção de políticas públicas socioambientais, garantindo a presença de atores da comunidade universitária nos órgãos e instâncias municipais e estaduais relativas às questões do bairro e da cidade.
- * Realizar parcerias com grupos e movimentos locais (associações, cooperativas, etc.) para a coleta de materiais descartados na instituição (papéis, vidros, plásticos, material orgânico, entre outros).

- * Disponibilizar os espaços da Universidade para a realização de eventos (feiras, exposições, concursos culturais, etc.) que promovam e divulguem “boas práticas socioambientais” desenvolvidas na e pela comunidade.
- * Oferecer a toda a comunidade cursos, oficinas, ciclos de cinema, entre outros, sobre os temas emergenciais da Encíclica *Laudato Si'*, a fim de sensibilizar o maior número de pessoas sobre o cuidado da Casa Comum.



Dimensão 6: A Pastoral Universitária

Objetivo

- * Desenvolver iniciativas pastorais vivenciais, inovadoras e significativas, com o intuito de fortalecer o compromisso pessoal e institucional com os temas relacionados ao cuidado da Casa Comum e a concretização da ecologia integral.

Recomendações

- * Desenvolver novas metodologias para o trabalho sobre a *Laudato Si'* no ambiente acadêmico, como oficinas, fóruns e outras dinâmicas, utilizando a Cesta Amazônica da REPAM como uma das principais referências.
- * Oportunizar momentos de mística e espiritualidade amazônicas nos diferentes espaços do ambiente universitário.
- * Promover experiências de voluntariado socioambiental dos acadêmicos e registrá-las como atividades complementares.
- * Divulgar e animar as atividades sugeridas nos subsídios do Setor Universidades da CNBB e da ANEC.

- * Divulgar as ações da Rede Eclesial Pan-Amazônica e de outros órgãos e institutos que tratam das questões socioambientais, a fim de ampliar a consciência ecológica da comunidade universitária.
- * Fomentar iniciativas de fortalecimento da comunidade eclesial entre a IES e a Igreja local, em torno das pautas socioambientais e no cuidado da Casa Comum.



3. Orientações gerais

O que é a Agenda Universidades e Amazônia?

É um instrumento de planejamento participativo para mobilizar nossas IES na pauta socioambiental proposta pela Laudato Si'.

Como será implementada?



- * As instituições proponentes organizam e dinamizam o Fórum Permanente da Agenda Universidades e Amazônia 2019-2029.
- * A IES (pode) orientar o processo de planejamento participativo a partir do Fórum Permanente da Agenda Universidades e Amazônia 2019-2029. Este Fórum é dinamizador da construção do Plano Local nas IES, definindo as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo, bem como os meios de implementação e as responsabilidades das áreas e/ou setores da IES.

- * A Pastoral Universitária é a responsável por animar e acompanhar os projetos e ações.

Mobilizar para sensibilizar

Criar o Fórum de Agenda Local da IES

Elaborar um diagnóstico participativo

Elaborar, implementar monitorar e avaliar o Plano Local

- * A elaboração e execução do Plano Local é um marco de compromisso da IES, e que justifica o Termo de Cooperação entre REPAM/CNBB-Sector Universidades/ANEC e a IES. Neste Termo constam os indicadores específicos sobre as pautas socioambientais exigidos pelo Ministério de Educação, na avaliação das instituições e dos cursos
- * Este Termo de Cooperação ajudará no reconhecimento e acompanhamento das ações. Ele pode ser permanente, conforme a caminhada da IES. Será necessário destacar um responsável para zelar por esta rede das IES, acompanhando as suas ações, principalmente, como canal de comunicação e registro.

O compromisso da REPAM e do Setor Universidades da CNBB

A REPAM e o Setor Universidades da CNBB, juntamente com as instituições parceiras, organizarão o Fórum Permanente com a colaboração das IES que já possuem uma caminhada de reflexão e outras iniciativas no âmbito das pautas socioambientais.



Propõem como sugestões:

- * Curso on-line sobre os eixos da REPAM: Povos indígenas e grupos em vulnerabilidade, Direitos humanos e incidência internacional, Formação e métodos pastorais, Igreja de fronteiras, Alternativas ao desenvolvimento, bem viver e mudanças climáticas, Comunicação para a transformação social, Investigação e Mapeamento, e Redes que apoiam a REPAM.
- * Constituição de um acervo de material de apoio para ser utilizado nos encontros pedagógicos com professores, nas semanas acadêmicas, nas capacitações dos colaboradores, entre outras iniciativas.
- * Orientações para favorecer a implementação das recomendações. Por exemplo: Informativo sobre as instâncias públicas do município no qual a sua IES pode participar; Grupos de pesquisa e periódicos que discutem o tema socioambiental; Instituições não governamentais que financiam projetos sobre o tema; bens culturais, etc.
- * Acompanhamento para definir metas e indicadores que auxiliem a avaliação das recomendações sugeridas.
- * Desenvolvimento de processos que garantam a circularidade das informações do Fórum com as IES bem como das IES para o Fórum.



- * Proposição de um ambiente virtual para socialização das agendas locais, e do registro das atividades realizadas, promovendo um encontro trienal sobre os resultados alcançados.
- * Participação nas atividades educacionais promovidas pela CNBB, REPAM e ANEC.



4. Mensagem

As universidades e instituições de ensino superior devem estar a serviço do desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade, da transformação das estruturas econômicas, jurídicas e sociopolíticas injustas, da procura de uma sociedade mais participativa e solidária e da criação de uma cultura mais encarnada na vida do povo e da formação de profissionais do ensino e da convivência humana.

(Educação, Igreja e Sociedade. Documentos da CNBB, 47, 1992, n. 112)

Esta Agenda pretende servir de subsídio para os Senhores Reitores e os seus representantes para a tomada de decisões de ordem acadêmica e pastoral. A Igreja da e na Amazônia está esperançosa em obter o apoio do mundo universitário para servir ao bem da Amazônia.

Para pensar este apoio, as universidades devem, em primeiro lugar, deixar-se interpelar pelos desafios da realidade amazônica, considerando a problemática do desenvolvimento da região, sob seus aspectos socioeconômicos, socioambientais, culturais e educativos.

Para garantir a tomada em consideração da realidade da Amazônia no ensino, na pesquisa, nos programas de extensão, é imprescindível que as comunidades universitárias se engajem num processo de “universidade em

saída". Isso significa valorizar o diálogo com a sociedade, incentivando intervenções sociopolíticas e projetando uma visão ética do ser humano, da sociedade e da Casa Comum.

O eixo fundante e estruturante consiste em assumir os desafios de um desenvolvimento humano e socioambiental desenhado com muita propriedade na Carta Encíclica *Laudato Si'*.

Nas Instituições de Educação Superior, uma formação superior de qualidade, enraizada no compromisso com o desenvolvimento socioambiental, exige cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sob modalidades de ensino presencial e a distância. No que toca à Amazônia, a contribuição da pesquisa científica representa um passo importante para iluminar as consciências e sensibilizar o conjunto das comunidades universitárias.

O Cardeal Cláudio Hummes nos convidou a *nos envolvermos alegre e decididamente nessa dinâmica da pesquisa, do ouvir, do sugerir, no sagrado exercício da escuta*. O interesse nosso pela Amazônia possa tornar-se uma contribuição significativa para iluminar a busca de novos caminhos de desenvolvimento integral que acompanha uma verdadeira evangelização.



Amazônia: formar presbíteros em novos caminhos

Zenildo Lima da Silva

Introdução

A Organização dos Seminários e Institutos do Brasil (Osib) celebrou, no ano passado, seus 40 anos. Este acontecimento foi selado com uma publicação sobre “a formação sacerdotal hoje”, na qual diversos autores discorreram sobre desafios, avanços e algumas perspectivas no tocante às dimensões que fazem parte do processo da formação inicial dos presbíteros. A argumentação foi perpassada pelo reconhecimento de que novos tempos e espaços exigem novas posturas nesse delicado e laborioso processo. Tendo às portas o Sínodo para a Amazônia: “Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”, convocado para este ano, nosso olhar se fixa nesse tempo e nessa localidade onde emergem desafios para a evangelização que, por sua vez, exigem um definido perfil de presbítero, apto a atuar nessa realidade.

Tomamos como base para o itinerário desta reflexão alguns argumentos transversais de Documento Preparatório do Sínodo, sobretudo relativos à sua estrutura (realidade – discernimento – busca de caminhos). O processo de escuta fez despontar uma partilha de riquezas a serem recolhidas e propostas no esperado Instrumento de Trabalho do Sínodo. Permitimo-nos algumas percepções à luz de nossa modesta experiência nesse campo e a partir desse chão.

Deixando que outros textos discorram sobre as peculiaridades do que chamamos de Amazônia, detemo-nos em considerar esta realidade na sua característica intercontinental (Pan-Amazônia) e socioambiental (diversidade ecológica), bem como na perspectiva dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e do impacto do mundo urbano, com as grandes metrópoles e consequentes implicações socioeconômicas desse cenário. Tudo isso debaixo de um modelo econômico liberal historicamente marcado pela exploração depredatória. Essas breves menções bastam para indicar a exigência do modelo de atuação eclesial e nela de seus ministérios, considerando um chão de religiosidade já presente nestas terras.



Também é importante esclarecer que nosso recorte, ao falar da Amazônia, é o horizonte do território brasileiro, tendo por base, sobretudo, uma compreensão da Igreja refletida na articulação proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em sua organização por regionais.

1 Uma história de evangelização entre missão e colonização

A presença do ministério ordenado se associa à própria chegada da Igreja ao Brasil. Junto à colonização portuguesa e espanhola, as ordens religiosas constituíam um braço nesse processo, assegurando a unidade da fé. Mesmo no regime do Padroado, que vinculava a Igreja ao Estado português, emergiram figuras que assumiram as causas da evangelização na região. Vale lembrar o missionário jesuíta padre Antônio Vieira e sua defesa das populações indígenas, logo compartilhada por outros missionários. As próprias “missões”, que se estabeleceram como mecanismos de garantia da unidade, tornaram-se espaços de resistência. Falamos de um clero religioso das primeiras ordens que aqui chegaram: jesuítas, carmelitas, mercedários. A presença da Igreja na Amazônia nasce nesse ambiente de tensão entre os interesses colonizadores e o cuidado das populações locais.

A sedimentação das Igrejas locais, após o período das missões, trouxe consigo o desafio de um clero autóctone. Em breve apanhado, o historiador Raimundo Possidônio da Mata descreve que, após esse período, se estabeleceu a formação do bispado e do clero diocesano e as missões foram dando lugar às vilas e paróquias; já no século XIX, a situação da Igreja da Amazônia poderia ser considerada crítica, pela ausência de quadros eclesiásticos (MATA; TADA, 2018, p. 33-44). No século passado, desde a década de 70, a Igreja no Brasil expressou solidariedade para com a Igreja dessa região por meio do projeto Igrejas-Irmãs, com o envio de missionários para o trabalho de evangelização. A herança representada por alguns elementos de um processo de evangelização caracterizado pela marcante presença de missionários e religiosos estrangeiros nem sempre impulsionou a afirmação de Igrejas locais fortes e com necessária autonomia. As frágeis e extensas prelazias confiadas a congregações religiosas foram se estabelecendo na escassez de meios e de pessoal, tornando-se



dependentes em termos econômicos e pastorais. No cenário atual, este é um quadro que começa a mudar.

Destacamos que a marcante atuação da vida religiosa missionária sempre foi acompanhada pela construção de cidadania. A história das cidades amazônidas mistura-se com a história da Igreja. Ainda não temos elementos devidamente organizados para falar de uma história do clero na região, mas podemos vislumbrar, por meio da história da evangelização, um modelo de ministerialidade profundamente articulado com os apelos que emergem das populações e culturas amazônidas.

Insistimos então num processo de formação presbiteral historicamente situado, profundamente engajado na realidade. Não responderia às exigências da evangelização um modelo de formação *on-line*. Sem abrir mão das necessárias tecnologias, nosso parecer é que não caberia uma formação a distância, no sentido de (des)comprometimento com a realidade.

2 A sinodalidade como caminho da formação para o ministério

Para as Igrejas da região, o Sínodo para a Amazônia não traz, em si, uma pauta nova. Há muito as assembleias e encontros regionais, inter-regionais e até mesmo nacionais e internacionais discutem os grandes desafios locais em seus aspectos antropológicos, socioeconômicos, culturais e eclesiais. Basta verificar o caminho já percorrido pela Comissão Episcopal para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CEA – CNBB) e a recém-criada Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM). O que destacamos, portanto, em vista da formação presbiteral, é o método. O Sínodo traz à tona o método comunitário, que necessariamente deve ser presente no processo de formação dos presbíteros. A dinâmica do Sínodo, estruturada em um participado e articulado processo de escuta e de envolvimento de sujeitos locais, reclama uma revisão de qualquer caminho formativo que segregue os candidatos ao presbiterato em modelos isolados, como se fosse possível formar o padre genérico, cuja atuação seria viável em qualquer realidade indistintamente. Formar presbíteros na Amazônia implica atitudes de escuta, sinodalidade. Modelos de seminário em que a tarefa é outorgada a um grupo de formadores, por mais competentes que se apresentem, sem uma dinâmica que envolva outros atores e realidades,



podem incorrer sempre em profundas lacunas, formando ministros alheios ao próprio chão!

3 A formação para um ministério amazônica

A primeira parte do Documento Preparatório, “Identidade e clamores da Pan-Amazônia”, evidenciou elementos que devem fazer parte de um currículo formativo. Não nos referimos aqui somente a componentes curriculares dos cursos de Filosofia e Teologia, mas a um engajamento missionário que delineia o *modus vivendi* de um presbítero dessa e para essa região. A formação presbiteral, portanto, deve levar em conta o território e sua diversidade sociocultural, a identidade dos povos e seus direitos, a memória histórica da comunidade eclesial e uma espiritualidade e sabedoria próprias dos povos amazônicos. Nesse sentido, o atual presidente da Comissão Episcopal para a Animação Missionária da CNBB, dom Esmeraldo Barreto, ao analisar alguns aspectos da formação presbiteral, propõe uma metodologia pastoral no processo formativo perpassada pelo dinamismo missionário e pela identificação com Jesus Cristo (FARIAS, 2005, p. 32-34), o que a nova *Ratio Fundamental* chama de configuração.

Ao propor a busca de novos caminhos, o Sínodo interpela uma Igreja com rosto amazônico, com atuação profética e com ministerialidade que seja expressão da realidade amazônica. Esse tema dos ministérios tem ganhado repercussão nos processos de escuta. Na Assembleia Territorial dos Estados do Amazonas e Roraima (dezembro, 2018), por exemplo, essa busca de novos caminhos perpassou a afirmação da identidade e da atuação eclesial como Igreja em saída, bem como a atuação, em nova configuração ministerial, dos sujeitos envolvidos. Mais à frente comentaremos as expectativas surgidas. Mesmo antes das provocações do Documento Preparatório do Sínodo, a reflexão em torno de uma eclesiologia e, consequentemente, de uma ministerialidade própria para a região sempre foi tema relevante na autocompreensão da Igreja na Amazônia. Esta se descobre como verdadeira comunidade ministerial. Testemunham essa alegre constatação tanto a Assembleia dos Bispos do Regional Norte I – CNBB, realizada em 1998, ao perceber uma vitalidade no multiplicar-se de comunidades e serviços, quanto o seminário sobre a ministerialidade da Igreja e os ministérios



no contexto amazônico (2004), entre outros momentos de reflexão da Igreja na região. Retomando a vocação de toda a Igreja, cada membro do povo de Deus é chamado à missão pela implicação vocacional do seu batismo, ainda que, do ponto de vista sociológico e da organização eclesial, urjam algumas mudanças.

Em linhas gerais, os protagonistas dessa vitalidade eclesial têm sido:

- **o ministério ordenado:** embora haja ainda forte presença do clero religioso, as congregações e institutos presentes nas dioceses e prelazias da Amazônia contam com vocações autóctones. A figura do presbítero estrangeiro com sotaque foi dando lugar ao rosto caboclo. Desponta a redescoberta do diaconato permanente como vocação própria da Igreja;
- **a vida religiosa:** os inúmeros institutos e congregações, sobretudo de vida religiosa feminina, com raros sinais de fechamento em torno da própria instituição, em sua maioria assumiram a caminhada evangelizadora das Igrejas locais. Também aqui, na vida religiosa feminina, é expressivo o número de vocações autóctones;
- **o laicato:** não se pode negar a voz unânime que reconhece a importância fundamental desses atores na vida da Igreja, com particular destaque às mulheres e aos jovens. Centenas de comunidades nas cidades e no interior sobrevivem por causa do compromisso generoso desses homens e mulheres.

Em se tratando dos sujeitos locais, situa-se o encontro do cristianismo com as culturas indígenas e a entusiasmante, mas desafiadora questão das vocações indígenas na Amazônia. A questão tem sua complexidade e merece particular atenção. Não se fala de cultura, mas de *culturas* indígenas, com um ou outro elemento homogêneo. Dentre estes, destacamos o fato de que os povos indígenas têm profunda compreensão da sacralidade presente na realidade que os cerca. O contato com a evangelização cristã e com os missionários e missionárias suscita as inquietações vocacionais, porém sempre à luz do referencial do branco. O estilo de vida que se apresenta no caminho vocacional é uma novidade nem sempre seguida com perseverante entusiasmo. Tais vocacionados devem submeter-se ao ritmo de formação ditado pelas casas e seminários, que já diferem, e muito, da realidade do caboclo, quanto mais dos indígenas. Devem enquadrar-se nas estruturas, ritmos e modalidade de vida



marcada pela consagração mediante o celibato. Ou se encaixam, ou são tidos como problemáticos. Uma vez assumida a vida religiosa ou presbiteral, faz-se necessária sua aceitação, no mundo urbano, como *religioso indígena* e, junto ao seu povo, como *indígena religioso*. A questão nos remete a outro aspecto fundamental para a formação dos presbíteros na Amazônia: a verdadeira conversão ao diálogo.

4 Uma formação dialogal: identidades e expressões

O conceito de ecologia integral, compreendido na perspectiva da encíclica *Laudato Si'*, constitui uma baliza norteadora para o diálogo entre o anúncio cristão e a totalidade da vida presente na Amazônia. De fato, sem profunda conversão pastoral e ecológica, o anúncio do evangelho pode soar inconsequente e carente de incidência sobre a dimensão social ou ecológica, de fundamentação na dimensão bíblico-teológica, de inculturação na dimensão sacramental e infenso às necessárias mudanças na dimensão eclesial missionária.

Anunciar o evangelho de Jesus na Amazônia exige ministros capazes de diálogo. Do ponto de vista da expressão eclesial, toda a riqueza da vida sacramental da Igreja é desafiada a assimilar as expressões culturais, as categorias mentais, o universo simbólico, a sensibilidade dos povos amazônidas. Acolher esses elementos não compromete a novidade do evangelho e, no que diz respeito aos sacramentos, não compromete nem matéria nem forma! Urge uma formação para o diálogo capaz de acolher as descobertas e superar a tentação de trancar-se no medo das mudanças. Esta exigência do diálogo torna-se mais imperativa diante do encontro com a religiosidade presente na vida dos povos amazônidas, seja na piedade popular das populações rurais e ribeirinhas, seja nas tradições religiosas das populações indígenas, com sua compreensão do sagrado, seja nas expressões das populações nos grandes centros urbanos. Na formação dos presbíteros, a reflexão teológica, além de responder ao desafio do diálogo ecumênico numa região onde o avanço do segmento evangélico de traços neopentecostais fragiliza a vida de comunidades eclesiais rurais e ribeirinhas, é chamada a promover um aprofundamento da teologia na perspectiva indígena ou, propriamente, uma teologia indígena.



Diante dessa diversidade antropológica e sociocultural, não seria exagero apontar a necessidade de uma *Ratio* amazônica que orientasse todo o processo formativo.

Conclusão: algumas perspectivas

Sabemos que não podemos insistir em um modelo de presbítero e de exercício do ministério presbiteral que encontra cada vez menos sustentação na desafiadora realidade da região. O número de comunidades e paróquias parece desproporcional ao número de padres, nesse modelo em que se delega prioritariamente ao presbítero o múnus de pároco; a celebração eucarística é cada vez mais escassa nas comunidades mais distantes, e não existem ministros suficientes para a demanda, visto que só o padre celibatário pode presidir a Eucaristia; o desequilíbrio numérico entre padres religiosos e diocesanos é indício de grande fragilidade em algumas dioceses e prelazias, perpetuando uma situação de dependência. Também preocupa o perfil de presbítero que, embora viva em uma realidade de comunidades habituadas à comunhão e à coresponsabilidade, mais do que situar-se como padre evangelizador, reproduz um modelo estereotipado veiculado pela mídia, com expressões de autoritarismo. Além disso, sem uma vida de austeridade e simplicidade, será também um problema bem próximo a questão da subsistência dos presbíteros, mantidos por comunidades e dioceses pobres.

Deixamos, portanto, que as interpelações do Sínodo para a Amazônia alimentem nossas perspectivas:

- Mesmo com os desafios acima citados, temos imensa gratidão por figuras que, num cenário de *marketing* religioso, são anônimas, mas profundamente marcantes na vida de comunidades eclesiais e de populações menos favorecidas. Não são poucos os que se consomem em visitas missionárias às mais longas distâncias. Muitas das expectativas do modelo de missionário que se quer para a Amazônia (com disponibilidade, capacidade de acolhida e diálogo, ousadia, perseverança) já são realidade na vida de muitos presbíteros e bispos;
- A sinodalidade, como expressão da eclesiologia de comunhão, torna-se concreta nas vidas das comunidades eclesiais, que são o próprio sinal da



vitalidade da Igreja na Amazônia. Presbíteros formados comunitariamente são moldados para um agir comunitário e em saída;

- A compreensão da realidade amazônica exige uma cosmovisão e uma reinterpretação da realidade que nos convidam a repensar as categorias e formulações teológicas já construídas. Só essa abertura permite a atuação de ministros numa perspectiva de ecologia integral;
- Anunciar o evangelho de Jesus na Amazônia implica novos paradigmas de comunicação. Modelos de comunicação marcados pela verticalidade não chegam à alma das populações essencialmente habituadas à contemplação e detentoras de uma epistemologia própria. Alcançar a sabedoria dos povos amazônidas supõe ministros formados não somente para um adequado uso de meios, mas também educados para a escuta e o diálogo;
- O protagonismo das lideranças autóctones pressiona nova acolhida de vocacionados ao ministério presbiteral. Este ministério, historicamente concedido a homens de vocação celibatária despertada ainda na juventude, pode também ser exercido por outros atores com novas configurações, não necessariamente celibatários. Um modelo não compromete o outro!
- A diversificação da ministerialidade, colhida como sopro do Espírito diante das necessidades da comunidade eclesial, permite suprir carências profundas de serviço ao povo de Deus, atualmente concentrado no presbítero. Além de reconhecer e integrar ministérios existentes, cabe fomentar outras respostas, principalmente no que diz respeito à presidência da Eucaristia para as comunidades amazônidas;
- Os diáconos permanentes e os presbíteros que cessaram o exercício do ministério são sujeitos com grande potencial de enriquecimento da atuação do ministério ordenado.

É importante estar atentos ao cuidado – sempre necessário quando se insiste em alargar a participação no ministério ordenado – de não incorrer no risco de clericalização dos ministérios!

Estas considerações, que preferimos chamar de interpelações, sempre nos fazem olhar com esperança para a caminhada da Igreja. Não esperamos



que o Sínodo faça um trabalho que cabe a nós. Formar presbíteros para a realidade da Amazônia é tarefa a ser assumida sempre mais pelas Igrejas locais, como primeiros sujeitos. A sinodalidade nos permite perceber que não estamos sozinhos. Na mesma confiança da piedade dos povos locais, temos a certeza de que a Mãe de Deus está conosco!

Referências:

COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA; REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA. *Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral*. Documento preparatório. Brasília, DF: CNBB, 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Desafio missionário: documentos da Igreja na Amazônia*. Coletânea. Brasília, DF, 2014.

_____. *Regional Norte 1. Missão e ministério dos leigos e leigas cristãos em resposta às necessidades da Igreja na Amazônia*: documento da Assembleia Regional. Manaus, 1998.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O dom da vocação presbiteral: Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis*. Brasília, DF: CNBB, 2017.

FARIAS, Esmeraldo Barreto de; A missão na formação presbiteral: alguns aspectos. In: FONTES, Douglas Alves, MORAIS, Joaquim Gonçalves de; FERREIRA, Nivaldo dos Santos (Org.). *A formação sacerdotal hoje*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 29-46.

FONTES, Douglas Alves; MORAIS, Joaquim Gonçalves de; FERREIRA, Nivaldo dos Santos (Org.). *A formação sacerdotal hoje*. São Paulo: Paulinas, 2005.

MATA, Raimundo Possidônio C.; TADA, Cecília (Org.). *Amazônia, desafios e perspectivas para a missão*. Rio Bonito: Benedictus, 2018.





repambrasil@repam.org.br



repambrasil



RepamBr



repambrasil



REPAMBrasil

ISBN: 978-65-988024-1-7



9 786598 802417